

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-graduação em Ciência Política**

LARA ANDRADE SILVA VIANA

**DO MOVIMENTO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA À POLÍTICA
AGROECOLÓGICA: UMA ANÁLISE DO SUBSISTEMA DE
AGROECOLOGIA EM MINAS GERAIS (2000-2022)**

Belo Horizonte
2022

LARA ANDRADE SILVA VIANA

**DO MOVIMENTO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA À POLÍTICA
AGROECOLÓGICA: UMA ANÁLISE DO SUBSISTEMA DE
AGROECOLOGIA EM MINAS GERAIS (2000-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Ciência Política
Linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Moreira da Silva

Belo Horizonte
2022

| | |
|----------------------|--|
| 320 V614d 2022 | <p>Viana, Lara Andrade Silva.</p> <p>Do movimento de agricultura alternativa à política agroecológica [manuscrito] : uma análise do subsistema de agroecologia em Minas Gerais (2000-2022) / Lara Andrade Silva Viana. - 2022.</p> <p>159 f.</p> <p>Orientador: Eduardo Moreira da Silva.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Ciência política – Teses. 2. Movimentos sociais - Teses. 3. Ecologia agrícola – Teses. 4. Políticas públicas - Teses. I. Silva, Eduardo Moreira da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> |
|----------------------|--|



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 14ª/2022 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA LARA ANDRADE SILVA VIANA

Realizou-se, no dia 24 de novembro de 2022, às 10:00 horas, na sala 2094, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa da dissertação, intitulada "DO MOVIMENTO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA À POLÍTICA AGROECOLÓGICA: UMA ANÁLISE DO SUBSISTEMA DE AGROECOLOGIA EM MINAS GERAIS (2000-2022)", elaborada e apresentada por LARA ANDRADE SILVA VIANA - número de registro 2020678807, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Eduardo Moreira da Silva - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos (DCP/UFMG), Prof. Antônio Carlos Andrade Ribeiro (UFOP). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 24 de novembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Moreira da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 24/11/2022, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos, Professor do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Andrade Ribeiro, Usuário Externo**, em 30/11/2022, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1904522** e o código CRC **ECF712A6**.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta pesquisa, assim como toda a trajetória vivida no mestrado, só se tornou possível pela contribuição de muitas pessoas. Agradeço a todas aquelas que fizeram parte da minha caminhada e estiveram ao meu lado neste percurso.

Agradeço ao Professor Eduardo Silva, por gentilmente ter aceitado orientar este trabalho. Sou muito grata pela condução, indicações, pelo estímulo ao pensamento crítico e correções específicas da dissertação e, para além disso, agradeço por toda paciência e compreensão durante esses anos. A vida aconteceu durante a pesquisa e, em todos os momentos mais delicados, encontrei apoio e um novo caminho para que este trabalho fosse concluído.

À UFMG, à FAFICH e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, agradeço pela formação pública, gratuita e de excelência. Aos docentes do PPGCP, em especial aos professores Carlos Ranulfo, Leonardo Avritzer, Juarez Guimarães, Manoel Santos, Cláudia Faria, Natália Sátyro, Priscila Carvalho, Ricardo Mendonça e Geralda Miranda, sou grata pelas disciplinas e reflexões. À professora Marlise Matos, agradeço pela acolhida e pela formação em gênero e feminismos durante minha participação nas pesquisas do Nepem - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher. Ao Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, agradeço por todos os encontros, espaços tão importantes de aprendizado e discussão. Agradeço também ao Alessandro e Thaís, pelo atendimento sempre cuidadoso na secretaria da pós. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), agradeço pela bolsa recebida, que proveu, materialmente, o desenvolvimento da pesquisa aqui empreendida.

À banca examinadora, agradeço por ter aceitado o convite em avaliar esta dissertação. Ao Professor Manoel agradeço pelos comentários tão fundamentais para a elaboração do problema de pesquisa durante a disciplina Seminário de Dissertação. Sou grata também por possibilitar a parceria com a Plataforma SigaLei, tão importante para a coleta dos dados empíricos. Ao Professor Antônio Ribeiro agradeço pela formação no curso de Análise de Redes Sociais, o qual trouxe muitos *insights* para a análise empreendida nesse texto.

Sou grata às redes de movimentos agroecológicos e a cada militante, assessora, técnica, professora que, de forma muito atenciosa, me ajudou a construir esse texto. Que a pesquisa aqui empreendida seja uma modesta contribuição ao campo político do movimento agroecológico.

À Rayza, agradeço por me ajudar a tomar a decisão de tentar o mestrado e por todo o suporte dado nesse processo. À turma de 2020 do PPGCP e às amigas que sempre estiveram presentes, mesmo que remotamente, registro meu afetuoso agradecimento. Em especial, deixo

um abraço carinhoso na Isabel, Izabella, Carla, Luiza, Flora e Maria Clara, pela companhia durante a realização dessa pesquisa.

Agradeço profundamente minha família pelo apoio incondicional e pelo esforço de me garantirem a melhor educação e formação. Só foi possível realizar esse trabalho porque vocês, mãe, pai, irmãs, irmão, sempre estiveram comigo, me amparando, me acolhendo e deixando meus dias mais serenos e leves.

Às amigas e amigos da graduação, Ana, Natália, Maria Bárbara, Wanessa, Daniel, Hernando, agradeço por continuarem parte da minha vida, apesar da distância e das minhas ausências.

Ao Ítalo, companheiro de vida, não consigo mensurar em palavras toda minha gratidão. Obrigada pelos dias de estudo compartilhados, pelo incentivo permanente, pelo afeto e por formar comigo um lar.

À Deus, aos seres espirituais e aos ancestrais agradeço por toda proteção.

Nós queremos o território para nascer, viver, germinar, morrer.
Dona Dijé.

RESUMO

Esta dissertação discute a relação entre os movimentos agroecológicos e o sistema político em Minas Gerais, a fim de compreender as interações estabelecidas entre os atores como forma de enquadrar o tema da agroecologia na agenda política do estado. Nossas lentes analíticas são oriundas de três abordagens teóricas: a teoria de redes de movimentos sociais, a abordagem dos campos de ação estratégica e a teoria dos subsistemas de políticas públicas. Essas perspectivas em conjunto permitiram compreender o movimento agroecológico enquanto um campo de ação inserido em complexas redes, que, a partir de interações cooperativas e conflituosas, procurou conquistar espaços nas diferentes arenas políticas. O material empírico da pesquisa estruturou-se a partir de documentos e arquivos oficiais e entrevistas semiestruturadas com atores-chaves do campo agroecológico mineiro. Com base nos padrões das relações estabelecidas, dividimos a análise em três períodos: o primeiro momento (2000-2010) em que identificamos a emergência do campo agroecológico nos ambientes institucionais do Poder Legislativo mineiro; o segundo momento (2011-2018) no qual as interações entre atores dos movimentos, parlamentares e burocratas se fortaleceram e possibilitaram a entrada do tema diretamente na agenda decisória do estado; e o terceiro momento (2019-2022), período no qual os canais de diálogo com o estado foram estreitados, mas houve uma resistência dos movimentos agroecológicos junto dos atores políticos do Poder Legislativo, com o intuito assegurar as políticas conquistadas pelo campo. Conclui-se, com a síntese do trabalho, que a disputa por políticas públicas por parte dos movimentos agroecológicos conformou um subsistema agroecológico que, a partir de diferentes dinâmicas de ação, como a participação institucionalizada em conselhos e audiências públicas, e a política de proximidade, tem conseguido alcançar diferentes políticas públicas para o campo.

Palavras-chave: Redes de Movimentos Sociais; Agroecologia; Campos de Ação Estratégica; Subsistemas de Políticas Públicas.

ABSTRACT

This thesis discusses the relationship between agroecological movements and the political system of the state of Minas Gerais, aiming to comprehend interactions among its players as a method for passing an agroecological agenda in the state government. We have put this subject into perspective through three theoretical approaches: the network theory of social movements, the strategic action fields approach and the public policies subsystems theory.

Altogether, these approaches led us to perceive the agroecological movement as a field of action inserted in complex networks that sought to occupy several political environments through both conflicting and cooperative interactions. The sources used in this research included official documents and files and semi-structured interviews with key players from the agroecological context in the state of Minas Gerais. Based on the patterns of its interactions, three time periods were separated in this analysis: The first period (2000-2010) in which we identified the appearance of agroecological topics in the institutional context of the state legislative branch; The second period (2011-2018) in which interactions among social movement representatives, lawmakers and bureaucrats were further improved, which allowed the agroecological agenda to enter directly into the decision sphere of the state government; And the third period (2019-2022), when communication networks with state government were reduced, but not without resistance from the agroecological movements towards lawmakers, willing to secure previously achieved policies. As conclusion, the dispute for public policies by the agroecological movements established an agroecological subsystem that has succeeded in achieving several policies for the field through different actions such as institutional participation in public audiences and councils and the proximity policy.

Key words: Social movements networks; Agroecology; Strategic action fields; Public policies subsystems.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Níveis de agenda..... | 40 |
| Quadro 1 – Principais elementos de análise empregados na pesquisa..... | 43 |
| Figura 2 – O subsistema agroecológico em Minas Gerais..... | 45 |
| Quadro 2 – Audiências Públicas relacionadas ao campo agroecológico entre 2000 e 2022..... | 71 |
| Quadro 3 – Eventos e ciclos de debates relacionadas ao campo agroecológico..... | 73 |
| Quadro 4 – Unidades de governança que estruturam as interações do campo agroecológico..... | 128 |
| Quadro 5 – Repertórios de ação coletiva identificados nas interações analisadas..... | 134 |
| Gráfico 1 – Número de Projetos de Lei apresentados por ano..... | 69 |
| Gráfico 2 – Distribuição dos PLs por autores/partidos..... | 70 |
| Gráfico 3 – Número de requerimentos apresentados por ano..... | 71 |
| Gráfico 4 – Número de requerimentos apresentados por autores/comissões..... | 71 |
| Gráfico 5 – Número de discursos realizados em plenário por ano | 75 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Distribuição das proposições e situação atual..... | 68 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA:** Associação Brasileira de Agroecologia
- ABAG:** Associação Brasileira do Agronegócio
- AC:** Análise de Conteúdo
- ALMG:** Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- AMA:** Articulação Mineira de Agroecologia
- AMAU:** Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana
- ANA:** Articulação Nacional de Agroecologia
- AS-PTA:** Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- ASA:** Articulação do Semiárido Brasileiro
- ATER:** Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAA-NM:** Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- CAISANS:** Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
- CEB:** Comunidades Eclesiais de Base
- CEDRAF:** Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CEDRS:** Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNA:** Confederação da Agropecuária do Brasil
- CNAPO:** Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- COEP:** Comitê de Ética e Pesquisa
- CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento
- CONDRAF:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONSEA:** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CONTAG:** Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- CPT:** Comissão Pastoral da Terra
- CTA-ZM:** Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
- CTA:** Centro de Tecnologia Alternativa
- CUT:** Central Única dos Trabalhadores
- DF:** Distrito Federal
- EBAA:** Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
- EMA:** Encontro Mineiro de Agroecologia
- EMATER:** Empresa Estadual de Extensão Rural
- EMBRAPA:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENA: Encontro Nacional de Agroecologia

EOP: Estruturas de Oportunidades Políticas

FAAB: Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FETAEMG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FETRAF: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FPA: Frente Parlamentar da Agropecuária

GEP: Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersectorial do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado

GT: Grupo de Trabalho

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMA: Instituto Mineiro de Agropecuária

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MG: Minas Gerais

MMC: Movimento de Mulheres Camponesas

MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OCB: Organização das Cooperativas Brasileiras

OCEMG: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais

ONG: Organização não-governamental

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAPP: Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PEAPO: Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PEARA: Política Estadual de Redução de Agrotóxicos

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Partido Liberal

PL: Projeto de Lei

PLANAPO: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PLANERA: Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio a Agroecologia e a Produção Orgânica em Minas Gerais

PLC: Projeto de Lei Complementar

PLO: Projeto de Lei Ordinária

PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

POLONORDESTE: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPAG: Plano Plurianual de Ação Governamental

PPS: Partido Popular Socialista

PRB: Republicanos

PROAGRO: Programa de Garantia de Atividade Agropecuária

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN: Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PRONAT: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PROS: Partido Republicano da Ordem Social

PROTERRA: Programa de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PTA: Projeto Tecnologias Alternativas

REDE: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

RQN: Requerimento

SAF: Subsecretaria de Agricultura Familiar

SAT: Subsecretaria de Acesso à Terra

SEAF: Seguro da Agricultura Familiar

SEAPA: Secretaria de

SEDA: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

SINTER: Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural

SRB: Sociedade Rural Brasileira

TMR: Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS: Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP: Teoria do Processo Político

UDR: União Democrática Ruralista

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFV: Universidade Federal de Viçosa

UNICAFES: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 17 |
| O percurso metodológico..... | 19 |
| 1. MOLDANDO AS LENTES ANALÍTICAS: ENTRE CAMPOS, REDES E SUBSISTEMAS..... | 25 |
| 1.1 História das teorias dos movimentos sociais..... | 25 |
| 1.2 A teoria dos campos..... | 32 |
| 1.3 Os subsistemas de políticas públicas..... | 37 |
| 1.4 O subsistema agroecológico em Minas Gerais..... | 44 |
| 2. DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO À POLÍTICA AGROECOLÓGICA: A HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA NO BRASIL..... | 47 |
| 2.1 A modernização da agricultura e o modelo dominante de produção agrícola..... | 48 |
| 2.2 O papel das igrejas e as comunidades eclesiais de base..... | 52 |
| 2.3 A formação do movimento agroecológico: prática, ciência e movimento..... | 54 |
| 2.4 As políticas públicas para a agroecologia..... | 59 |
| 2.5 A formação do movimento agroecológico mineiro | 64 |
| 3. CARACTERIZANDO O SUBSISTEMA DE AGROECOLOGIA EM MINAS GERAIS..... | 68 |
| 3.1 A agroecologia na ALMG..... | 69 |
| 3.2 Os primeiros passos: é preciso ser reconhecido para existir? (2000 a 2010)..... | 79 |
| 3.2.1 Marcos regulatórios..... | 79 |
| 3.2.2 A atuação dos assessores parlamentares..... | 82 |
| 3.3 A consolidação do subsistema agroecológico: a luta por políticas públicas (2011 a 2018)..... | 90 |
| 3.3.1 Marcos regulatórios..... | 90 |
| 3.3.2 As interações entre Estado, movimento e legislativo: a SAF e a SEDA em cena | 93 |
| a) A criação da SAF e as interações no período entre 2011 e 2014..... | 93 |
| b) A criação da SEDA e as interações entre 2015 e 2018..... | 103 |
| 3.3.3 O plano de ação de estratégia intersetorial de redução de agrotóxicos..... | 107 |
| 3.3.4 Dos eventos..... | 112 |
| 3.4 O desmonte das políticas: resistir para existir (2019 até 2022)..... | 117 |
| 3.4.1 Marcos regulatórios..... | 118 |
| 3.4.2 A Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável..... | 120 |
| 3.5 Uma síntese do subsistema agroecológico mineiro..... | 128 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 137 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 141 |
| APÊNDICES..... | 149 |
| Apêndice A - Roteiros de Entrevista Semiestruturada..... | 149 |

| | |
|---|-----|
| Apêndice B - Caracterização dos entrevistados..... | 154 |
| Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)..... | 157 |
| Apêndice D - Histórico dos Movimentos Sociais..... | 159 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da relação entre movimentos sociais e o sistema político, no contexto democrático brasileiro, pós anos 2000. Especificamente, analisa as interações entre os movimentos agroecológicos e atores políticos do Poder Legislativo mineiro, como forma de inserir o tema da agroecologia na agenda política e incidir na elaboração, monitoramento e gestão de políticas públicas.

A formação do movimento agroecológico no Brasil remonta a década de 1970, quando diversos atores se uniram para denunciar os padrões ambientalmente predatórios e socialmente excludentes da modernização agrícola, também chamada “Revolução Verde” (SCHMITT e GRISA, 2013; MONTEIRO e LONDRES, 2017). No Brasil, os princípios da Revolução Verde orientam o agronegócio e a indústria alimentícia, desde a década de 1960, e defende, até os tempos atuais, o uso de tecnologias industriais, como fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas. Como em uma linha de montagem industrial, a agricultura caminhou no sentido da especialização, difundindo monoculturas geneticamente homogêneas para maximização da produção e comercialização em larga escala via uso de insumos químicos (SAMBUICHI et al., 2017). A forma como esse modelo foi sendo implementado ampliou a concentração de terras por latifundiários, intensificou a marginalização das comunidades camponesas e estimulou o êxodo rural (GRISA, 2012).

Indivíduos, grupos e ações coletivas negativamente afetadas pela modernização agrícola passaram a questionar o então modelo hegemônico de desenvolvimento rural. A abertura democrática dos anos 1980, permitiu que esses atores se mobilizassem em redes locais, como forma de compartilhar experiências de agriculturas alternativas. Nesse cenário, conceitos, narrativas e modelos de produção e desenvolvimento começaram a ser disputados através de projetos e lutas políticas, abrindo caminhos para uma produção de alimentos baseados em uma agricultura sustentável. As iniciativas localizadas em diferentes regiões do Brasil se viram potencializadas pela atuação de diversos atores e instituições, como organizações não governamentais (ONGs), articulação de agricultores familiares, sindicatos, movimentos sociais, instituições religiosas e de ensino, conformando inúmeras redes agroecológicas espalhadas em todo o território brasileiro. O fortalecimento e adensamento das redes locais, estaduais e nacionais deram forma ao que hoje chamamos de movimento agroecológico (MOURA, 2017; SCHMITT et al., 2020).

O primeiro elemento de disputa entre os movimentos foi a definição do termo agroecologia. A agroecologia não possui um único significado, mas uma diversidade de

entendimentos que evoluíram ao longo do tempo, evidenciando a dinamicidade da sua construção. Neste trabalho, a agroecologia é compreendida a partir do tripé ciência-prática-movimento, isso porque se apresenta como um conjunto de práticas sociais, técnicas e metodologias que contribuem para uma agricultura sustentável, articulando diferentes áreas do conhecimento que, a partir da atuação em rede, luta pela reconstrução das relações ambientais, sociais e econômicas (WEZEL et al., 2009).

Ancorado no princípio da unidade na diversidade, esse movimento buscou nos últimos anos construir convergências políticas e uma expressão pública unitária com o intuito de elaborar um projeto de transformação do sistema agroalimentar, fundado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, em suas múltiplas identidades e expressões (ANA, 2018). Com esse intuito, adotou uma abordagem de comunicação baseada, principalmente, no anúncio e na denúncia. O *anúncio* se refere à divulgação e promoção das diversas práticas agroecológicas no Brasil, e como estas são benéficas à sociedade; a *denúncia* diz das violações de direitos e conflitos que ameaçam e limitam a construção da agroecologia no país.

A dinâmica de mobilização das bases, que dão corpo às redes regionais e nacionais, é o que mantém a coesão do movimento agroecológico. As articulações locais desaguam em diversos encontros organizados pelo movimento agroecológico brasileiro e em ações para a criação e promulgação de diversas políticas públicas de incentivo à produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis e ecológicos. Observa-se, nas últimas décadas, avanços importantes no reconhecimento deste movimento, em sua capacidade de mobilizar temas para serem discutidos nos espaços de representação, além das políticas públicas voltadas à agroecologia, nos diferentes níveis federativos. Em 2012, foi promulgado o decreto presidencial Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), política esta que contou com o envolvimento de diversos movimentos, redes e organizações ligadas à temática da agroecologia e produção orgânica, desde a pressão para elaboração da lei, até a implementação e avaliação dos planos nacionais (BRASIL, 2012). Construir democraticamente as políticas voltadas à agroecologia, é um valor inegociável do movimento, uma vez que baseiam-se na autonomia e soberania popular.

Em Minas Gerais, assim como no cenário nacional, essas organizações têm ganhado espaço na cena pública. Marcado por interações entre organizações da sociedade civil e representantes do poder público, o campo agroecológico tem se fortalecido a partir dos diversos marcos regulatórios, programas de incentivo e da participação institucionalizada, em conselhos, conferências e instâncias de participação social para a elaboração de orçamentos públicos,

desenho e controle de políticas públicas. É observando a operação desta rede de atores, que o presente trabalho busca analisar os padrões de interação entre os movimentos agroecológicos com os e as parlamentares mineiras, como estratégia para enquadrar a agenda política e decisória do poder legislativo estadual. Com base nesse quadro, se buscou construir e responder a questão central que guiou a elaboração desta dissertação: *como ocorre(ra)m as interações entre os atores políticos da assembleia legislativa e os movimentos agroecológicos em Minas Gerais?*

A partir dos conceitos de redes de movimentos sociais (DIANI, 1992) e subsistemas políticos (THURBER, 1996), propomos compreender como foram construídas as interações entre esses atores, no período temporal dos anos de 2000 a 2022. A pesquisa em tela busca ampliar as análises sobre as relações entre movimentos sociais e instituições políticas em arranjos legislativos estaduais, uma vez que em outros estudos predomina o enfoque nas interações estabelecidas entre organizações de movimentos e Estado, na forma de governo estadual ou federal, e entre movimentos sociais e o legislativo federal. Ademais, faz-se importante analisar as possibilidades e desafios na construção de marcos regulatórios e políticas públicas para a promoção da segurança alimentar e nutricional através da produção de alimentos saudáveis, levando em conta as características do sistema agroalimentar nacional, fortemente dominado pelo agronegócio e pelas grandes monoculturas exportadoras.

O percurso metodológico

Com o intuito de analisar a dinâmica e o impacto da interação entre os movimentos agroecológicos e o legislativo de Minas Gerais, a pesquisa, de natureza qualitativa e finalidade descritiva e exploratória, se estruturou, primeiramente, como um estudo de caso. Ao abordar os princípios e fundamentações dos estudos de caso, Gerring (2007) demonstra que as pesquisadoras podem escolher entre duas diferentes perspectivas em determinada análise: observar muitos casos superficialmente (*cross-case method*) ou examinar intensivamente um número menor de casos (*whitin-case* ou *case study method*). O método de estudo comparativo consiste no destaque de determinados elementos em cada caso a fim de estabelecer uma teorização sobre sua variação ou constância (GERRING, 2007). Já o estudo de caso único permite o aprofundamento na investigação de mecanismos e padrões existentes em um caso particular, permitindo a teorização sobre seus detalhes essenciais e únicos (GERRING, 2007). Segundo o autor, as pesquisadoras ganham um melhor entendimento do todo ao focar em um recorte social específico, uma vez que o estudo intensivo de um único caso lança luz sobre uma classe maior de eventos (GERRING, 2007). Dessa forma, adotamos a segunda perspectiva, com

o intuito de aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas representativas de um caso particular e priorizamos a validade interna da pesquisa, com o foco principal em compreender os mecanismos e padrões das relações a partir das inferências produzidas por meio dos dados concentrados.

Definimos como enfoque as interações estabelecidas entre os movimentos agroecológicos e o legislativo mineiro entre os anos de 2000 a 2022. O marco inicial de 2000 é importante para a investigação porque abrange as primeiras aprovações das políticas de caráter agroecológico criadas a nível estadual, até junho de 2022, período mais recente para a delimitação dos dados. No esforço de interpretar as interações, a unidade de análise da pesquisa se deslocou sobre dois fenômenos específicos: (i) eventos públicos onde houve interação manifesta entre atores do Poder Legislativo e dos movimentos sociais; e (ii) relações estáveis, recorrentes, publicizadas e/ou declaradas, entre os atores políticos e os movimentos sociais.

Desse modo, o recorte subnacional da pesquisa se dá pela atual configuração da literatura acadêmica a respeito deste campo, com destaque aos trabalhos que avaliam a articulação da política agroecológica a nível nacional (MOURA, 2016; SAMBUICHI et al., 2017; TIMO, 2017). A Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi selecionada para o estudo de caso por tratar de um espaço de poder com estrutura organizacional robusta para operação dos trabalhos legislativos, bem como apresentar um legado na implementação de inovações participativas (ROCHA, 2012; QUINTÃO, 2020). Entre os arranjos participativos desenvolvidos pela ALMG, estão: audiências públicas, comissão de participação popular responsável também pelo orçamento participativo, reuniões interativas, eventos institucionais (audiências públicas regionais, fóruns técnicos, seminários legislativos, ciclos de debates), Parlamento Jovem, banco de leis (envio de sugestão legislativa individualmente) e consulta pública online (ALMG, 2019).

A investigação empírica aqui proposta possui fundamentalmente duas técnicas de coleta de dados. A primeira consiste na coleta documental de artefatos gerados pelas interações dos atores analisados, como marcos regulatórios, projetos de lei, material jornalístico, audiências públicas e discursos em plenário. O segundo é constituído por entrevistas semiestruturadas com militantes do campo agroecológico e assessores parlamentares (Apêndice A).

No que concerne à coleta dos dados documentais, a busca pelos marcos regulatórios e proposições legislativas, apresentados no âmbito da ALMG, foi realizada por meio da plataforma Sigalei¹. Filtramos as buscas através de uma delimitação semântica, a partir das

¹ Plataforma que realiza o monitoramento das atividades legislativas e executivas de modo automático. O uso da Plataforma foi possibilitado por meio da parceria entre o Sigalei e o Centro de Estudos Legislativos - UFMG.

palavras-chave *agroecologia*, *agroecológica(s)*, *agroecológico(s)*, coletando e sistematizando todos os resultados de legislação, projetos de lei, requerimentos e discursos compreendidos entre janeiro de 2000 e junho de 2022. Encontramos 164 proposições, 115 discursos e 28 decretos sobre a agroecologia ou que faziam referência à agroecologia. Já o mapeamento dos eventos institucionais foi realizado pelo mecanismo de busca do site da ALMG². Seguimos o mesmo procedimento, filtrando a busca pelas nossas palavras-chave e sistematizando os eventos realizados na assembleia, que tiveram como tema a agroecologia ou contaram com a participação de representantes dos diferentes movimentos agroecológicos do estado. Todos os documentos encontrados pela busca foram verificados e coletados. As análises desses documentos foram orientadas para: a) encontrar os movimentos agroecológicos em interação com o poder legislativo do estado; b) mapear os atores institucionais e políticos comprometidos com a causa; c) analisar o arcabouço legal construído para a agroecologia e as disputas, conflitos e/ou cooperações para com as demandas do movimento agroecológico; e, por fim, d) orientar a realização das entrevistas semi-estruturadas.

Para as entrevistas, partimos inicialmente de organizações da sociedade civil (movimentos, coletivos, ONG), mapeadas por meio dos eventos realizados na ALMG. Também identificamos aqueles e aquelas deputadas, que haviam apresentado proposições favoráveis ao movimento, bem como os/as que haviam realizado discursos em plenário com referência à agroecologia.

Entramos em contato com essas organizações e gabinetes por telefone, whatsapp e e-mail para agendarmos as entrevistas. Foram mais de vinte contatos iniciais, que viabilizaram a realização de oito entrevistas. Após a realização destas, pedimos aos interlocutores que nos indicassem outros atores que julgassem relevantes, adotando o método de amostragem bola de neve (COOPER e SCHINDLER, 2016). Por essa abordagem entrevistamos, na sequência, outras quatorze pessoas. O intuito era reunir o máximo de pluralidade, abarcando organizações de movimentos sociais das diferentes regiões mineiras. No decorrer da pesquisa, várias organizações e gabinetes não responderam às solicitações. Seis assessores parlamentares agendaram as entrevistas, mas desmarcaram por motivos diversos e depois não responderam aos contatos. Outros três gabinetes solicitaram o roteiro com as perguntas para fazê-las aos deputados, porém não obtivemos retorno com as respostas.

Ao total, realizamos vinte e duas entrevistas, entre maio e agosto de 2022, com os mais diversos atores que compõem o campo agroecológico: agricultores familiares, lideranças e

² Consulte em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/index.html>

militantes dos movimentos sociais, técnicos das ONG's do campo agroecológico, burocratas que atuavam em secretarias de Estado, chefes de gabinete e assessores parlamentares (Apêndice B). Para preservar o anonimato das pessoas entrevistadas, nos referimos a cada uma delas pela denominação "Entrevistado" + numeral (Entrevistado 01 a Entrevistado 22).

Com exceção de duas conversas por telefone, as demais entrevistas foram realizadas através da plataforma de vídeo-chamada Google Meet, e todas gravadas com o consentimento dos atores e posteriormente transcritas com o intuito de assegurar sua fidedignidade para a análise e possibilidade de replicação dos resultados (Apêndice C). Conforme as regras previstas na universidade para quaisquer estudos envolvendo seres humanos, submetemos o projeto e os roteiros de perguntas ao Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da UFMG através da Plataforma Brasil³, em outubro de 2021, o qual foi aprovado em dezembro do mesmo ano.

Cabe ressaltar que as entrevistas foram realizadas em um momento de enfraquecimento das políticas para a agroecologia, tanto a nível federal, quanto estadual, quando os atores e organizações estavam dispostos não apenas a contar as histórias e remontar as narrativas, mas, também, a refletir e avaliar a institucionalização ocorrida e as consequências desta para o movimento agroecológico, bem como a efetividade das articulações e políticas criadas e implementadas.

É preciso destacar ainda que, para realização deste trabalho, houveram participações em diversos eventos da agroecologia ocorridos em Minas Gerais, de forma remota e presencial, como: o Lançamento do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul de Minas (remoto em 2020), o Encontro de Defesa da Agroecologia e da Agricultura Familiar (remoto em 2021), o Lançamento da Rede de Agroecologia da UFMG (remoto em 2021), a Plenária da Agroecologia na Zona da Mata (remota em 2021) e a Troca de Saberes 13 (presencial em 2022). No entanto, estes eventos foram analisados de maneira não-sistemática, de forma a ambientar a pesquisa e observar a atuação de figuras-chave, permitindo em sequência elencar os atores mais relevantes para a realização das entrevistas semi-estruturadas.

Após a coleta dos materiais empíricos, os dados foram interpretados a partir da análise de conteúdo (AC). A AC é uma técnica de pesquisa científica utilizada para produzir inferências válidas sobre determinado material empírico para o contexto social de maneira objetivada, com procedimentos realizados de forma sistemática, metodologicamente explícitas e replicáveis. Para tanto, a técnica deve ser empregada a partir da fundamentação dos dados empíricos em conformidade com a base teórica da pesquisadora, buscando descrever, interpretar ou

³ Processo - 52918021.2.0000.5149, número do parecer 5.137.490, com data de relatoria de 30 de novembro de 2021.

quantificar certo fenômeno em termos de seus significados (BAUER, 2002; SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021). Nesse sentido, realizamos a organização e interpretação dos dados, a partir das categorias e dimensões analíticas identificadas no trabalho, embasado na literatura mobilizada, levando em consideração a pergunta de pesquisa que orientou esta dissertação.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O **Capítulo 1** apresenta as discussões teóricas e conceitos-chave que serão utilizados para análise das interações entre o movimento agroecológico. O capítulo começa expondo os principais paradigmas teóricos que formam o campo de estudo sobre movimentos sociais e ação coletiva e em seguida apresenta a abordagem dos campos de ação estratégica, que junto da teoria de redes de movimentos sociais, configuram as lentes analíticas da presente pesquisa. O capítulo termina com o debate sobre os conceitos de subsistemas de políticas públicas e agenda decisória, para analisar a capacidade de movimentos sociais se mobilizarem politicamente como forma de representar suas pautas nos espaços de poder, e apresenta um modelo síntese do subsistema agroecológico, em Minas Gerais.

O **Capítulo 2** descreve o histórico do movimento agroecológico no Brasil, compreendendo sua origem, estruturação, principais atores e pautas, bem como o modelo de produção agrícola ao qual o campo faz oposição. Segue apresentando as políticas públicas e os programas que fortaleceram a ação pública da agroecologia no Brasil nos últimos anos. O capítulo é concluído com uma breve descrição sobre a formação do movimento agroecológico em Minas Gerais.

A descrição dos achados de análise empírica são apresentados no **Capítulo 3**. O período temporal analisado é dividido em três fases: de 2000 até 2010, onde identificamos a emergência do campo agroecológico no Poder Legislativo mineiro; de 2011 até 2018, período que observamos o fortalecimento do campo nas arenas políticas e a consolidação de um subsistema de políticas públicas para a agroecologia; e de 2019 até 2022, momento político marcado pela resistência dos movimentos agroecológicos frente ao desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar. Por fim, apresentamos uma síntese das interações entre o movimento agroecológico e o Poder Legislativo mineiro, entre 2000 e 2022, ressaltando as principais dinâmicas, repertórios e atores que dão forma ao subsistema agroecológico, em Minas Gerais.

A questão central desta pesquisa está relacionada, portanto, a uma análise das interações estabelecidas entre os movimentos agroecológicos e os atores políticos no Legislativo Mineiro. Entre os principais achados destaca-se que as conquistas mais relevantes realizadas pelo campo agroecológico aconteceram através da cooperação entre as redes de movimentos, atores chaves,

parlamentares, assessores e burocratas; essas conquistas foram possíveis através da inserção da temática agroecológica na agenda decisória e do ambiente político favorável em governos e parlamentares sensíveis à temática do campo. Defendemos que a disputa por arenas políticas pelos atores do movimento e as relações diretas com parlamentares e burocratas, configuraram a construção e estruturação de um novo subsistema de políticas públicas. As relações que estruturam esse subsistema são marcadas por diferentes práticas e rotinas de interação, que variam de acordo com os grupos ou as organizações envolvidas, e são empregadas tanto no interior das arenas estatais quanto fora destas.

Este trabalho, soma-se aos estudos sobre as relações entre sociedade civil e Estado (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014; BRINGEL e TEIXEIRA, 2015; ABERS e VON BULOW, 2021; LAVALLE, 2018). A análise das instituições a nível estadual revelou a abertura, complexidade e a capacidade das instituições a níveis subnacionais de realizarem políticas públicas. Tal característica, possibilita a reivindicação de políticas por parte de grupos minoritários, uma vez que reduzem custos informacionais e logísticos de participação. Desse modo, ao analisar as interações entre movimentos sociais e Poder Legislativo, contribuimos com os estudos nessa esfera, que por vezes encontram-se limitados à análise das relações no Poder Executivo (PEREIRA, 2020).

Além dos achados e contribuições da pesquisa, também é importante dizer os aspectos que o presente texto não consegue tratar. Os movimentos agroecológicos Brasil afora são diversos e existe grande riqueza de informações, nuances e detalhes que conformam as redes dos movimentos. Portanto, faz-se necessário reconhecer que seria quase impossível compreender e descrever neste trabalho toda a pluralidade dos movimentos agroecológicos, dos seus indivíduos e das diversas relações que construíram (e constroem) com atores políticos durante suas trajetórias. Além disso, o trabalho se limitou a verificar as interações estabelecidas entre os campos, portanto, não nos detivemos nos conflitos internos e nas distintas estratégias de coordenação adotadas pelos movimentos sociais.

Por fim, cabe dizer que devido ao recorte do trabalho, a pesquisa não se orientou por uma abordagem comparativa, ou seja, não pudemos concluir sobre os repertórios e instituições mobilizados por outros grupos políticos ou movimentos sociais, mesmo aqueles que o próprio movimento agroecológico faz oposição. Desse modo, abre-se uma agenda de pesquisa para o estudos comparados de subsistemas políticos, as disputas por recursos, os diferentes repertórios de ação e influência, as formas de competição e/ou colaboração entre diferentes subsistemas.

1. MOLDANDO AS LENTES ANALÍTICAS: ENTRE CAMPOS, REDES E SUBSISTEMAS

Propomos analisar, no presente trabalho, as relações entre o movimento agroecológico e o sistema político em Minas Gerais. Com esse intuito, neste capítulo traçaremos as discussões teórico-conceituais que possibilitam a aproximação analítica-empírica com o campo, examinando suas diferentes dimensões e especificidades. Dado que a pesquisa estabelece um ponto de contato com diversos campos de interação social, é necessário lançar mão de um constructo teórico que desvele as dinâmicas de relações estabelecidas entre os atores analisados, suas interconectividades, bem como as estruturas sociais na qual se inserem.

Para tanto, o capítulo está dividido em três seções principais. Na primeira expomos os principais paradigmas teóricos dos movimentos sociais, que sedimentaram as discussões sobre ação coletiva. Na segunda seção, discutimos a abordagem dos campos de ação estratégica, destacando seus principais componentes analíticos, que junto da abordagem de redes de movimentos, moldam as lentes analíticas da pesquisa em tela. Na terceira seção, debatemos os conceitos de subsistemas de políticas públicas e de agenda decisória para pensar a capacidade dos movimentos em mobilizarem-se politicamente como forma de representar seus interesses nos campos políticos. Apresentamos também uma discussão sobre a convergência entre a abordagem das políticas públicas e a literatura deliberacionista, principalmente para pensar como as diferentes arenas do subsistema se conectam e articulam. Finalizamos o capítulo apresentando um modelo síntese do subsistema agroecológico em Minas Gerais.

1.1 História das teorias dos movimentos sociais

Diferentes paradigmas teóricos foram elaborados, em momentos históricos específicos, para explicar como e por que indivíduos se engajam em mobilizações para perseguirem objetivos comuns. A partir das mudanças ocorridas nas ações coletivas e nas estruturas sociais, políticas e econômicas dos países, as teorias passaram por reelaborações, adaptações e aprimoramentos para acompanhar as diversas práticas de mobilização. Essas teorias conformam a tradição de estudos sobre movimentos sociais.

As análises clássicas sobre os movimentos sociais partiam de um acentuado viés marxista, baseadas na *classe* como categoria explicativa, na qual grande parte das produções se referiam ao movimento operário, principalmente sindicais, com enfoque nas lutas por melhores condições materiais dos trabalhadores (BRINGEL e TEIXEIRA, 2015; GOHN, 2014).

A partir da década de 1960, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, novos *sujeitos* passaram a ganhar destaque na cena política, apoiados não mais na categoria classe, mas, principalmente, em lutas pela defesa dos direitos civis, pelo meio ambiente, por moradia, gênero, entre outros (BRINGEL e TEIXEIRA, 2015). Essas mobilizações também não buscavam a tomada do poder de Estado, mas demandavam mudanças progressivas na sociabilidade e na cultura, utilizando de modos performáticos e diretos de ação política. Se configuravam, portanto, como movimentos sociais (ALONSO, 2009).

Um conjunto de teorias sobre os movimentos sociais foram então elaboradas para explicar o fenômeno que se apresentava. As primeiras, chamadas teorias estruturais, sugeriam que as regras institucionais conduziram a ação para determinadas direções, independente das leituras dos ativistas sobre o mundo (JASPER, 2016).

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), elaborada por McCarthy e Zald (1977), focaliza a dimensão microorganizacional da ação e ressalta a racionalidade presente nas mobilizações coletivas, afirmando que os movimentos possuem organização e sentido. Tal ação, baseada na racionalidade, só alcançaria sucesso a partir da existência de recursos materiais (financeiros e infraestrutura), humanos (ativistas e aliados) e organizativos (coordenação e gestão dos atores). Por meio da metáfora econômica de que os movimentos sociais são como empresas, ressalta-se a burocratização dos movimentos, os quais estabelecem normas, divisão do trabalho, hierarquias e especialização dos membros para a ação, o que leva também a uma administração dos recursos e das práticas. Para os autores, explicar o processo de mobilização se mostrava mais significativo que explicar as razões que levavam às mobilizações coletivas (MCCARTHY e ZALD, 1977).

Ao igualar os movimentos sociais a outros fenômenos sociais dotados das mesmas características, como partidos políticos, a TMR privilegia a abordagem de ação racional e estratégica da ação coletiva. Aspectos macroestruturais e culturais, importantes para compreender as mobilizações e o problema da identidade coletiva, não se configuraram como elementos centrais para os autores, o que resultou em uma série de críticas, entre elas a pouca capacidade de explicar as microfundamentações da ação coletiva (GOHN, 2008; ALONSO, 2009).

A segunda teoria estrutural com maior proeminência, a teoria do processo político (TILLY, 1978; MCADAM, 1999; TARROW, 1998) analisa a mobilização social do ponto de vista político-institucional, histórico e social. Nessa abordagem, a ação coletiva é condicionada por estruturas de oportunidades políticas (EOP), momentos de mudança nas dimensões formais e informais do contexto político que podem ser usados como oportunidades por atores coletivos

para expressar suas reivindicações e demandas na arena pública (TARROW, 1998). No argumento dos autores, as estruturas importam porque delinham o curso da ação política contenciosa ao possibilitar, mas também limitar, as escolhas possíveis dos atores. A ação é contenciosa “no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem” (TILLY, 2010, p. 136). É política porque “governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda” (ibidem).

Ao pensarmos nas práticas rotineiras dos movimentos sociais e nas escolhas dos agentes, nos referimos ao que Tilly denominou de repertórios de ação⁴, um conjunto finito de práticas que são aprendidas, difundidas e encenadas pelos atores sociais (TILLY, 1995). Os repertórios são, portanto, criações culturais e se manifestam a partir de performances como protestos, ocupações, atos públicos, escolhidos pelos atores a partir do contexto de ameaças ou oportunidades ao qual estão inseridos.

Assim como a TMR, a TPP concebe os indivíduos como dotados de racionalidade e capazes de fazer escolhas estratégicas. Essa abordagem acaba, de certo modo, negligenciando aspectos subjetivos, que levam as ativistas ao envolvimento com determinado movimento social, ao focalizar processos de mobilização e institucionalização das ações coletivas. Após as diversas críticas recebidas por ser uma teoria com forte determinismo estruturalista, ou seja, dando pouca atenção à capacidade de atores individuais e coletivos moldar novas regras para o jogo político e social, Tilly, Tarrow e McAdam (2001) redefiniram o fenômeno de estudo para dar mais ênfase à cultura e explicar mobilizações para além dos movimentos sociais. Passam então a compreender os movimentos sociais como uma variação da forma de ação contenciosa, as quais incluem partidos, revoluções, terrorismo, guerras civis, entre outros. Dessa forma, a teoria passa a abarcar conflitos políticos em geral (contentious politics) e espaços políticos não institucionalizados, como da sociedade civil, em arenas nacionais e globais (ALONSO, 2009).

A produção de uma literatura de abordagem efetivamente cultural é encontrada nas elaborações dos teóricos dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Embora não formem uma tradição coesa de estudos como a TPP e a TMR, há convergências nas análises dos autores

⁴ Em um diálogo com a literatura, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) sugerem complementar o conceito de repertórios de ação. De acordo com as autoras, os movimentos sociais mobilizam um conjunto de práticas na interação com o Estado, os *repertórios de interação*, sendo eles: protesto e ação direta, participação institucionalizada (utilização de arenas de diálogo oficiais para interação entre Estado e Sociedade Civil), política de proximidade (negociação direta com tomadores de decisão) e ocupação de cargos na burocracia (quando atores de movimentos sociais atuam por dentro do aparato estatal).

sobre as mobilizações coletivas. Segundo o diagnóstico dos teóricos, mudanças macroestruturais ao longo do século XX, alteraram a natureza do capitalismo, deslocando o foco do mundo do trabalho e da produção para a vida cotidiana, abrindo espaço para novos temas e agentes no cenário político. Essa mudança demandou a democratização dos espaços públicos, das estruturas sociais e passou a afirmar novos valores e identidades. Nesse cenário, abre-se espaço para movimentos de resistência, simbólicos e identitários, como o feminismo, o pacifismo e o ambientalismo. Importante destacar que a ação dos novos movimentos não se dirigiria apenas ao Estado, mas à sociedade civil, em um esforço por mudar estruturas sociais a longo prazo (SCHERER-WARREN, 2014; GOHN, 2007; ALONSO, 2009).

De acordo com Melucci (1989), as sociedades complexas se produzem a partir de uma integração gradual das estruturas econômicas, políticas e culturais. Os conflitos, antes lidos apenas por lentes econômicas ou políticas, passam a afetar o tempo e espaço na vida cotidiana, a identidade pessoal, as motivações e os padrões culturais da ação individual. Para explicar o que levavam indivíduos a se envolverem coletivamente em ações políticas, Melucci (1989) avança em uma argumentação construcionista e processual. Em outros termos, Melucci (1989) é exemplo de uma geração de autores que passam a dar destaque à microdinâmica da construção dos movimentos sociais e a interação destes com o poder político constituído. Entra em cena então a dimensão analítica dos afetos coletivos, eventos transformadores, ressignificações e as estratégias dos movimentos sociais. À medida que estabelecem interações e trocam informações, os atores produzem e negociam significados, identificam o que há em comum, tomam decisões em conjunto e constroem a ação coletiva. Dessa forma, a identidade coletiva se constitui como a capacidade “interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI 1988, p. 342, apud ALONSO, 2009, p. 65). Desse modo, o autor reconhece que existem constrangimentos e oportunidades, que limitam a ação, mas essa é mediada pela percepção dos atores envolvidos nos processos.

As principais críticas destinadas a TNMS referiam-se à distinção entre “velhos” e “novos”, defendendo que movimentos sociais sempre combinaram demandas simbólicas e materiais. Além disso, de forma contrária aos autores da TPP, ao privilegiar o plano societário, a TNMS negligenciou a relação entre movimentos sociais e as instituições políticas. Dessa forma, a teoria fornece elementos para pensar a formação das mobilizações coletivas, mas explica de forma limitada as mudanças estruturais e relações dos movimentos com a dinâmica político-institucional (ALONSO, 2009).

Embora muitas críticas sejam destinadas aos conjuntos de teorias, principalmente à TMR e à TPP, estas permanecem delineando as discussões atuais sobre movimentos sociais e fornecendo elementos importantes para as discussões, considerados vitais para as análises contemporâneas empreendidas sobre ação coletiva (NUNES, 2014).

Inspirados pelas teorias da sociologia relacional, parte dos estudos sobre movimentos sociais moveram a atenção dos processos de estrutura macro, que ocasionam as mobilizações, para o nível meso⁵ de análise, que possibilitam a formação das relações de interdependência social que materializam as mobilizações. Isso significava compreender os movimentos não mais como determinados pelas estruturas sociais, nem como uma somatória de indivíduos atomizados guiados por cálculos racionais e interesses próprios (GRANOVETTER, 1985; HIGGINS e RIBEIRO, 2018).

A partir das abordagens de nível meso, o ativismo passou a ser analisado como fluxo constante de interação social, cenário onde muitos autores adotaram noção de redes sociais para descrevê-lo (ALONSO, 2009). Movimentos sociais seriam, portanto, “uma estruturação policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulariam recursos, valores, informação e poder” (ibidem, p. 73). Esse é o conceito proposto por Diani, que define movimentos sociais enquanto “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, tendo como base uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 13).

A definição de redes permite diferenciar os movimentos sociais de outros processos de ação coletiva a partir de três dimensões (DIANI e BISON, 2004). A primeira diz da experiência dos movimentos sociais como profundamente imbricada ao manifesto público de um *conflito social* (ABERS, 2020). Além da ação coletiva se orientar para soluções de problemas coletivos, como reparação de injustiças ou expressar apoio a valores e questões morais, ela está relacionada a movimentos sociais quando identifica alvos para os tais esforços coletivos. A ação coletiva é associada a movimentos sociais quando questiona a legitimidade ou o comportamento de atores sociais e políticos específicos. A segunda dimensão é definida por densas *trocias interorganizacionais*, na qual atores individuais ou organizações engajam-se na

⁵ Análises de nível mesossociológicas compreendem as ações sociais como moduladas e atreladas a relações sociais, formando agregados sociais e instituições com características e funções específicas. Nessa perspectiva, a ação social é concebida imersa em relações sociais (GRANOVETTER, 1985), o que difere de uma abordagem estruturalista (na qual a estrutura social, seja de origem econômica e/ou política, determina as ações dos agentes), e de uma abordagem agencial microssociológica (onde a somatória de ações individuais dos agentes é a peça central nos fenômenos sociais).

busca por projetos coletivos, sustentando sua independência e autonomia. A definição de estratégias, as decisões e coordenações de iniciativas, bem como as condutas a serem estabelecidas pelos membros individuais, dependem de acordos contínuos entre as ativistas envolvidas na ação coletiva. Por fim, a terceira dimensão é definida pela *identidade coletiva*, onde os membros compartilham um sentimento de propósito comum, que permite que as ativistas enxerguem a si mesmas ligadas umas às outras, em um processo de contínua negociação de sentido no interior dos movimentos sociais (MELUCCI, 1989; DIANI e BISON, 2004).

No Brasil, a ideia de redes emerge como chave de leitura na década de 1990, para compreender as dinâmicas de cooperação solidária (SCHERER-WARREN, 2014), bem como as mobilizações coletivas atravessadas pela “transnacionalidade, pluralismo organizacional e ações interativas entre instituições variadas” (BRINGEL e TEIXEIRA, 2015, p. 64). Mais recentemente, o conceito de redes de movimentos tem sido incorporado na literatura brasileira para compreender as diferentes formas de relação entre a sociedade e o Estado ocorridas nas últimas décadas no país (ABERS, VON BÜLOW, 2011; BARCELOS, PEREIRA e SILVA, 2017; ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018). Abers e Von Bülow (2011) demonstram como a tipologia de redes oferecida por Diani (1992), ajuda a compreender como movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado e, como às vezes, buscam conquistar seus objetivos trabalhando por dentro do aparato estatal. Já Barcelos, Pereira e Silva (2017) e Abers, Silva e Tatagiba (2018) apresentam como o conceito de redes (DIANI, 1992) pode ser operacionalizado, a partir de uma perspectiva relacional, para compreender as dinâmicas de interação entre movimentos sociais e políticas públicas.

Essa literatura têm demonstrado como os movimentos sociais são capazes de incidir em políticas públicas por meio da ação institucionalizada, através da presença em conselhos, orçamentos participativos, conferências de políticas públicas, bem como outros canais de participação institucionalizada (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014; CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2017; LAVALLE et al., 2018). Além disso, os estudos destacam também a ocupação de cargos na burocracia estatal por ativistas de movimentos sociais, que agem no interior das instituições políticas com o intuito de influenciar, em direção a suas causas, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014; ALBUQUERQUE, 2015; FERREIRA, LOTTA, 2016; HASLAM e GODFRID, 2020).

Ao analisar a trajetória desses ativistas, constata-se que muitos atuam a partir de um “trânsito institucional”, ou seja, circulam em organizações de movimentos sociais, instituições

públicas e partidos políticos (SILVA e OLIVEIRA, 2011). Podem também, de acordo com Tatagiba e Teixeira (2016), apresentar uma “múltipla filiação”, participando concomitantemente em órgãos da administração pública e em movimentos sociais. Ainda, em alguns casos, burocratas agem por dentro do aparato estatal em defesa de pautas de um movimento social, mesmo sem possuir vínculos prévios com aquelas organizações sociais (ABERS 2015; 2019).

Tais fenômenos têm sido descritos a partir do conceito de “ativismo institucional”, que diz da ação de atores na defesa dos projetos políticos dos movimentos sociais no interior das instituições públicas, apresentando ou não, vínculos prévios com movimentos sociais (PEREIRA, 2020).

Cabe ressaltar que os estudos sobre essa forma de ativismo ganharam centralidade no cenário brasileiro, sobretudo em razão do fluxo de ativistas de movimentos sociais para órgãos do Poder Executivo, principalmente no nível federal, com a entrada do Partido dos Trabalhadores no poder, a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002 (PEREIRA, 2020). Dessa forma, diversos trabalhos concentraram-se nas análises sobre ativismo institucional em órgãos do Poder Executivo, priorizando a ação dos “burocratas ativistas”, indivíduos que se aproximam de governos, a ponto de fazerem parte do quadro institucional em secretarias e ministérios, com o intuito de promover por dentro ações em favor das causas pelas quais militam (FERREIRA e LOTTA, 2016).

Recentemente, Pereira (2020) demonstrou como essa atuação acontece, também, no Poder Legislativo, a partir de “indivíduos que ocupam cargos de assessoria parlamentar, tendo como um de seus principais objetivos e motivações a promoção de ações que beneficiem as causas pelas quais militam, tendo vínculos prévios com organizações de movimentos sociais ou não” (PEREIRA, 2020, p. 314). Denominados “assessores ativistas”, estes atores buscam trabalhar junto de parlamentares aos quais os projetos vão ao encontro das causas que militam. Estes atores “também tendem a se apresentar publicamente como defensores das causas que defendem nas instituições legislativas, definindo sua militância como traço fundamental de sua identidade” (idem, p. 315). São, portanto, importantes atores na mediação entre movimentos sociais e parlamentares, ao transitarem entre os diferentes ambientes, recebendo demandas de ativistas, articulando estratégias e mediando conflitos entre os movimentos e os representantes.

Dessa forma, a perspectiva de análise de redes de movimentos possibilita a apreensão de diferentes padrões de interação entre a política não institucionalizada e a política institucionalizada e, ainda, como esses processos oportunizam diferentes táticas de atuação dos

movimentos sociais, mais ou menos conflitivas ao longo do tempo (BARCELOS, PEREIRA e SILVA, 2017).

Até aqui, apresentamos os principais paradigmas teóricos que sustentaram os estudos sobre os movimentos sociais. A partir da evolução metodológica, bem como o amadurecimento do campo, as análises sobre movimentos sociais foram se complementando gradualmente. No campo recente dos estudos de movimentos sociais, teorias de médio alcance são céticas diante das teorias macrossociológicas, seja de corte funcional-estruturalista ou marxista ortodoxo. As teorias de médio alcance foram elaboradas para refinar as análises sobre as ações coletivas e dar conta da grande complexidade dos movimentos sociais. Na seção seguinte, caracterizamos a teoria dos campos - uma teoria que agrega diversos elementos abordados pela sociologia das organizações, pelas teorias institucionalistas e de movimentos sociais, e lança um olhar mais aprofundado e integrador acerca das ações coletivas, abrangendo questões que podem emergir na presente pesquisa.

1.2 A teoria dos campos

Em um esforço de compreender a ordem social, Fligstein e McAdam (2012), afirmam que os estudiosos das organizações e dos movimentos sociais estão interessados em analisar um fenômeno subjacente, qual seja, a ação estratégica coletiva. A partir do diagnóstico da fragmentação dos subcampos de análise social e política, bem como das perspectivas especializadas para explicar os diversos fenômenos empíricos, os autores propõem uma teoria integradora, a teoria dos campos de ação estratégica, com o objetivo de estabelecer um terreno comum capaz de sustentar o desenvolvimento de estudos nas várias subáreas das ciências sociais⁶. Parte dessa teoria incorpora elementos de modelos analíticos anteriores sobre movimentos sociais e campos⁷, mas dá um passo além, ao propor uma análise da estrutura geral da sociedade contemporânea e as formas de ação frequentes nessa estrutura.

Na teoria, os *campos de ação estratégica* são entendidos como arenas socialmente construídas de nível meso, nas quais atores (individuais e coletivos) interagem, distribuem recursos e competem por vantagens, sejam materiais, de poder ou *status* (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012). O reconhecimento de um campo pressupõe a existência de indivíduos que relacionam entre si, a partir de entendimentos comuns em torno de determinado objetivo.

⁶ O esforço de entender a relação entre ação e estrutura a partir de uma discussão entre diversas perspectivas teóricas (como sociologia da ação, pragmatismo, teoria dos movimentos sociais, institucionalistas), também é encontrado em outros autores. Vide McAdam e Scott (2005), Schneiberg e Lounsbury (2008), Abers (2021).

⁷ As principais inspirações teóricas da teoria dos campos de ação estratégica são encontradas no conceito de campo de Bourdieu (2001) e na sociologia das organizações de Powell e DiMaggio (1991).

São quatro os aspectos básicos de significados compartilhados pelos atores que fundamentam os campos: o que está em disputa no campo; quais atores pertencem ao campo e a posição hierárquica que ocupam (quem são os aliados, os concorrentes, quem detém mais recursos); quais são as regras, práticas legítimas e entendimentos compartilhados no campo; qual quadro interpretativo os atores estratégicos individuais e coletivos utilizam para orientar as ações no campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012).

De acordo com Fligstein e McAdam (2012) os campos são compostos por dois tipos de atores: *os incumbentes e os desafiantes*⁸. Os incumbentes são os atores que exercem uma influência dominante o suficiente para centralizar os recursos, os discursos e reivindicações que legitimam e, ao mesmo tempo, estabilizam as ações dentro do campo. Por outro lado, os desafiantes ocupam posições menos privilegiadas e, conseqüentemente, exercem menos influência nas interações. Ao reconhecerem a natureza e a lógica do campo, os desafiantes podem articular uma visão alternativa e agir estrategicamente para alcançar novas posições e recursos dispostos. Mas nem sempre estão interessados em subverter a hierarquia de poder no campo, na maior parte das vezes estão em conformidade com a ordem prevalecente, aguardando oportunidades e crises de governança para se valerem de uma nova distribuição de recursos.

Os campos de ação estabelecidos possuem muitas das vezes *unidades de governança*, entendidas como instâncias decisórias que organizam, supervisionam e estruturam o adequado funcionamento do campo. As unidades fazem isso por meio de regras formais e informais que regem o sistema de interações intra ou intercampos, delineando as possibilidades de ação dos atores envolvidos. Segundo os autores (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012), as unidades imprimem os interesses dos incumbentes e são desenhadas para reforçar, legitimar e justificar suas ações, sendo portanto mais ou menos democráticas, a depender do equilíbrio de poder políticos dos atores.

Os tipos e as características das interações estabelecidas pelos agentes em determinado campo podem caracterizá-lo como fortemente acoplado ou frouxamente acoplado (WEICK, 1976; ORTON e WEICK, 1990). Os campos fortemente acoplados possuem atores interligados de forma consistente e dependentes entre si. São caracterizados pelo cumprimento de regras formais, que assumem uma lógica linear e racional, as quais garantem o êxito das ações organizacionais. Campos fortemente acoplados são observados quando há: centralização das informações e das tomadas de decisão; intenso monitoramento das ações; regras assentadas sob forte consenso; e redes de *feedback* que assegurem a qualificação do cumprimento dos objetivos

⁸ Esses termos foram utilizados originalmente por Gamson (1975) para caracterizar organizações de movimentos sociais.

do campo. Os campos frouxamente acoplados, por sua vez, apresentam atores que se afetam de forma indireta, ocasional e eventual. A autonomia dos agentes, regras mínimas, capacidade de improvisação dos atores, bem como respostas distintas para problemas iguais, são as principais características que prevalecem nesses campos. As relações frouxas podem acontecer entre indivíduos, grupos, organizações, atividades e níveis hierárquicos (ORTON e WEICK, 1990).

É a ação estratégica de determinados indivíduos, na busca por criar e manter organizações sociais, que possibilita a construção de coalizões entre desafiadores ou incumbentes. Tais indivíduos constroem essas estratégias através do uso de suas *habilidades sociais*. A habilidade social é a capacidade cognitiva altamente desenvolvida que indivíduos ou atores coletivos possuem para analisar contextos e pessoas e enquadrar linhas de ação a partir da construção de significados comuns (FLIGSTEIN, 2001).

As habilidades sociais não se fundamentam apenas nos recursos materiais disponíveis para os líderes estratégicos dos grupos, mas, principalmente, na capacidade de mobilizar as dimensões empáticas e comunicativas de modo que se assegure a cooperação de outros atores no campo. A habilidade social se apresenta como um esforço de complexificar a atuação isolada e racional dos atores nos campos sociais, atentando para a capacidade de construir identidades coletivas, propósitos comuns e mobilizando assim redes de atores para ação⁹. Pertinente ressaltar que, segundo os autores, a habilidade social pode ser compreendida enquanto uma ação intencional, mas configurada pelas estruturas, instituições e relações de poder que limitam a agência dos atores (MCADAM, TARROW e TILLY, 2001; (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012).

Em campos emergentes, atores hábeis podem se transformar em empreendedores institucionais (FLIGSTEIN, 2001), figuras que operam nas arenas como elos que conectam redes, carregando consigo elementos dos conflitos ocorridos entre arenas, organizando ideias e interesses dispersos, justificando assim suas posições de destaque nos campos. Os temas, propostas e atores habilidosos que circulam intra e intercampos constituem os elos de conexão entre eles (FLIGSTEIN, 2001).

O *ambiente externo ao campo* possui um papel central na teoria, principalmente, ao tratar de relações entre grupos. Para Fligstein e McAdam (2011), todos os campos de ação estão

⁹ A teoria da ação criativa de Hans Joas (1996) se assemelha à teoria da habilidade social. Para o autor, a agência não deve ser pensada como ausência de estrutura. Ao invés disso, a ação criativa surge da possibilidade de se buscar novas formas de utilizar os recursos disponíveis em dado contexto. Ao propor a ação criativa, o autor rompe com as tradições da sociologia da ação que envolve: atores racionais que fazem cálculos de custo e benefício (indivíduo subsocializado); indivíduo que essencialmente obedece a normas e regras pré-definidas (indivíduo supersocializado).

inseridos em complexas redes de outros campos. Algumas distinções são úteis para caracterizar a natureza dessas interações, como: a) a distância da interação, se são formados campos mais próximos ou mais afastados, com vínculos menos recorrentes; b) a hierarquia entre os campos, se um exerce mais poder sobre o outro (relação vertical), ou se há uma dependência mútua entre eles (relação horizontal); e por fim, c) se há filiações com arenas estatais e não estatais.

Dada a característica de interdependência, uma mudança significativa em algum dos campos faz com que desestabilizações possam ocorrer em outros campos, direta ou indiretamente. A posição dos incumbentes é importante para que o campo resista às alterações de pressões externas, devido às consideráveis vantagens materiais, políticas e culturais de que desfrutam, podendo contar com o suporte de aliados de outros campos e unidades de governança. Desse modo, uma transformação expressiva a ponto de produzir uma crise só é possível quando a oportunidade ou ameaça é percebida por atores internos que mobilizam recursos para sustentar a mudança no campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012).

A contenção se desdobra a partir de um processo comunicacional e social, no qual atores dotados de habilidades sociais violam as regras a partir de práticas legítimas e promovem ações inovadoras¹⁰. As características significativas desses episódios contenciosos são: a ação inovadora; um senso comum de incerteza e crise em relação às regras que regem o campo; e uma mobilização constante sustentada pelos atores incumbentes e desafiantes. São os desafiantes os primeiros a promoverem ações inovadoras a partir de novos repertórios de ação, enxergando ali uma oportunidade para alcançarem novas posições. Já os atores dominantes frequentemente recorrem ao *status quo* para sustentar a ordem no campo, muitas das vezes com auxílio de atores estatais aliados¹¹ (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011).

Após os momentos de contenção e crise, a elite consolidada pode reafirmar o *status quo* dos campos por meio de suas habilidades sociais. Caso contrário, o campo pode girar em torno de um novo *acordo institucional*, com a formação de novos quadros de poder, nova distribuição de recursos materiais e simbólicos e novos atores com habilidades sociais mais destacadas. De modo geral, se os campos são os geradores de episódios contenciosos, muitas das vezes eles

¹⁰ Aqui há uma clara influência do conceito de estruturas de oportunidades políticas visto anteriormente (TARROW, 1998), que destaca como momentos de mudança no contexto político podem ser usados como oportunidade por atores coletivos para expressarem suas agendas na arena pública.

¹¹ Um interessante exemplo de aplicação do conceito é encontrado no trabalho realizado por Alonso e Mische (2016), no qual as autoras analisam as ondas de protestos políticos de junho de 2013 no Brasil, dividindo analiticamente as performances dos manifestantes em dois campos de ação estratégicos, parcialmente sobrepostos, um à direita e outro à esquerda do governo federal. A partir da abordagem de *contentious politics* (MCADAM, TARROW e TILLY, 2001) as autoras compreendem os elementos dinâmicos, relacionais e culturais que compuseram os campos de ação dos protestos, como os alvos, repertórios, estilos estéticos e reivindicações.

mesmos fornecem os elementos e modelos para que as crises se encerrem e haja um estabelecimento e enraizamento de uma nova ordem (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011).

Importante destacar que o Estado e os atores estatais são compreendidos como uma conjunção de campos densos em ação que exercem um papel central no surgimento e estabilização de outros campos, e compreende desde arenas parlamentares e forças armadas, até espaços deliberativos como conselhos e instituições participativas. De acordo com Fligstein e McAdam (2012), a ação estratégica dos campos do Estado estão organizados para atender, em maior ou menor grau, os interesses das elites que dominam as estruturas do aparato estatal. Mas tais campos são também organizados para apoiar os interesses dos incumbentes dos campos não estatais que participam da estruturação das arenas do Estado.

Fato é que o Estado não é um ator unificado, e o conjunto de campos que o compõem aumentam e diminuem conforme competem por apoio e recursos de outros campos, estatais e não estatais. Há um processo de mútua dependência, no qual os campos de ação estratégica do Estado dependem dos vínculos dos campos de fora, ao mesmo tempo que tais campos não estatais dependem do Estado para reconhecer sua legitimidade (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012). A estabilidade em um campo, segundo os autores, é grande parte proveniente de suas relações e interações com outros campos. Portanto, é importante que as restrições e oportunidades impostas pelas ordens sociais e a miríade de laços compartilhados por elas sejam levadas em consideração na análise da dinâmica do campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011).

É o aspecto de centralidade do Estado no tecido social que o caracteriza como principal campo de disputa e negociação por grupos organizados, que se mobilizam de formas variadas para lograr espaço nas arenas políticas (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012).

A abordagem dos campos e da habilidade social oferece uma perspectiva analítica interessante para repensar os papéis tanto dos atores nas discussões sobre Estado, política, redes de movimentos e economia, quanto para examinar as estruturas que baseiam as relações nos campos. Tal perspectiva nos parece adequada principalmente para a análise proposta no trabalho, dado que possibilita compreender as relações entre movimentos sociais, entre redes de movimentos e entre os atores do sistema político com as redes de movimentos agroecológicos a partir de uma lente relacional, considerando tanto as ações conflituosas quanto as ações de cooperação nesses campos.

Por fim, é importante delimitar adequadamente o nível de análise proposto no presente trabalho, ao lançar mão de conceitos relacionais como *campos de ação estratégica* e *redes de movimentos sociais*. O conceito redes de movimentos pode ser utilizado de forma intercambiável, ou seja, é possível que seja empregado para analisar os movimentos sociais

como espaço de confronto, onde as disputas identitárias ou táticas no seu interior serão objeto de investigação, ou como atores coletivos, no qual o objeto de análise se volta para compreender a ação de atores engajados em causas contenciosas (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; ABERS, 2020). Já o conceito de campos de ação estratégica refere-se tradicionalmente a espaços relacionais de confronto, no qual os atores envolvem-se em causas contenciosas, do mesmo modo que os subsistemas deliberativos e subsistemas de políticas, como veremos adiante (BARCELOS, PEREIRA e SILVA, 2017).

Nesses termos, as redes de movimentos sociais são percebidas no presente trabalho enquanto conjuntos de atores envolvidos em um confronto político, imersos em campos de ação estratégica. Tais campos de ação podem se dar nas esferas sociais, mercadológicas, estatais e políticas. As interações entre os diferentes atores dessas esferas conformam os campos de ação estratégica e dão origem aos subsistemas de políticas públicas, questão central da seção seguinte.

Nessa seção abordamos a teoria dos campos de ação estratégica com o intuito de apresentar um quadro teórico que fornecesse elementos para examinar as relações entre redes de movimentos e destes com atores do sistema político, a partir de uma lente relacional. No próximo tópico, realizaremos uma discussão sobre os subsistemas de políticas públicas e formação de agenda, para compreender como movimentos atuam nas arenas estatais para disputar modelos alternativos de políticas públicas.

1.3 Os subsistemas de políticas públicas

Para o presente trabalho importa compreender a capacidade dos movimentos agroecológicos se mobilizarem politicamente para representar seus interesses nos campos políticos, tendo como recorte principal as dinâmicas de interação e estabilização com atores políticos do legislativo mineiro. Na prática, os movimentos sociais empenham esforços em arenas restritas de atuação, com o Estado e o sistema político, para disputar e experimentar modelos alternativos de políticas públicas.

Quando grupos conseguem acesso às arenas políticas e de algum modo, estabelecem relações diretas com burocratas e atores políticos, novos campos de ação se formam em torno de determinadas políticas públicas. São esses campos chamados de comunidade de políticas públicas (*policy communities*), redes de políticas públicas (*policy networks*) e subsistemas de políticas públicas (*policy subsystem*) (BAUMGARTNER e JONES, 1991). Essa configuração se deve, principalmente, ao grande escopo de atuação do Estado e da especialização da

burocracia, em áreas como meio ambiente, educação, saúde, transporte, entre outros (CAPELLA, 2018).

Como afirma Thurber (1996), o sistema político apresenta três dimensões essenciais. A primeira, chamada macrossistema (*macro policy systems*), refere-se à dimensão na qual as decisões tomadas afetam diretamente as políticas públicas e a estrutura de poder em torno delas. Tais decisões afetam a vida de muitos indivíduos e grupos, envolvem interesses diversos e geram impactos sobre o sistema político, econômico e social, despertando grande atenção da opinião pública. Os microssistemas (*micro policy systems*) estão no outro extremo e envolvem resoluções que não despertam a atenção da mídia e do público. Nessa dimensão, são definidas questões que exigem alto rigor técnico, as quais envolvem um reduzido quadro de especialistas e tomadores de decisão que buscam centralizar o processo decisório e limitar o acesso a outros indivíduos.

No nível intermediário, entre o microssistema e o macrossistema, situam-se os subsistemas (*policy subsystems*). Os subsistemas são entendidos como um conjunto de atores (políticos, especialistas em políticas, burocratas, ativistas, acadêmicos, lobistas), que se dedicam a uma temática política específica (THURBER, 1996). Tais atores concentram seus esforços em limitadas arenas de atuação do Estado e operam em domínios específicos de políticas públicas (*policy domain*) (BIRKLAND, 2006).

Originalmente elaborado por John Freeman (1955), o conceito de subsistema corresponde a campos “compostos de um número limitado de atores e instituições, geralmente reunidos em grupos mais ou menos coesos, que se especializam e direcionam seus esforços para algumas questões específicas em relação a uma política” (CAPELLA e BRASIL, 2015, p. 58). Nos subsistemas, esse grupo de atores, dotados de capital informacional, relacional e, por vezes, econômico, atuam de forma estratégica para que suas ideias sejam privilegiadas.

Subsistemas também se configuram como importantes espaços para geração de *ideias* sobre problemas sociais que podem ser mediados a partir da criação de políticas públicas. Os participantes apresentam nesses campos possíveis intervenções para determinadas questões e o próprio grupo desempenha o papel de filtragem das propostas, num processo onde algumas são consideradas e outras descartadas. As proposições coerentes com os valores do grupo e tecnicamente mais viáveis são difundidas no subsistema e alcançam um consenso entre os participantes (CAPELLA e BRASIL, 2015). Dessa forma, além de possibilitarem a organização de interesses, os subsistemas também viabilizam diagnósticos sobre diferentes problemas sociais e um intercâmbio de informações mais próximo entre as esferas de tomada de decisão. Faz-se necessário pontuar que a dinâmica nesses campos ocorre, muitas vezes, independente

do calendário eleitoral, das mudanças nos quadros da alta burocracia e também não são ditadas diretamente pela pressão do campo midiático sobre a ação governamental, apesar de poder se beneficiar dela (CAPELLA e BRASIL, 2014).

Os subsistemas, portanto, se configuram como uma espécie de campo de ação, no qual grupos atuam como agentes de mudança ou de manutenção do *status quo*. Tatagiba, Abers e Silva (2018) argumentam que os movimentos sociais atuam nos subsistemas construindo modelos alternativos de políticas públicas, ou seja, apresentando um conteúdo e um *modus operandi* que desafiam a lógica dominante, ainda que essa prática se dê de forma residual, no sentido de recursos públicos destinados às políticas e na posição que ocupam no conjunto da política pública. Assim, “os movimentos sociais participam deste processo na medida que propõem (e experimentam) modelos alternativos que irão desafiar modelos concorrentes” (ibidem, p. 107). Nessa atuação, os movimentos sociais buscam traduzir em políticas, a partir da ação criativa, as ideias que configuram seus projetos políticos¹² (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016).

Os subsistemas podem ser compreendidos também por meio de uma análise que percebe como redes de atores e organizações se estruturam para controlar/influenciar a agenda pública (BIRKLAND, 2006). O termo agenda refere-se a “uma coleção de problemas, entendimentos de causas, símbolos, soluções e outros elementos de problemas públicos que chamam a atenção do público e de seus representantes governamentais” (BIRKLAND, 2006, p. 63). A agenda pode se apresentar de forma concreta, por meio uma série de projetos que tramitam em uma casa legislativa, como também de forma simbólica, por incluir uma série de crenças e percepções sobre os problemas públicos e como esses devem ser tratados pelo governo, por ONG’s, pelo setor privado, ou mesmo através de uma ação articulada por algumas ou por todas essas instituições (idem)¹³.

Segundo Birkland (2006), a agenda é um processo contínuo na qual questões são priorizadas em momentos distintos. Um problema social precisa percorrer entre quatro níveis de agenda antes que alguma política pública seja desenhada ou mudanças em políticas

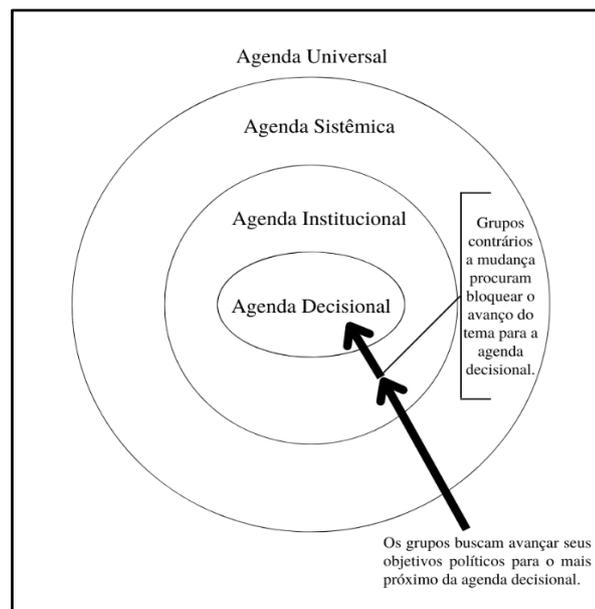
¹² Por projeto político entende-se o conjunto de “crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 38).

¹³ É importante ressaltar que o campo de estudos sobre agenda possui uma vasta literatura dentro da área de políticas públicas. Entendemos que dentro dos estudos da Ciência Política e da Administração Pública, existem campos específicos que se dedicam a estudar tanto os subsistemas de políticas públicas quanto os processos de *agenda-setting*. O intuito de aproximar ambas teorias é, a partir de um uso pragmático, montar um *framework* analítico que ajude na análise do objeto de pesquisa. Nesse sentido, a perspectiva apresentada de Birkland (2006) é uma teoria mais precisa para mostrar que a agenda do processo político é composta por várias etapas. Há teorias mais complexas sobre *agenda-setting*, como propostas por Kingdon (2003), Baumgartner e Jones (1993) e Bardach (2009).

específicas sejam estabelecidas. O nível mais amplo, denominado universo da agenda, contempla todas as questões possíveis a serem elaboradas e discutidas em um sistema político. A agenda sistêmica é um subconjunto desse universo, na qual encontram-se todas as temáticas consideradas relevantes e legítimas do ponto de vista da comunidade política, as quais podem ser consideradas para formulações de novas políticas públicas. As questões que são apreciadas pelos tomadores de decisão, sejam eles burocratas ou representantes políticos, passam a integrar a agenda governamental (institucional), um nível ainda mais reduzido. Por fim, em último nível está a agenda decisória. Quando um problema é entendido como importante para o governo, a questão se move da agenda governamental para a agenda decisória, onde são elaboradas propostas e soluções para aquele tema em específico (BIRKLAND, 2006).

Como podemos observar na Figura 1, cada nível de agenda também se apresenta como um campo de disputa. Os grupos que lutam por mudanças em políticas públicas, como os movimentos sociais, procuram mover as pautas políticas para a agenda decisória, enquanto grupos contrários à mudança empenham-se em bloquear o avanço dessas questões na agenda do sistema político.

Figura 1: Níveis de agenda



Fonte: Adaptado de Birkland (2006).

Como um conjunto de entendimentos sobre problemas públicos, a agenda existe em todos os níveis de governo, e todos eles, municipal, estadual ou federal, nas arenas executivas e legislativas, hierarquizam suas prioridades no campo de ação (BIRKLAND, 2006). Desse

modo, investigar a formação de agenda corresponde, no limite, a investigar relações de poder no campo político e as disputas e conflitos que delas emergem (CAPELLA, 2018). Faz-se necessário evidenciar que os atores e grupos que estão dispostos no jogo político não possuem acesso equânime aos recursos disponíveis no campo político¹⁴, sendo necessário, muitas das vezes, que atores dotados de habilidade social utilizem da ação criativa e das janelas de oportunidade para mover suas pautas para as agendas decisórias.

Isto posto, desponta o entendimento de que atores, temas e informações transitam pelos campos em um esforço contínuo de conectar arenas em disputa e acionar diferentes públicos com o intuito de estender as ações empreendidas nos subsistemas. Portanto, se faz importante perceber como a conexão e articulação entre as arenas dos subsistemas políticos se materializam nos espaços decisórios e abertos à participação da sociedade (SILVA E RIBEIRO, 2016; 2021).

Em diálogo com a teoria sistêmica deliberativa, Silva e Ribeiro (2016; 2021) propõem uma relevante discussão sobre subsistemas deliberativos e buscam investigar os conectores e as interações que mantêm as arenas de participação integradas¹⁵. A aproximação dessa perspectiva às abordagens de formação de agenda e subsistemas de políticas públicas podem apontar caminhos interessantes para perceber a ação empreendida pelos atores nos campos políticos investigados.

A abordagem dos sistemas deliberativos compreende os resultados dos processos democráticos como provenientes de um conjunto complexo de instituições políticas conectadas por mecanismos, os quais circulam interesses, ideias, temáticas e elementos outros que possibilitam as decisões políticas (SILVA E RIBEIRO, 2016). Nessa perspectiva, um sistema é “um conjunto de partes diferenciadas, mas interdependentes, com funções distribuídas e conectadas de forma a construir um todo complexo” (MANSBRIDGE et al., 2012, p. 3). Essa abordagem articula arenas formais de tomada de decisão e arenas informais de elaboração de questões e problemas públicos, as quais devem atuar em conjunto para promover decisões legítimas em um regime democrático. Desse modo, os sistemas deliberativos emergiriam da conexão de diferentes esferas discursivas e momentos deliberativos (MENDONÇA, 2016).

Ao considerarem a impossibilidade de desenvolvimento de estudos empíricos que compreendam a integralidade dos sistemas deliberativos, Silva e Ribeiro (2016; 2021) propõem preencher a lacuna teórica a partir de uma abordagem de nível meso. Entre as arenas do sistema (micro) e o conjunto de todas as arenas (macro), os quais estruturam a teoria dos sistemas

¹⁴ Nesse sentido, é importante destacar como a atenção, objeto de disputa entre os grupos, se configura como um recurso escasso.

¹⁵ Nesses trabalhos, os autores se dedicam a investigar as conexões e articulações em instituições participativas, especificamente os conselhos de políticas públicas estaduais (2016) e nacionais (2021).

deliberativos, os autores destacam a existência de um nível meso, os subgrupos de arenas deliberativas. Tais subsistemas podem ser delimitados a partir de três critérios: *i*) a natureza das arenas deliberativas, isto é, o tipo de instituições participativas a serem objeto de análise, como subsistemas de fóruns participativos, de conferências, de legislativos, de audiências públicas; *b*) as temáticas que orientam a ação política, sobre as quais se organizam os processos deliberativos, podendo ser formados subsistemas na educação, assistência social, saúde, segurança alimentar, agroecologia; *c*) a territorialidade, ou seja, a vinculação a um espaço geográfico, delimitando o nível ou esfera de governo a ser analisada.

Os indutores de conectividade¹⁶ dos subsistemas podem ser identificados a partir dos seguintes elementos: os componentes, que configuram os indutores de conectividade entre as arenas do subsistema (desenho institucional, atores, mídia, temáticas da política); os itens, que direcionam as dimensões a serem analisadas em cada um dos componentes; a avaliação empírica, que aponta quais fontes podem ser acessadas para a investigação dos itens.

Nesses subsistemas, assim como nos subsistemas de políticas públicas, os mecanismos que conectam os atores e organizações podem ser tanto formais quanto informais, partindo desde os arranjos institucionais até laços de amizade. Os subsistemas podem estar conectados por tais indutores, no entanto, a transmissão entre eles ocorre somente se as conexões possibilitarem o tráfego das deliberações de uma arena a outra (SILVA e RIBEIRO, 2021).

Desse modo, a ideia de subsistema deliberativo e os mecanismos que conectam seus atores pode ser relacionada à literatura sobre subsistemas de políticas públicas, na medida que aborda como atores ou organizações coletivas se mobilizam em torno de uma agenda, possibilitando inclusão de grupos antes marginalizados, e o fluxo desses mesmos atores ao longo das diferentes arenas (campos de ação estratégica), promovendo a conexão e integração dos campos (FARIA, 2017; SILVA e RIBEIRO, 2021).

Vimos assim, nesta seção, os conceitos de subsistemas de políticas públicas e de agenda decisória para compreender como os movimentos se organizam e articulam para representar seus interesses nas arenas decisórias do Estado. Além disso, aproximamos a literatura deliberacionista da abordagem de políticas públicas como forma de localizar como as arenas do subsistema se conectam. Como forma de sistematização do capítulo teórico, elaboramos um quadro síntese (Quadro 1) com os principais elementos analíticos a serem empregados na pesquisa.

¹⁶ Os indutores de conectividade são, segundo Mendonça (2016), fatores que possibilitam a construção de um sistema deliberativo real, em que as partes reconheçam a existência umas das outras e não trabalhem de forma independente. Nesse sentido, muitos fatores podem atuar como indutores de conectividade, como regras, desenhos institucionais, atores, tecnologias, etc.

Quadro 1: Principais elementos de análise empregados na pesquisa

| Elemento de análise | Descrição | Dimensões |
|---|---|--|
| Redes de movimentos sociais (DIANI,1992). | Conexões formais e informais entre ativistas, engajados em um conflito político ou cultural, compartilhando uma identidade coletiva. | Formas de interação e organização com outros grupos, recursos e conflitos. |
| Subsistemas políticos (THURBER, 1996). | Grupos mais ou menos coesos que direcionam seus esforços em torno de políticas públicas específicas. Configuram-se como espaços para geração de diagnósticos sobre problemas sociais. | Organização do subsistema em torno da construção de políticas para a agroecologia. |
| Subsistemas deliberativos (SILVA E RIBEIRO, 2016; 2021). | Subgrupos de arenas deliberativas que estruturam e formam o conjunto de todas as arenas, o macrossistema. | Coparticipação de atores em mais de uma instituição participativa, que atuam como conectores e transmissores entre as diferentes arenas. |
| Disputa por poder de agenda (BIRKLAND, 2006). | Processo de elaboração de um problema e fluxo percorrido entre os diferentes níveis de agenda. | Relação entre produção legislativa e os repertórios de interação dos movimentos. |
| Repertórios de ação/interação (TILLY, 1995; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014). | Conjunto de práticas e estratégias aprendidas, difundidas e empregadas pelos movimentos sociais em relações contenciosas e colaborativas. | Protestos, performances e ação direta, política de proximidade, participação institucionalizada, ocupação de cargos na burocracia, feiras e ocupações, entre outros. |
| Habilidade social (FLIGSTEIN, 2001; FLIGSTEIN e MCADAM, 2011; 2012). | Habilidade de atores individuais ou coletivos de produzir quadros interpretativos, agir de modo criativo e assegurar a cooperação de outros atores no campo. | Habilidade de lideranças dos movimentos em posicionamentos nas arenas políticas; habilidades de redes de movimentos na defesa de pautas agroecológicas nos espaços públicos. |
| Assessores ativistas (PEREIRA, 2020) | Indivíduos que ocupam cargos de assessoria parlamentar objetivando promover ações que beneficiem as causas pelas quais militam. | Militantes de movimentos sociais que ou atores sem vínculos prévios atuam ou atuaram como assessores parlamentares de deputados |

| | | |
|--|---|---|
| | | aliados ao movimento agroecológico. |
| Unidades de governança (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012). | Conjunto de regras formais e informais que regem o sistema de interações intra ou intercampos, delineando as ações dos atores envolvidos. | Organizações de movimentos agroecológicos, como ONGs, articulações, sindicatos, cooperativas; regimento sobre a produção legislativa e comissões parlamentares; arranjos institucionais dos canais de participação (audiências, orçamentos participativos). |

Fonte: Elaboração própria.

O objetivo que fundamenta a combinação entre diferentes unidades de análise é estruturar um quadro analítico que seja capaz de interpretar as interações entre redes de movimentos sociais nas arenas do legislativo junto dos atores políticos e a consequente formação do subsistema de políticas que essas relações estruturam.

Aqui, inserir o quadro explicando os limites e porque usar todas essas lentes analíticas.

Quadro 2: Principais ... e limites das abordagens teóricas utilizadas na pesquisa

| Abordagem teórica | Fundamentação | Limitações da abordagem |
|--|---------------|-------------------------|
| Teoria dos campos de ação estratégica (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011, 2012) | | |
| Redes de movimentos sociais (DIANI, 1992) | | |
| Subsistemas de políticas públicas (THURBER, 1996) | | |

Fonte: Elaboração própria.

Na seção seguinte apresentamos um modelo síntese de como esse subsistema se configura, à luz dos elementos de análise apresentados no quadro acima.

1.4 O subsistema agroecológico em Minas Gerais

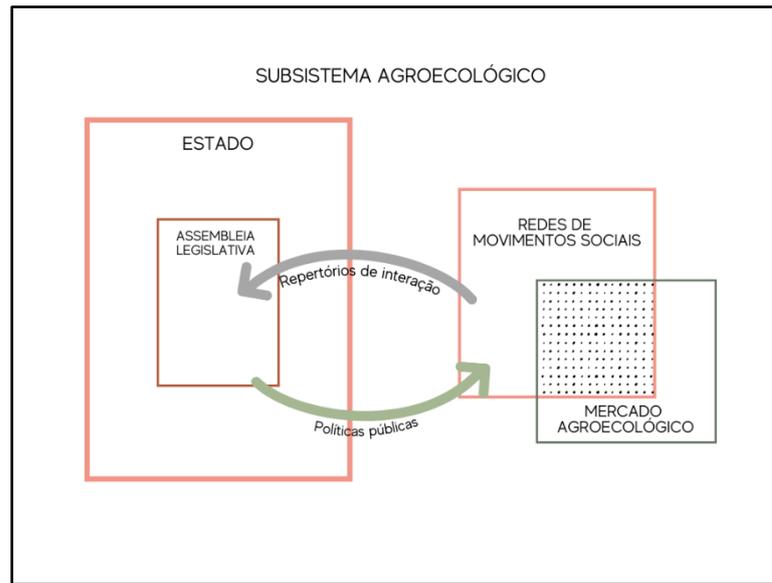
O agrupamento dos elementos analíticos permite a construção de um modelo síntese, que orienta a análise de interações do subsistema agroecológico. A presente pesquisa parte do pressuposto que o subsistema agroecológico, em Minas Gerais, já é um campo de ação consolidado, no qual as redes de movimentos agroecológicos estão em interação com os demais atores políticos e sociais para representar seus diferentes interesses e pautas no sistema político estadual, disputando arenas e recursos com outros subsistemas existentes.

Neste subsistema, o Estado¹⁷, marcando a estrutura macro, comporta o poder legislativo estadual. Nesse arranjo federativo, as redes de movimentos sociais se mobilizam de maneiras variadas, a partir dos repertórios, para conquistar espaço nas arenas políticas. Para o recorte do presente trabalho, analisamos as relações no subsistema agroecológico restritas as arenas da assembleia legislativa.

No modelo podemos observar que, a partir de interações relacionais, movimentos interagem com as arenas do Estado, e essa interação retorna em forma de políticas públicas para o movimento. Por serem redes de movimentos que buscam uma reorientação do modelo de mercado, parte dos atores mobilizados também buscam políticas públicas para o mercado agroecológico. Outra parte, não mobilizada, mas que se fundamenta nos princípios agroecológicos, acabam se beneficiando das políticas específicas conquistadas para essa área - como característica da natureza dos mercados.

¹⁷ Para fins esquemáticos, o Estado e demais instituições estão representados dentro do subsistema agroecológico na figura 1, no entanto, entende-se que o subsistema disputa campos específicos do Estado brasileiro, tal como as arenas da assembleia legislativa.

Figura 2: O subsistema agroecológico em Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria.

O intuito do trabalho, portanto, é compreender quais os padrões de ação coletiva e as dinâmicas interacionais as redes de movimentos agroecológicos mobilizam para representarem seus interesses nos diversos campos políticos e moverem as pautas da agroecologia para a agenda decisória do estado. No próximo capítulo, apresentaremos a formação do movimento agroecológico no Brasil, ressaltando os principais conflitos que engajaram essa mobilização e as políticas conquistadas nos últimos anos. No terceiro capítulo, aprofundamos o estudo de caso sobre as dinâmicas interativas entre as redes do campo agroecológico e atores do Estado e do legislativo mineiro.

2. DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO À POLÍTICA AGROECOLÓGICA: A HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA NO BRASIL

Em alguns dos espaços de construção e fortalecimento da agroecologia em que tive a oportunidade de participar, presenciei o movimento agroecológico sendo descrito à semelhança de uma rede de pesca: uma articulação construída por muitas pessoas, coletivos e organizações, que juntos, compõem a rede de agroecologia no Brasil¹⁸. Uma rede que, à semelhança da rede dos pescadores, necessita de agulha, linha, reparo e muito trabalho. A linha é a agroecologia, às pessoas pertence o trabalho de tecer a rede. À diferença da rede de pesca, que se elabora sozinho, a rede de agroecologia é um trabalho que se faz e se ajusta constantemente na coletividade. Uma rede de malhas de muitos filamentos, construída a muitas mãos para lutar pela segurança alimentar e se opor ao latifúndio e ao modelo da grande produção.

A agroecologia, que surge a princípio como uma ciência contra-hegemônica vinculada a diversas práticas sociais, vem se transformando em movimento a partir de amplas lutas, com o intuito de promover mudanças estruturais nas esferas socioambientais, políticas e econômicas, principalmente àquelas referentes aos sistemas agroalimentares (PETERSEN e ALMEIDA, 2006). É a atuação dessa rede de movimentos, em Minas Gerais, que este trabalho procura analisar. Na busca por fortalecer a agroecologia, as articulações que compõem o movimento atuam em diferentes arenas da esfera estadual para construir modelos alternativos de políticas públicas e de fomento ao campo agroecológico.

Antes, porém, de apresentar a caracterização e análise dessas interações - objeto do próximo capítulo - apresentamos a história da formação e estruturação do campo agroecológico, no Brasil. Este consiste no objetivo do presente capítulo. Para tanto, o texto está estruturado em cinco seções. Na primeira, caracterizamos o processo de modernização da agricultura ocorrida no Brasil, que dá forma ao modelo de produção ao qual a agroecologia faz oposição. Na segunda seção discorreremos, brevemente, sobre o papel dos centros eclesiais de base (CEBs) para a construção e o fortalecimento do movimento agroecológico. Na terceira seção apresentamos o histórico do movimento no país e as principais definições e pautas que o orientam. A quarta seção é dedicada às políticas e programas que fortaleceram a ação pública da agroecologia no Brasil nos últimos anos. Por fim, a última parte se concentra nos primeiros passos para a emergência do movimento agroecológico em Minas, ressaltando as organizações que construíram essa mobilização no estado.

¹⁸ Essa descrição foi realizada no evento de lançamento da Rede de Agricultura Familiar e Agroecologia da UFMG - Rede Rafa - feita pelo Professor Matheus Ramirez, da UFMG. A escrita realizada neste parágrafo é uma paráfrase da fala do professor.

2.1 A modernização da agricultura e o modelo dominante de produção agrícola

O processo de modernização da agricultura¹⁹, desenvolvido em torno do modelo internacionalmente conhecido como “Revolução Verde”, teve início na década de 1950 e consolidou-se como dominante no Brasil a partir de 1970. Esse modelo foi adotado pelo governo brasileiro diante de um processo de industrialização acelerada e das correntes demandas impostas à agricultura (SAMBUICHI et al., 2017).

Desde a década de 1950, o governo brasileiro adotou o plano de industrialização como alternativa às importações, em um esforço de superar a defasagem que distanciava o Brasil das economias capitalistas industrializadas (GRISA, 2012). Nessa estratégia nacional-desenvolvimentista, o Estado desempenhou o papel de “agente produtivo por meio da criação de infraestruturas estatais; agente financeiro, promovendo a transformação da estrutura industrial; articulador de capitais privados nacionais e internacionais e formulador e executor de políticas macroeconômicas e setoriais”, priorizando o desenvolvimento de uma economia industrial (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 128).

Entretanto, no início da década de 1960, esse modelo começou a apresentar sintomas de colapso, muito em razão da dificuldade em abastecer a demanda alimentar do mercado interno, do aumento da inflação, da incapacidade em importar bens necessários para a industrialização e da emergência de críticas ao modelo excludente e dependente adotado pela industrialização (GRISA, 2012). Diante da crise, o pacote tecnológico de modernização da agricultura - sustentado pelas elites agrárias, pelos militares, que tomaram o governo e pelo porta-voz de um grupo de economistas da Universidade de São Paulo, Antônio Delfim Netto -, foi a solução institucionalizada no Brasil.

Movimentos sociais (como as Ligas Camponesas, Movimento de Trabalhadores sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag), políticos (representantes do governo de João Goulart) e acadêmicos (Caio Prado, Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Celso Furtado) que, nesse período, defendiam outras estratégias políticas para a agricultura não lograram êxito na arena pública para discutir e construir modelos alternativos de políticas. Entre as propostas, estava a necessidade de um conjunto de reformas de base, entre elas a reforma agrária, com o intuito de dinamizar o mercado interno (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Esses atores só conseguiram ter a ação pública fortalecida no início da década de 1980, quando o governo ditatorial começou a demonstrar os sinais de esgotamento.

¹⁹ Seguindo Grisa, entende-se por modernização da agricultura “o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra (introdução de maquinários agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos químicos) com vistas ao aumento da produção e da produtividade” (GRISA, 2012, p.70).

Os defensores da Revolução Verde partiam do diagnóstico de que a agricultura precisava ser modernizada para cumprir seus papéis no desenvolvimento econômico do país. Para esse ajuste promover tais avanços, um conjunto de ações e políticas passaram a ser realizadas, como: “crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumo” (como agrotóxicos e fertilizantes), melhoramento biológico das plantas, além do desenvolvimento de infraestruturas e expansão da fronteira agrícola (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 129).

Segundo Grisa (2012), a política agrícola orientada a partir do Ministério da Agricultura, órgão federal responsável pela coordenação das políticas para a agricultura, se ancorou em cinco instrumentos principais: 1) o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), garantindo o financiamento da produção por meio do crédito subsidiado; 2) a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), estipulando normas para a comercialização e fixação de preços; 3) a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), implementada pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); 4) as inovações tecnológicas e, por fim, 5) o investimento em pesquisa fomentado através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)²⁰, e a cobertura para produção por meio do seguro agrícola garantido pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

É importante ressaltar que a modernização conservadora atendia predominantemente aos interesses da chamada agricultura patronal, que através dos seus grupos de interesse exerciam (e ainda exercem) grande influência sobre o Estado, por meio do Poder Executivo, incidindo diretamente no Ministério da Agricultura e do Poder Legislativo, tendo forte representação parlamentar, através da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), frequentemente, chamada de bancada ruralista²¹ (MENDONÇA, 2008). Embora a participação dos grupos patronais tenha sido considerada na elaboração das políticas públicas para o setor da agricultura, durante o regime militar, a participação desses atores se tornou mais explícita a partir de 1985, no período da constituinte e de institucionalização das políticas do campo. Entre as associações civis que disputavam a construção das políticas públicas para a agricultura, nesse período destacavam-se, principalmente, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

²⁰ As empresas EMBRAPA e EMBRATER, criadas durante a ditadura militar, em 1973 e 1974 respectivamente, foram instituições centrais para desenvolver e disseminar entre os produtores e agricultores rurais a base tecnológica e os princípios ideológicos que integravam o pacote da revolução verde como paradigma de modernização da agricultura (GRISA, 2012).

²¹ Para um aprofundamento em torno das disputas entre a agricultura patronal e a agricultura familiar, ver Santos (2011), que as entende como duas "coalizões de interesses".

(CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a União Democrática Ruralista (UDR), a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) e Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)²² (GRISA, 2012). Estes atores, aos quais o movimento agroecológico faz oposição, podem ser classificados como os atores incumbentes do campo agrícola e agrário no Brasil, nos termos de Fligstein e McAdam (2011).

Para os críticos da Revolução Verde, este modelo de modernização, que se consolidou durante o regime militar e orientou as ações do Estado no campo pecuário e agrícola, apresentou um caráter triplamente seletivo ao privilegiar, principalmente, (i) os grandes e médios produtores, (ii) localizados nas regiões sul e sudeste do país e (iii) voltados à exportação ou aos grupos de interesse agroindustriais do país, notadamente soja, café, cana-de-açúcar, trigo, algodão e laranja (GRISA, 2012). As dificuldades já começavam pelo SNCR, visto que o acesso ao crédito rural apresentava diversas barreiras aos pequenos produtores, relacionadas desde a pouca familiaridade com os trâmites burocráticos e o sistema bancário, até a dificuldade em apresentar garantias exigidas pelo sistema financeiro. As demais políticas agrícolas eram diretamente vinculadas ao SNCR, de forma que, sem acesso ao crédito, os agricultores também não obtinham a proteção do seguro, do programa de preços mínimos, nem a assistência técnica e as inovações tecnológicas produzidas pela EMBRAPA (GRISA, 2012).

Os pequenos produtores que de alguma forma conseguiram acessar os recursos do crédito rural sem uma política diferenciada para as condições menores de retorno, acabavam endividados, muitas vezes ao ponto de serem expulsos da própria terra. Devido a inadequação das políticas às comunidades camponesas, esse foi um período em que a estrutura fundiária manteve-se altamente concentrada, provocando intensa marginalização das comunidades camponesas, desemprego e êxodo rural (GRISA, 2012; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Como tentativa de minimizar esses resultados e buscando responder às necessidades e particularidades deste grupo social, durante os anos de 1980 e 1990, o Estado executou alguns programas regionalizados destinados aos pequenos produtores, denominados “programas especiais”. Entre os principais programas destacados por Grisa (2012) estão: 1) o Programa de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); 2) o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida Nordeste (Programa Sertanejo); 3) o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN); e 4) o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), com destaque neste

²² Importante ainda é considerar que os grupos da agricultura patronal também possuem interesses distintos entre si. Desse modo, ora atuam juntos por determinadas agendas, ora conflitam na disputa por políticas e interesses diferentes. Notável análise sobre a atual configuração desses grupos no Governo Bolsonaro pode ser encontrada no texto “Agrobolsonarismo” de Caio Pompeia (2022).

último para o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP). Os programas executados com recursos do Banco Mundial buscavam promover melhorias nas condições de produção e comercialização dos pequenos produtores, mas, sem levar em conta as especificidades e fragilidades do segmento, “pouco alteraram as condições estruturais que reproduziam a pobreza vivida pelas famílias rurais” (GRISA, 2012, p. 20).

Apesar da configuração da Revolução Verde ter contribuído para o aumento da produção de *commodities*, das exportações brasileiras e para o crescimento do produto interno bruto (PIB), além de ser muito rentável ao sistema financeiro e às indústrias do agronegócio, esse modelo de produção apresentou (e apresenta) consequências, que impactam negativamente o bem-estar social. Isso porque esse sistema de produção baseado no cultivo de monoculturas em grandes latifúndios, na produção em larga escala através do uso de maquinários, agrotóxicos²³ e transgênicos, degradam os recursos naturais (água, solo), reduzem a biodiversidade dos agroecossistemas e geram uma dependência pelos insumos químicos (SAMBUICHI et al., 2017).

É preciso mais investimentos em pesquisas para compreender todos os efeitos e riscos dos transgênicos. Os estudos apresentados pelas empresas são mínimos, curtos e com poucas características avaliadas, no entanto o número de alimentos derivados de edição genéticas continuam aumentando (CARNEIRO, 2015). Como demonstrado por Carneiro (2015), temos o aumento da área plantada das 3 *commodities* agrícolas preferidas do agronegócio: a soja, a cana-de-açúcar e o milho – que somadas evoluiu de quase 28 milhões de hectares em 1990 para 55,2 milhões de hectares em 2014, um aumento de 98% nos últimos 24 anos. Nesse mesmo período, a produção do arroz, feijão e mandioca (produtos que formam a base de alimentação dos brasileiros) diminuiu de 11,4 milhões de hectares em 1990, para 7,1 milhões de hectares em 2014, concluindo uma queda de 37,8%.

A soja, a cana-de-açúcar e o milho, entre muitos outros alimentos, são exemplos de alimentos que tiveram seus genes modificados para dependerem de um produto químico para voltar a ter funcionalidade. Além das consequências negativas no que tange o bem-estar social e a degradação dos recursos naturais²⁴, com os alimentos transgênicos os produtores serão

²³ Inúmeros estudos demonstraram os impactos nos seres humanos provocados pelo uso de insumos químicos. As consequências em humanos vão desde dores de cabeça, náuseas e irritações na pele, até a problemas mais graves, como malformações congênitas e vários tipos de câncer. Alguns estudos podem ser encontrados em: Carneiro et al. (2015); Dutra e Ferreira, (2017); Larsen, Gaines e Deschênes (2017); Lopes e Albuquerque (2018). Além disso, um estudo realizado entre 2014 e 2017 identificou uma mistura de diferentes agrotóxicos na rede de abastecimento de água em mais de 2000 cidades brasileiras. Os níveis de contaminação da água das cidades analisadas podem ser encontrados através do link: <https://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>.

²⁴ No que tange a degradação dos recursos naturais, Tang, Lenzen, e McBratney, et al., (2021), demonstraram que “64% das terras agrícolas globais (aproximadamente 24,5 milhões km²) correm risco de poluição por pesticidas

obrigados a pagar *royalties* a cada compra de semente, tendo seu custo de produção aumentado. E ainda é preciso considerar que pode haver disseminação de sementes geneticamente modificadas para outras plantações, pela polinização natural (CARNEIRO, 2015), como bem denunciado pelos movimentos agroecológicos.

Neste subtópico caracterizamos o processo de modernização da agricultura ocorrida no país. Este processo, desenvolvido em torno do modelo conhecido como Revolução Verde, foi adotado pelo governo brasileiro como uma resposta às demandas impostas à agricultura brasileira. Para cumprir com esse objetivo, o Estado passou a desempenhar o papel de agente produtivo, implementando políticas como crédito rural, seguro agrícola e expansão da fronteira agrícola para maximização da produção e exportação de *commodities*. Os contornos das políticas realizadas atenderam predominantemente os interesses da agricultura patronal e provocaram intensa marginalização das comunidades camponesas.

As famílias e comunidades rurais empobrecidas no contexto da modernização agrícola, junto com o apoio da Igreja Católica e outros movimentos do campo, passaram a formar uma mobilização popular desafiante ao modelo hegemônico e agroexportador da produção de alimentos. Dentre os movimentos de base que surgiram nesse período, despontaram organizações e iniciativas que deram forma ao movimento da agricultura alternativa, que mais tarde viria a ser chamado movimento agroecológico. A formação desse movimento e as principais organizações que possibilitaram sua existência, como as comunidades eclesiais de base, são tema das seções seguintes.

2.2 O papel das igrejas e as comunidades eclesiais de base

Durante o regime ditatorial os movimentos camponeses, que levantavam bandeiras como a da reforma agrária, sofreram forte coerção do Estado. Foram as Igrejas Católicas, sobretudo as filiadas à Teologia da Libertação²⁵, instituições que escapavam aos controles repressivos estatais, que ao abraçar esses movimentos, deram vazão aos debates sobre as dificuldades no campo, possibilitando espaços para que as famílias rurais refletissem sobre suas realidades, se organizassem e buscassem alternativas para enfrentar o contexto de violência aos quais estavam submetidas (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

por mais de um ingrediente ativo e 31% correm alto risco. Entre as áreas de alto risco, cerca de 34% estão em regiões de alta biodiversidade, 5% em áreas com escassez de água e 19% em países de baixa e média renda” (p. 206-209).

²⁵ A Teologia da Libertação é uma vertente teológica da igreja católica que preconiza a caridade e o enfrentamento terreno das injustiças sociais, postura que a torna uma igreja militante, com forte atuação política junto às classes excluídas. Ver mais detalhes em Dussel (2016).

Principalmente, ao longo da década de 1960, a Igreja passou a aumentar o incentivo à autonomia dos atores sociais ao invés de incentivar associações ligadas à sua hierarquia. Além da influência de setores progressistas da Igreja Católica na construção dos movimentos populares, no Brasil, Doimo (1995) aponta que “a própria Igreja, enquanto instituição, tinha interesses a realizar no âmbito da participação movimentalista” (p. 81). Esses interesses foram resultantes da perda de influência sofrida pela instituição junto às camadas mais pobres da população, “sobretudo, a partir dos anos 50, frente ao crescimento do pentecostalismo e da umbanda e, mesmo, do simples afastamento das práticas religiosas” (SADER, 1988, p. 150).

Já no início dos anos 60, estava inscrito na encíclica *Mater et Magistra*²⁶ “o apelo à autonomia da sociedade em relação ao Estado”, e a intenção de “revitalizar a sociedade civil contra o avassalador crescimento do Estado” (DOIMO, 1995, p. 81). Esses valores ganham mais densidade na encíclica *Populorum Progressio* (1967)²⁷, direcionada ao desenvolvimento dos povos, especialmente os latino-americanos. Nela, o clamor por uma sociedade livre do totalitarismo e do liberalismo acelerado é seguido da “valorização do papel de organizações profissionais e culturais e do apelo à ajuda internacional como meio de constituição do *povo como sujeito*” (ibidem, p. 81).

No contexto de definição de metas centradas na organização autônoma da sociedade civil, se desenvolve a Teologia da Libertação, ao mesmo tempo que se iniciam as experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁸ e da Comissão Pastoral da Terra, ao final dos anos 60 e início dos anos 70. Orientadas pelo método “ver, julgar e agir”, as CEBs e as pastorais organizavam, nas comunidades rurais, as ações a partir do cotidiano das famílias, promovendo autonomia e reflexão crítica a partir da educação popular voltada para a prática (SADER, 1988; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Dessa forma, na medida em que a Igreja, instituição de Deus na Terra, se abriu para reconhecer as lutas populares, ofereceu, por outro lado, uma legitimidade teológica a elas.

²⁶ *Mater et Magistra* é uma carta encíclica do Papa João XXIII “sobre a recente evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã”, publicada em maio de 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html

²⁷ Consulte em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html

²⁸ Segundo Frei Betto (1981), as CEBs são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), compostas por pessoas que, motivadas pela fé, se reúnem “em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São de base, porque, na maioria das vezes, são integradas pelas classes populares: donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços. Desse modo, cientes do contexto político no qual os canais de participação foram suprimidos, “a Igreja passou a ser a ‘voz dos que não têm voz’, empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos” (BETTO, 1981, p. 8). Assim, “O povo redescobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização.” (ibid, p. 8).

“Quando uma instituição como a Igreja sacramentou os sentimentos populares, a vontade de mudança encontrou um lugar e um modo de ser proclamada. Daí a importância que os próprios membros das CEBs atribuíram à presença dos agentes da Igreja” (SADER, 1988, p. 161). A emergência das Comunidades Eclesiásticas pastorais católicas foram fundamentais, portanto, no sentido de aproximar a luta ao cotidiano das pessoas, na medida em que a Igreja passava a defender um discurso sobre moral, fé e justiça (SADER, 1988).

Sader (1988) e Doimo (1995) ressaltam como os recursos materiais, simbólicos e organizativos da Igreja Católica, foram fundamentais para a constituição dos movimentos populares da época. Apesar da autonomia das CEBs, no sentido de que eram os membros que tomavam as decisões a respeito das ações, as relações com as estruturas eclesiais contribuíram para a formação e o desenvolvimento aos movimentos, por meio do treinamento e capacitação aos membros, além de oferecerem “uma estrutura organizativa que permitiu trocas de experiências, deliberações mais amplas, acesso aos meios de comunicação e autoridades administrativas” (SADER, 1988, p. 161).

Entre as técnicas alternativas para a agricultura promovidas pelas CEBs, estavam o uso da adubação orgânica, adubos verdes e métodos naturais de controle de insetos e doenças. Na esfera organizativa, “foram incentivados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos e execução de serviços, como as casas de farinha, os bancos de sementes comunitários, as roças coletivas, os mutirões e outras modalidades de associativismo” (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 55).

Dessa forma, durante os primeiros anos de mobilização do movimento de agricultura alternativa, as CEB's e pastorais configuraram-se como efetivas unidades de governança (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011), ao estruturar e organizar a ação dos camponeses, viabilizar estruturas físicas para os encontros, orientar as discussões e reflexões, fortalecer o vínculo comunitário através da mística religiosa, formar lideranças comunitárias, além de disseminar as técnicas alternativas de manejo utilizadas até hoje. Na seção seguinte, veremos como o movimento da agricultura alternativa se desenvolveu até estabelecer a configuração atual do movimento agroecológico.

2.3 A formação do movimento agroecológico: prática, ciência e movimento

Agricultura alternativa era o nome dado ao movimento que emergiu no Brasil, a partir da década de 1970, com o intuito de fazer frente ao processo de modernização agrícola. Esse movimento expressava um objetivo comum: mudar a base da agricultura em direção a uma prática sustentável. Diversos atores cujas identidades foram sendo reconstruídas, a partir dos

enfrentamentos nos anos de 1970 a 1990, como agricultores familiares, sem-terra, assentados da reforma agrária, passaram a propor estratégias alternativas contra o projeto do agronegócio, largamente difundido no país (SCHMITT, 2006). A mobilização partia de uma crítica ao modelo de modernização agrícola, onde a terra e o campo eram concebidos apenas “como lugar de recurso a ser explorado” e não como um “chão de morada, lugar de vida”, onde diversos povos e comunidades existiam e resistiam (DORNELAS, 2016, p. 58).

A abertura democrática dos anos 1980, permitiu a reorganização dos movimentos populares do campo e a construção de espaços de discussão de âmbito nacional, que passaram a denunciar os impactos ambientais, bem como sociais e econômicos do sistema hegemônico e excludente de desenvolvimento rural. Nesse cenário, as CEBs e as pastorais, como vimos, desempenharam um importante papel para o movimento de agricultura alternativa, ao apoiar a reestruturação dos coletivos e incentivar a constituição de entidades de assessoria aos agricultores (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

Importante também para o movimento da agricultura alternativa foi a atuação das organizações não governamentais (ONGs) na promoção de práticas de agricultura alternativas. A partir de 1983, essas práticas foram fomentadas por meio do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). O intuito do projeto era identificar, promover e difundir experiências não convencionais e fortalecer a agricultura familiar, a partir das capacidades organizativas locais, apresentando desse modo um contraponto à Revolução Verde. A partir de 1988, se organizou a Rede PTA²⁹, um desdobramento dos projetos PTA-Fase em ONGs autônomas em diversos estados do Brasil – os chamados Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs). Toda essa mobilização levou à criação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), originada com o objetivo de prestar assessoria metodológica aos Centros de Tecnologias Alternativas (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

As articulações crescentes nesse período promoveram a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa³⁰ (EBAAAs). Os Encontros Brasileiros representaram uma materialização dos esforços de constituição de um grande movimento de âmbito nacional. Os EBAAAs envolveram atores e instituições de diversas áreas da sociedade civil, como profissionais, pesquisadores e estudantes das ciências agrárias, agricultores familiares e

²⁹ A Rede PTA possuía uma instância nacional e fóruns regionais, como o Fórum Sudeste da Rede PTA, que integrava as organizações de Minas Gerais. Existiu enquanto Rede PTA até 2002, sendo substituída pela Articulação Nacional de Agroecologia.

³⁰ O primeiro EBA ocorreu em Curitiba/PR, em 1981. Na década de 1980, ocorreram outros três encontros: 1984, em Petrópolis/RJ; 1987, em Cuiabá/MT; e 1989, em Porto Alegre/RS.

ativistas do movimento ambientalista³¹, organizações sindicais, lideranças dos movimentos sociais do campo, equipes da Rede PTA, das CEBs, dos CTAs e extensionistas das Empresas Estaduais de Extensão Rural (EMATER). Nos eventos, as temáticas debatidas giravam em torno das consequências ambientais provenientes da agricultura convencional, a dominação do setor agrícola por multinacionais, a defesa da reforma agrária, a precarização das relações de trabalho e a exclusão dos pequenos agricultores (LUZZI, 2008; SAMBUICHI et al., 2017). As discussões encampadas nesses encontros promoveram a campanha que resultou na aprovação da Lei Nº 7.802, de 1989, que regulamentou o uso de agrotóxicos no Brasil (BRASIL, 1989).

No início da década de 1990, foi quando o conceito de agroecologia passou a ser incorporado no Brasil como um aprimoramento da agricultura alternativa. A publicação do livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa” do agrônomo chileno Miguel Altieri, em 1989, foi um marco importante para a difusão do termo no país. O enfoque agroecológico abriu novos horizontes para o desenvolvimento de alternativas ao modelo estritamente econômico e permitiu melhor compreensão da realidade das famílias agricultoras (PETERSEN e ALMEIDA, 2006). É importante destacar que grande parte das ONG’s criadas, na década de 80, contribuíram com a introdução e disseminação do termo agroecologia, ao incorporar a noção de agroecossistema, inaugurando a perspectiva de compreender as estratégias e racionalidades dos agricultores a partir de uma abordagem sistêmica, passando a reconhecer as famílias como agentes de inovação e propagação do conhecimento (ANA, 2007).

Em 2002, foi realizado, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)³², evento que contou com ampla participação de movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, agricultores(as), técnicos(as) de assessorias e pesquisadores e foi marcado por debates críticos à liberalização dos agrotóxicos e transgênicos. Como desdobramento do I ENA, a partir do diagnóstico da necessidade de uma organização central que agregasse os interesses das diversas ações coletivas, foi criada, ainda em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), organização que articula os movimentos, redes e organizações da sociedade civil com o intuito de incidir sobre as políticas públicas para a produção familiar e alternativas sustentáveis para o desenvolvimento rural (MONTEIRO e LONDRES, 2017). Já no campo acadêmico, para contribuir com o fortalecimento da produção

³¹ Vale destacar que nos anos 1980 começaram a despontar com muita intensidade os movimentos ambientalistas, os quais contestavam a industrialização da agricultura e os impactos negativos dela provenientes, como a perda da biodiversidade, a degradação de nascentes e a contaminação do solo e do ambiente pelo intenso uso de fertilizantes e defensivos agrícolas (SAMBUICHI et al., 2017).

³² É após o I ENA que o movimento de agricultura alternativa passa a ser reconhecido pelos atores como movimento agroecológico.

científica, formou-se, em 2004, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), reunindo, principalmente, professores universitários, pesquisadores e técnicos da extensão rural (SCHMITT, 2016).

Esse caráter heterogêneo e descentralizado do tecido de relações que estruturam o campo agroecológico (SCHMITT, 2016), permite que a agroecologia seja definida a partir da tríade prática-ciência-movimento (WEZELI et al., 2009). Isso porque a agroecologia se apresenta como um conjunto de práticas sociais, técnicas e metodologias que contribuem para uma agricultura sustentável, orientada a desenvolver a ecologia dos sistemas agroalimentares. É uma ciência que articula as diferentes áreas do conhecimento, os saberes tradicionais e populares de forma transdisciplinar e sistêmica. É um movimento social que, a partir da atuação em rede (DIANI, 1992), luta por uma reconstrução das relações sociais, ambientais e econômicas, promovendo-as através de um enfoque mais justo e igualitário (WEZEL et al., 2009; ABA, 2021). Nesse trabalho, concentramos nossa atenção à dimensão do movimento agroecológico, ou seja, da atuação das redes de agroecologia para incidir na criação de políticas públicas.

Os atores envolvidos no campo agroecológico ressaltam que a origem do que contemporaneamente se chama agroecologia, é identificada nas objetivações agri-culturais camponesas, dos povos originários e das comunidades e povos tradicionais de matriz africana, desenvolvidas e acumuladas por gerações (GUHUR e SILVA, 2021). Desse modo, a prática agroecológica, fundamentada na valorização da diversidade cultural e biológica, busca conservar e resgatar o conhecimento tradicional das comunidades camponesas, por meio da socialização e troca de saberes, que se estabelecem de forma participativa e integrada (SAMBUICHI et al., 2017). A expansão do conhecimento tradicional é promovida pelas redes de movimentos agroecológicos, as quais envolvem agricultores, quilombolas, indígenas, ativistas, pesquisadores, extensionistas, técnicos, em suas mais variadas formas de organização (FINATTO, 2016). As comunidades tradicionais e familiares assumem o protagonismo nas redes, pois são elas que aplicam, no dia a dia, a prática agroecológica, através do manejo dos agroecossistemas.

Petersen e Almeida (2009) evidenciam que o movimento agroecológico não se trata de um movimento institucionalizado, já que não se organiza em termos de estruturas formais. É mais bem caracterizado se entendido como um campo de expressão nacional que, a partir da articulação em redes, mobiliza as dinâmicas em variados níveis de escala, tendo os oponentes claramente identificados. Nas palavras dos autores:

Apesar da diversidade dos atores sociais envolvidos e dos contextos ambientais nos quais estas experiências vêm sendo gestadas, elas apresentam entre si identidades no plano nacional, o que nos permite referir-nos à existência de um “movimento agroecológico brasileiro”. Não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em torno a estruturas formais, sendo a autonomia dos grupos de base uma condição inarredável para a continuidade de sua existência e de sua vitalidade. Poderíamos caracterizá-lo como um movimento de expressão nacional que articula em redes os processos sociais locais/regionais autônomos voltados para a inovação agroecológica. Essas redes permitem a interação de diferentes tipos de organização de base e movimentos de massa dos produtores familiares atuantes desde o nível local até o nacional (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 6).

Nesse sentido, merece destaque a participação de movimentos sociais do campo que, a partir dos anos 2000, assumiram a agroecologia como linha política de atuação. Entre eles, ressalta-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)³³.

Como vimos nesta seção, o movimento agroecológico, da forma como conhecemos hoje, começou a se estruturar a partir de diversas iniciativas, desde a década de 1970, quando movimentos sociais do campo se reorganizaram e passaram a denunciar os impactos ambientais, econômicos e sociais do modelo hegemônico de produção agrícola. Fundamentais naquele período foram as Comunidades Eclesiais de Base que apoiaram e incentivaram a organização dos coletivos a partir das comunidades rurais. Deste movimento de mobilização das bases, surgiram importantes articulações que hoje estruturam o movimento agroecológico brasileiro, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Os caminhos trilhados por essas organizações tornaram possível a tradução da visão agroecológica em uma perspectiva capaz de incidir na formulação e implementação de políticas públicas. Este processo, foi concebido de certo modo disperso e atravessou diferentes arenas e espaços de interação social. No Brasil, as políticas direcionadas à agroecologia avançaram, em sua maioria, no espaço político institucional aberto a partir das políticas de fomento à agricultura familiar (NIEDERLE et al., 2019). O intuito da próxima seção, portanto, é apresentar as políticas e programas que tiveram o papel de fortalecer a ação pública da agroecologia no Brasil, algumas apresentando ideias agroecológicas em sua concepção, e outras direcionadas especificamente à agroecologia.

³³ No Apêndice D apresentamos o histórico destes movimentos sociais que possuem a agroecologia como linha política de atuação.

2.4 As políticas públicas para a agroecologia

A pressão dos movimentos camponeses na esfera pública possibilitou, em 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Como primeiro instrumento de política pública no Brasil direcionado à agricultura familiar, o PRONAF constituía-se como um programa de financiamento, com o intuito de propiciar o aumento da produção aos agricultores familiares e a geração de emprego e renda (SCHMITT, 2016; Brasil, 1996). O PRONAF contribuiu para o impulsionamento de outros programas e ações orientadas para o desenvolvimento rural, se afirmando ao longo dos anos como principal política de fortalecimento da agricultura familiar “em função do volume de recursos investido, da sua grande capilaridade e pelo fato de mobilizar, na sua operacionalização, recursos humanos e capacidades operacionais para além do aparato institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)” (SCHMITT, 2016, p. 32).

Apesar das conquistas, a falta de uma definição mais detalhada sobre o modelo agrícola a ser implementado no programa, fez com que o viés produtivista a partir da modernização, se voltasse à incorporação de tecnologias convencionais na prática dos agricultores (SCHMITT, 2016). A orientação dessa perspectiva nas políticas agrárias se traduziu em uma subordinação da agricultura familiar aos setores do agronegócio, que passaram a depender dos insumos agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos), equipamentos e dos contratos de integração vertical a mercados especializados. Essas formas de dependência conduziram “à fragilização econômica das famílias agricultoras, fato esse que se reflete, entre outros sintomas, nos crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares e, finalmente, no limite, o abandono da atividade agrícola” (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 68). Com essa estrutura, mesmo os recursos direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar, ao fim e ao cabo, eram transferidos ao mesmo setor agroindustrial. A agricultura empresarial capitalista continuou ditando as ações do Estado sobre a política agrícola, reforçando a hegemonia nas esferas econômicas, políticas e ideológicas (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

A partir de 2003, com o início do Governo Lula, observa-se o surgimento de programas e ações políticas que incorporam, de diferentes formas, a promoção da agroecologia em seus objetivos. Tais instrumentos eram implementados principalmente através dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Este é o período onde ocorre a elaboração e reformulação de instrumentos de intervenção governamental voltadas à agricultura familiar. São exemplos: 1) o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) com objetivo de

enfrentar a pobreza e promover a dinamização econômica em territórios rurais, a partir de projetos de infraestrutura e serviços locais; 2) o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), um seguro agrícola elaborado para proteger o/a agricultor/a familiar contra eventos climáticos, como secas, chuvas excessivas, granizo, variações excessivas de temperatura; 3) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina que 30% dos recursos repassados aos estados e municípios para a compra de alimentos escolares sejam utilizados na aquisição direta de produtos da agricultura familiar; e 4) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) uma política que possibilita que agricultores/as, cooperativas e organizações vendam seus produtos para órgãos públicos.

Em 2005, como resposta a uma demanda da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) incorpora uma linha de crédito específica para o financiamento de atividades em prol da agroecologia, o PRONAF Agroecologia³⁴ (GRISA et al. 2017). É nesse período também que se constata ações mais robustas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), coordenadas pelo MDA, em 2004, incorporando nas diretrizes referências à agroecologia e aos métodos participativos de extensão rural (SCHMITT, 2016).

A conjuntura foi marcada também pela disseminação de instituições participativas (AVRITZER, 2009; LAVALLE, VOIGT, SERAFIM, 2016) no início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Importantes espaços de diálogo entre governo federal e organizações da sociedade civil foram fomentadas ou criadas, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado em 1993, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) criado em 2003 (MONTEIRO e LONDRES, 2017). O CONSEA se fortaleceu como importante espaço para construção de políticas públicas orientadas por princípios de soberania e segurança alimentar. Os diálogos realizados no âmbito desse conselho, entre as áreas de assistência social, nutrição, saúde, economia solidária, foram importantes para a construção de um caráter intersetorial e transversal nas ações públicas, o que viriam a influenciar posteriormente a formulação da política nacional de agroecologia (SAMBUICHI et al., 2017).

No decorrer da década de 2000, as políticas criadas com enfoque agroecológico foram passando por alterações para promover e fomentar o desenvolvimento rural, a partir de perspectivas mais sustentáveis. Durante esse período, o movimento agroecológico adotou a estratégia de dar centralidade às ações de proposição, negociação e execução de políticas

³⁴ Outras linhas de créditos destinadas à produção orgânica e sustentável formuladas no período foram: PRONAF Semiárido, PRONAF Floresta, PRONAF-Eco e PRONAF Sistêmico (GRISA et al. 2017).

públicas, através das organizações e das famílias agricultoras. Grupos de trabalho (GTs) da ANA, desempenharam papel ativo na discussão das políticas supracitadas. Como exemplos, o GT Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional teve papel ativo no CONSEA e nos debates sobre o PAA e o PNAE, o GT Construção do Conhecimento Agroecológico integrou as discussões sobre a política de Ater, e o GT Mulheres compôs os debates sobre os programas direcionados às mulheres rurais e sobre Ater (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Nas arenas federais de diálogo, os atores do campo agroecológico que participaram desses canais atuaram como mediadores (brokers) ao ligar as diferentes arenas políticas e fazer a interlocução entre burocratas e movimentos sociais, possibilitando o fluxo de informações entre os diferentes ambientes de negociação e delimitação de estratégia. Foram, portanto, eventos fundamentais para a estruturação do subsistema político da agroecologia, possibilitando a formação de problemas e o alinhamento de elaboração de políticas públicas.

A 4ª Marcha das Margaridas³⁵, em 2011, foi um marco histórico importante para o movimento agroecológico brasileiro. Na marcha, as mulheres do campo, das águas e florestas, que já vinham conquistando um protagonismo na agroecologia, inseriram essa pauta em seu conjunto de reivindicações e demandaram a, então Presidente Dilma Rousseff, a criação de uma política direcionada para a agroecologia. A presidente comprometeu-se com a criação de um grupo especial de trabalho para elaborar a política, que se materializou em 2012 (SAMBUICHI et al., 2017). Além disso, diversos seminários regionais e um seminário nacional foram realizados em parceria com a sociedade civil. A captura da atenção do governo federal, a partir de um repertório reivindicativo, configurou a entrada do tema diretamente na agenda decisória (BIRKLAND, 2006), onde uma série de propostas e ações passaram a ser elaboradas para a construção de uma política nacional de agroecologia.

Em 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída através do decreto presidencial Nº 7.794, com o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população” através da utilização sustentável dos recursos naturais e da produção, oferta e aquisição de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012). O arranjo institucional

³⁵ A Marcha das Margaridas é uma mobilização realizada pelas mulheres do campo, das águas e das florestas em Brasília, de quatro em quatro anos, e integra a agenda de movimentos feministas e de mulheres e do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. A Marcha surgiu em 2000, após Margarida Maria Alves, uma importante liderança defensora dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, ser brutalmente assassinada a mando de latifundiários em 12 de agosto de 1983. A última Marcha ocorreu em agosto de 2019, e contou com a participação de mais de 100 mil camponesas, trabalhadoras rurais e apoiadoras da causa. Fonte: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/o-sentido-da-marcha-das-margaridas/>.

adotado pela política envolvia diversos atores, de todos os níveis da federação, nos processos de formulação e implementação, em diferentes medidas e em momentos distintos. Por se tratar de uma política ampla e complexa, sociedade civil, Estado e empresas privadas, participaram desde a formação até a avaliação da política pública, e dessa forma se adequaram no enfrentamento e solução das questões emergidas (GRAU, 2014).

Com esse novo marco regulatório, a ANA desenvolveu um amplo processo mobilizador para construir propostas coletivamente e apresentá-las ao governo federal. Um documento com propostas foi elaborado após a realização de seminários regionais e nacionais. Após a estruturação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), a ANA exerceu um papel ativo nas discussões sobre o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), vigente entre 2013 e 2015, e na construção do II PLANAPO (2016-2019). No nível prático, a PNAPO contribuiu para democratizar o acesso a iniciativas de comercialização e produção a mais agricultores, além de coletivizar os conhecimentos e práticas desenvolvidas a partir das redes locais de inovação agroecológica (SAMBUICHI et al., 2017; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Objeto de críticas dentro do movimento agroecológico foram os contornos ambíguos das políticas agrícolas durante os Governos Lula e Dilma (PT). Se a agroecologia foi fortalecida com a implementação das políticas públicas, o Estado privilegiou ainda mais a expansão dos monocultivos destinados à exportação, projetos de mineração e outras grandes obras de desenvolvimento que favoreceram o agronegócio. Além disso, a liberação do uso de sementes transgênicas ocasionou em um aumento exponencial do uso de agroquímicos no Brasil (GRISA e SCHNEIDER, 2015; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

O *impeachment* da presidente Dilma, em 2016, e o avanço da agenda conservadora, junto da política de redução de orçamentos promovida pelo presidente Michel Temer, foram gradativamente fechando espaços de participação e reduzindo financiamentos das políticas para promoção da agroecologia e de fomento à agricultura familiar. Em 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão que abrigava diversas políticas para o campo, foi extinto e foram operados diversos cortes orçamentários para políticas direcionadas aos agricultores familiares. Com a entrada do presidente Bolsonaro ao governo, em 2019, e reforma administrativa operada, por meio do decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, assistimos ao desmonte de políticas públicas com abertura à participação da sociedade civil. As políticas em prol da agroecologia foram amplamente descontinuadas e reduzidas, e órgãos de controle social, a nível federal, que atuavam na formulação, coordenação e execução de políticas públicas, como o CONSEA e a CNAPO foram extintos.

Com o fechamento de canais de comunicação com o governo federal, os movimentos agroecológicos passaram a buscar apoio para execução de políticas e programas via parlamento, a partir da cooperação de deputados federais e senadores favoráveis à pauta do desenvolvimento sustentável e da segurança e soberania alimentar (SCHMITT e BARBOSA, 2019). Além disso, as organizações que já se mobilizavam a nível estadual e regional, passaram a fortalecer as ações localmente.

Atenta à essa conjuntura, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), juntamente com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e outros parceiros promoveram iniciativas com o intuito de dar mais visibilidade às ações do movimento. Entre as atividades empreendidas, destacam-se o mapa interativo *Agroecologia nos Municípios*³⁶, que reúne mais de 700 políticas públicas municipais de fomento à agroecologia e à agricultura familiar; a plataforma *Agroecologia em Rede*³⁷, que mapeia as experiências agroecológicas no Brasil e na América Latina; e a campanha *Agroecologia nas Eleições*³⁸, com o intuito de incentivar o debate público durante o processo eleitoral e subsidiar a ação dos poderes legislativo e executivo dos municípios através de uma carta compromisso.

Neste tópico vimos as principais políticas e programas que fortaleceram a ação pública da agroecologia no Brasil. As primeiras políticas para o campo foram elaboradas ainda na década de 1990, resultantes da mobilização dos movimentos camponeses. A partir de 2003, observamos o surgimento de políticas e programas que incorporaram a agroecologia em seus objetivos, muito em razão da entrada do campo agroecológico nas instituições participativas difundidas no início do governo do PT. Já a Política Nacional de Agroecologia foi sancionada em 2012, após uma reivindicação dos movimentos de mulheres à presidente Dilma, durante a Marcha das Margaridas. Esse momento onde os diferentes movimentos capturaram a atenção do governo federal, possibilitaram a entrada da temática na agenda decisória, onde uma série de propostas passaram a ser elaboradas a partir das demandas do movimento agroecológico. Neste período identificamos a formação de um novo subsistema de políticas públicas para o campo agroecológico, uma vez que as redes de movimentos acessaram as diferentes arenas políticas e estabeleceram relações diretas com burocratas e atores políticos, com o intuito de elaborar e implementar a política nacional de agroecologia. Com o processo de *impeachment* da presidente Dilma em 2016, os espaços de participação foram gradativamente fechados e o financiamento para as políticas do setor foram reduzidos. Ainda assim, os movimentos

³⁶ Consulte em:

<https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?visao=mapa&mapeamento=politicaspublicasmunicipais>

³⁷ Consulte em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>.

³⁸ <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nas-eleicoes/>

buscaram outras formas de financiamento para alguns programas e políticas via parlamento, contando com o apoio de políticos sensíveis à temática da agricultura familiar e agroecologia.

Foram, portanto, as mobilizações dessa rede de movimentos, desde os anos 80, que possibilitaram a conquista de espaços na agenda governamental, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal, incidindo na criação de políticas voltadas à agroecologia. Na próxima seção, analisaremos a construção dessa rede em Minas Gerais, com o objetivo de apresentar a atuação do movimento agroecológico mineiro, ressaltando os aspectos de mobilização que colaboraram para a criação de políticas no estado.

2.5 A formação do movimento agroecológico mineiro

O intuito dessa seção é apresentar os primeiros passos que levaram à criação do movimento agroecológico em Minas Gerais, até o início dos anos 2000, data que marca o início das interações analisadas no presente trabalho. A história do movimento agroecológico, em Minas Gerais, está intrinsecamente ligada à formação do campo agroecológico no Brasil. Assim como no país, o campo agroecológico no estado, se fez a partir de caminhos individuais ou na atuação independente de algumas organizações locais e regionais, como as pastorais e ONGs, que cruzaram suas experiências em alguns momentos para construir propostas alternativas para o desenvolvimento rural e culminaram em uma densa rede de movimentos, consolidando um movimento agroecológico mineiro (BENSADON, 2019).

Nos anos 1980, famílias rurais e movimentos do campo passaram a construir, junto das CEBs mineiras, espaços de discussão para contestar o modelo agrícola da Revolução Verde e promover experiências concretas de práticas alternativas para produção e comercialização dos produtos. Ainda na década de 80, essas organizações, junto dos sindicatos dos trabalhadores rurais, técnicos ligados aos movimentos sociais, acadêmicos e profissionais das ciências agrárias, contando em alguns casos com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), participaram da criação dos Centros de Tecnologias Alternativas mineiros, ligados à Rede Projeto de Tecnologias Alternativas (Rede PTA), como vimos na seção 2.3 (SCHMITT e BARBOSA, 2019).

No ano de 1986, esses atores realizaram o I Encontro Estadual de Agricultura Alternativa, como um espaço de compartilhamento das experiências dispersas que existiam. Em dezembro de 1993, essas organizações fundaram o Fórum Mineiro de Desenvolvimento Rural Sustentado. A motivação para a criação do Fórum surgiu durante um seminário das organizações, em junho do mesmo ano, com o objetivo de criar uma reunião de entidades que

trabalhavam no meio rural. Essas organizações se juntaram no intuito de “pensar propostas de desenvolvimento rural sustentado e fortalecer os movimentos sociais no campo que lutam pela melhoria da qualidade de vida” (FÓRUM, 1995, p. 30).

Construíam o fórum 36 organizações mineiras. A primeira Secretaria Executiva foi então eleita para encaminhar as sugestões dos eventos, encontros e outros espaços de atuação do Fórum. Compunham a Secretaria a Fetaemg, a Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG), o Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (SINTER), Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e a Cáritas Brasileira - Regional de Minas Gerais.

No dia da fundação do Fórum, os participantes elaboraram uma carta, que mais tarde seria transformada em uma cartilha, com os princípios que guiariam a atuação dessa articulação. A cartilha apresentava como referências centrais a agroecologia, a reforma agrária, a produção familiar, a livre associação e a segurança alimentar. Nessa cartilha de princípios, destacam-se como ações importantes realizadas pelo Fórum o Encontro Mineiro de Pequenos Produtores Rurais (junho de 1994), a organização de debates com os candidatos ao governo de Minas (agosto de 1994) e articulação para eventos, como o Grito da Terra e o Seminário para Avaliação do Trabalho da EMATER-MG (FÓRUM, 1995).

Analiticamente, a constituição do Fórum foi importante em termos de definir os contornos do campo agroecológico no estado, bem como criar conectividade entre os ativistas, consolidar as lideranças dos movimentos e criar canais de comunicação e informação entre os atores do campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012). Além disso, as interações em rede possibilitaram a estruturação de estratégias que definiram as ações dos atores com outros movimentos e organizações políticas, bem como com parlamentares, com o intuito de incidir em políticas para o campo.

Na esfera do governo estadual, em 1999, o bispo católico Dom Mauro Morelli foi convidado pelo Governo Itamar Franco (1999-2003) a participar da estruturação do Consea-MG³⁹ e presidir o conselho. Dom Mauro era uma liderança do movimento Ação da Cidadania, e havia se evidenciado por protagonizar ações de combate à fome, principalmente à desnutrição infantil. Foi também presidente do Consea Nacional durante o Governo do Presidente Itamar, entre 1993 e 1994. A aproximação entre Dom Mauro e Itamar Franco, como veremos no próximo capítulo, são tomados como eventos importantes para o processo de articulação de

³⁹ O CONSEA-MG foi instituído por meio do decreto nº 40.324/1999, de autoria do governador Itamar Franco. O processo que levou à construção e fortalecimento do conselho é encontrado em detalhes em Florisbelo (2020).

políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, à segurança alimentar e à agroecologia no estado.

A atuação de Dom Mauro, considerada fundamental na mediação entre as redes da sociedade civil com os diferentes setores da política mineira (SCHMITT e BARBOSA, 2019), possibilita que ele seja considerado um ator habilidoso do campo (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012). A habilidade de Dom Mauro era formada por uma capacidade particular de estabilizar as relações entre diferentes atores e grupos políticos com interesses diversos (capital político), unir as bases sociais em favor das causas sobre segurança alimentar e agroecologia (capital social), possuir um histórico de construção e luta com os movimentos do campo, além de ser um ator com forte reputação junto à Igreja Católica. Essa reputação foi apostada por Dom Mauro para conseguir obter ganhos para o movimento.

Na Rede PTA, o tema da criação do Consea estadual foi foco de diversos debates, nos quais estabeleceu-se como prioridade ocupar e fomentar os espaços do conselho. A partir das experiências locais acumuladas na temática do desenvolvimento local e “compreendendo as limitações da intervenção ao nível de comunidades e de municípios, as organizações da Rede PTA perceberam no Consea a oportunidade de ampliar o seu escopo de atuação e incidência, alcançando a esfera estadual” (FLORISBELO, 2020, p. 105). Nesse sentido, a estratégia da rede se orientava no sentido de ampliar os espaços para incidir no governo, apresentando-se como mediadora na formação do campo de políticas para a segurança alimentar e nutricional, junto das demais organizações da sociedade civil.

Schmitt e Barbosa (2019) também destacam as ações locais como importantes para a formação do campo agroecológico em Minas Gerais. As políticas públicas de abastecimento e de promoção da segurança alimentar e nutricional, desenvolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte a partir de 1993, sob administração de Patrus Ananias (PT), tornaram-se importantes referências, em nível nacional e internacional. Destacam-se as seguintes iniciativas: o estímulo à criação de hortas comunitárias, as iniciativas de venda direta ao consumidor, como Direto da Roça, Feira de Orgânicos, Bolsa Verde, Campanha Safra, além do “abastecimento do Restaurante Popular e dos programas de alimentação escolar com produtos fornecidos por agricultores da Região Metropolitana de Belo Horizonte” (SCHMITT e BARBOSA, 2019, p. 82).

Nos anos 2000, organizações de diferentes regiões de Minas, que compunham o Fórum (Zona da Mata, Leste, Vale do Rio Doce, Sul de Minas, Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas), colaboraram com a criação do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA -2002) e, posteriormente, com a criação da Articulação Nacional (ANA), em 2002 (SCHMITT e

BARBOSA, 2019). No intuito de territorializar as ações da ANA e atender as particularidades de cada região, diversas redes foram criadas nos diferentes estados. As organizações mineiras que compuseram a ANA, deram origem, em 2003, à Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), uma rede estadual formada para intensificar as ações agroecológicas e de defesa da agricultura familiar nas arenas públicas e atuar como espaço estratégico de cooperação entre as organizações componentes (LUZ, 2007).

Nas seções anteriores, apresentamos a formação do movimento agroecológico brasileiro, bem como as políticas para a agroecologia que foram elaboradas nos últimos anos. Nesta seção, nosso foco recaiu sobre a conformação do movimento agroecológico no estado de Minas Gerais, como forma de aproximar o objeto de estudo. Nesse sentido, apresentamos as principais organizações e eventos que atuaram desde a década de 1980 com o objetivo de fortalecer o campo e criar políticas de incentivo e promoção da agroecologia e agricultura familiar no estado. A partir das caracterizações, pudemos perceber como a formação do movimento agroecológico mineiro está intrinsecamente ligada à formação do movimento agroecológico nacional, uma vez que, como vimos, são as organizações de base, a nível local e regional, que transcendem as ações para as demais esferas.

No próximo capítulo, analisaremos as articulações desse movimento realizadas na esfera do legislativo estadual, que colaboraram para a criação de políticas no estado. Outros estudos já se dedicaram especificamente à formação do campo agroecológico em Minas e em regiões específicas, ou na atuação deste na implementação de políticas estaduais (SCHMITT e BARBOSA, 2019), carecendo portanto de análises que indiquem como essas interações ocorreram até se consolidar, como defendemos, um subsistema agroecológico.

3. CARACTERIZANDO O SUBSISTEMA DE AGROECOLOGIA EM MINAS GERAIS

Este capítulo tem por objetivo evidenciar que a interação do campo agroecológico mineiro demonstra maturidade para identificar a formação de um subsistema consolidado. Tal interação é marcada por relações entre organizações da sociedade civil, representantes do poder público e materializada pelos marcos regulatórios, programas de incentivo e participação institucionalizada. Esse subsistema tem se estruturado com o passar dos anos e, por meio da capacidade de organização e mobilização, vem disputando espaços na agenda pública com atores do agronegócio. Os grandes produtores e, por sua vez, os deputados que possuem ligação com a agricultura tradicional intensivista, abrem um conflito material com os movimentos agroecológicos. Uma vez que os atores do agronegócio buscam espaço nas discussões sobre isenção de impostos e liberação de agrotóxicos, transgênicos e sementes geneticamente modificadas, por exemplo, os movimentos agroecológicos se colocam contrários à essas políticas.

Entender, portanto, como o subsistema agroecológico se conformou, como ocorreram as interações entre atores políticos e movimentos agroecológicos e quais os repertórios foram utilizados durante as últimas décadas é a finalidade dessa pesquisa.

Faz-se necessário pontuar que essas interações ocorreram e ocorrem de diversas formas, ora sendo moduladas por estruturas institucionais, ora estabelecidas a nível informal (SILVA e RIBEIRO, 2021). E, ainda, se constroem em determinado período histórico, mobilizando um conjunto específico de atores. Desse modo, o primeiro desafio da pesquisa é delimitar quais são os atores inseridos no campo, em qual nível hierárquico/estrutural se encontram e em qual período histórico interagiram (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012).

Nesse sentido, o recorte temporal adotado na pesquisa está delimitado entre os anos de 2000 a junho de 2022. Esse período foi adotado a partir de dois critérios estratégicos: 1) como veremos, posteriormente, foi a partir do ano de 2000, que o tema da agroecologia passou a ser discutido nos espaços da Assembleia, marcando, portanto, o momento de emergência do campo nas arenas legislativas; 2) utilizando esse horizonte temporal, conseguimos perceber a evolução da temática a partir dos ciclos políticos, bem como os padrões de ação característicos em cada um deles.

Entre 2000 e 2022, podemos analisar e categorizar a trajetória dessas interações a partir de três momentos distintos. Esses períodos foram divididos de tal forma durante a realização das entrevistas e das análises dos dados. Constatamos que os anos que compõem os períodos, apresentavam padrões nas interações, possibilitados pela maior ou menor abertura de arenas

estatais aos atores agroecológicos e , portanto, maior ou menor aproximação aos movimentos agroecológicos pelos diferentes mandatos dos governos estaduais. Essas configurações, como veremos, influenciaram no modo como os movimentos se aproximaram e ocuparam espaços no legislativo. Os períodos são: de 2000 até 2010, onde observamos a emergência do campo agroecológico no poder legislativo; de 2011 até 2018, período em que o campo se fortalece nas arenas e consolida um subsistema de políticas para a agroecologia; de 2019 até 2022, momento político em que o governo estadual se fecha para o diálogo com os movimentos sociais, mas é marcado pela resistência dos movimentos agroecológicos, junto de atores políticos na ALMG.

Feitas essas considerações iniciais, é importante ressaltar que apesar do recorte analítico se concentrar nas interações entre os movimentos agroecológicos nos campos da ALMG, nas discussões do capítulo, arenas de responsabilidade do Governo de Minas Gerais, como conselhos, secretarias e empresas públicas, também serão consideradas na análise. Isso porque, durante as entrevistas, esses campos apareceram com muita força como espaços acionados de forma simultânea pelos movimentos sociais, ou seja, os movimentos faziam uma atuação articulada, em espaços da ALMG, e em conselhos estaduais como forma de potencializar as reivindicações.

Antes, porém, de iniciarmos as descrições das fases analisadas separadamente, na seção seguinte apresentamos como as interações do campo agroecológico se materializaram institucionalmente no legislativo mineiro, através das proposições e da participação institucionalizada em eventos e comissões durante esses 22 anos.

3.1 A agroecologia na ALMG

Como a pesquisa se dedica a analisar as interações entre as redes de movimentos agroecológicos nas arenas do legislativo estadual junto dos atores políticos, essa primeira seção é destinada realizar uma descrição das características mais gerais das interações, a partir dos dados coletados no site da Assembleia Legislativa e do Sigalei, e perceber por meio delas, como essas inter-relações se materializaram no ambiente institucional. Dito de outro modo, vamos entender quais são os principais canais acionados pelos movimentos, quais deputados/as e partidos representam a causa no parlamento, se existem comissões mais buscadas e quais instrumentos mais mobilizados nesse processo.

Como descrito nas notas metodológicas, filtramos as buscas por meio de uma delimitação semântica, a partir das palavras-chave *agroecologia*, *agroecológica(s)*, *agroecológico(s)*, coletando os resultados de legislação, proposições, discursos e eventos

mapeados. Encontramos 164 proposições sobre agroecologia ou que faziam referência à agroecologia: 96 projetos de lei ordinária (PLO), 64 requerimentos (RQN), 2 propostas de emenda à Constituição (PEC) e 1 projeto de lei complementar (PLC). Além das proposições, identificamos também 28 decretos.

Para fins informativos, o requerimento é uma solicitação apresentada por um/a deputado/a, por uma comissão ou pelo governador do Estado, apresentando propostas diversas, como a solicitação de uma audiência pública, um pedido de providências ao poder público ou entidade privada, desarquivamento de proposição, entre outros. O projeto de lei complementar regulamenta assuntos específicos da Constituição do Estado, como código de finanças, código tributário, leis de organização de órgãos públicos, estatuto dos servidores, entre outros. Já o projeto de lei ordinária trata de assuntos não regulamentados por projeto de lei complementar, ou seja, são temas mais comuns não tratados pela Constituição. As propostas de emenda à Constituição são aquelas que possuem objetivo de alterar o texto da Constituição do Estado. O decreto é um tipo de norma de autoria do chefe do Executivo, no caso aqui do governador, que determina o cumprimento de uma resolução.

Na tabela 1 podemos verificar o número total das proposições encontradas e a situação em que se encontram no processo legislativo. Percebemos alguns dados interessantes, como o número de projetos de lei aprovados e transformados em norma jurídica, que se referem, direta ou indiretamente, ao campo agroecológico no estado (36). Para ser votado, aprovado e transformado em lei, um PL precisa entrar na pauta das votações, o que é definido pelo presidente da casa legislativa, muitas vezes em comum acordo com os líderes do partido, a base governista e a mesa diretora. É importante destacar que esse processo demanda grande capacidade de articulação política e negociação por parte dos deputados e assessores. Outros 30 PLs foram arquivados entre 2000 e 2022 e 31 ainda estão em tramitação. Os requerimentos também aparecem como um instrumento muito acionado pelos atores envolvidos no campo (61 aprovados). O conteúdo das principais proposições serão tratadas com mais detalhamento nas próximas seções.

Tabela 1: Distribuição das proposições e situação atual

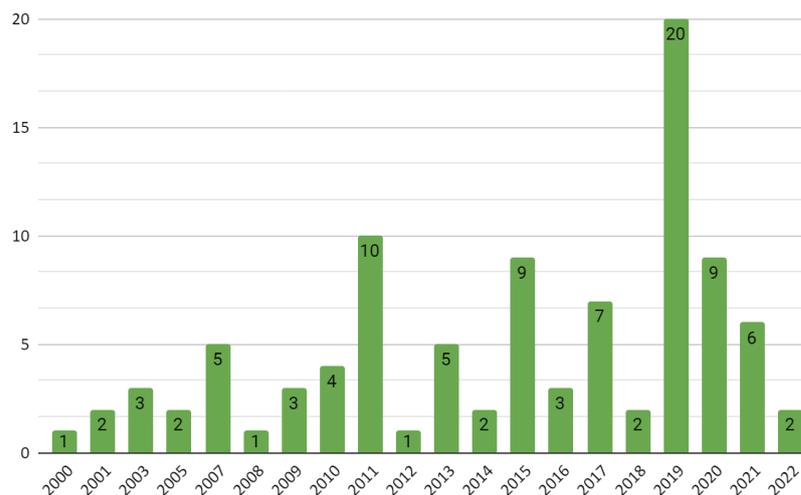
| Tipo de proposição | Nº de proposições | Situação |
|---------------------------|--------------------------|--|
| Projeto de lei ordinária | 96 | 36 aprovadas (37%) 31 tramitando (32%) 30 arquivados (31%) |

| | | |
|-----------------------------------|----|---|
| Requerimento | 64 | 61 aprovados (96%) 3 tramitando (4%) |
| Proposta de emenda à Constituição | 2 | 2 tramitando (100%) |
| Projeto de lei complementar | 1 | 1 arquivado (100%) |
| Decreto | 28 | 23 promulgados 5 revogados |

Fonte: elaboração própria, com dados do Sigalei/Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

No que diz respeito especificamente aos PLs, no gráfico 1, podemos verificar os projetos de lei apresentados por ano, dentro do nosso horizonte temporal. Para facilitar a apresentação dos dados, juntamos o projeto de lei complementar aos projetos de lei ordinária, passando a nos referir agora apenas a projeto de lei (PL). A princípio, não vemos uma linearidade nos dados, com alguns anos apresentando maior número de PLs e outros menos. Identificamos os anos de 2011, 2015 e 2019 como aqueles com maior apresentação de projetos de lei, sendo 2019 um ano destoante. Isso é explicado, como veremos posteriormente, devido a eleição de 2018, onde foram eleitos deputados em Minas mais abertos ao diálogo com os movimentos agroecológicos. Em 2002, 2004 e 2006, nenhum PL voltado à agroecologia foi apresentado na assembleia.

Gráfico 1: Número de Projetos de Lei apresentados por ano



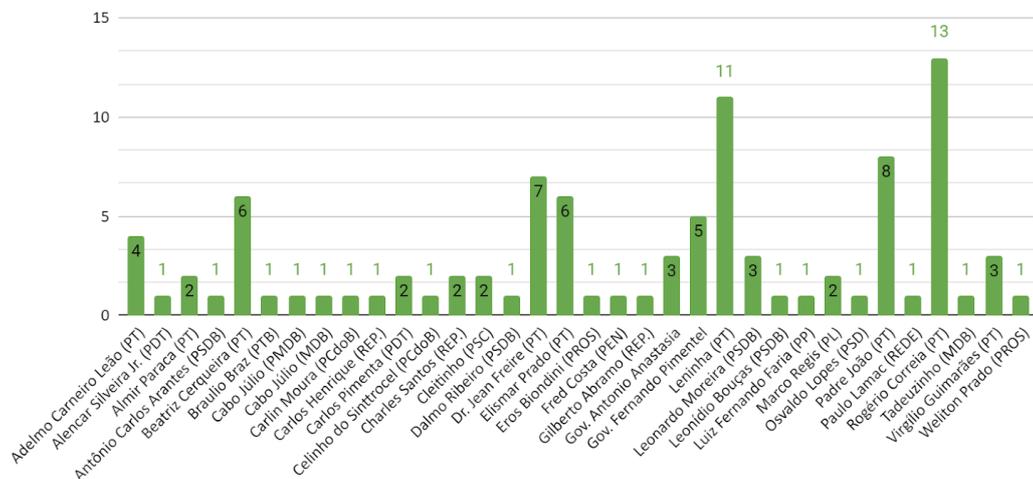
Fonte: elaboração própria, com dados do Sigalei/Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Acerca da autoria dos PLs, os dados mostram que cerca de 58,3% (56), foram apresentados por deputados/as do Partido dos Trabalhadores (PT), seguidos por 6 PLs apresentados por deputados do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e 6 do Partido Republicano da Ordem Social (PROS). O Governador Fernando Pimentel (2015-2019), também do PT, apresentou 5 PLs, entre eles o projeto de lei complementar, com referência à

agroecologia. Esses achados convergem com os estudos sobre movimentos sociais, no Brasil, os quais constataam que historicamente esses atores atuam em maior proximidade com políticos orientados à esquerda do espectro político, principalmente, aqueles filiados ao PT, justamente pela própria história de surgimento do partido (DOIMO, 1995; Tatagiba, 2010, 2011; SILVA e OLIVEIRA, 2011; ELIAS, 2013; CAYRES, 2017).

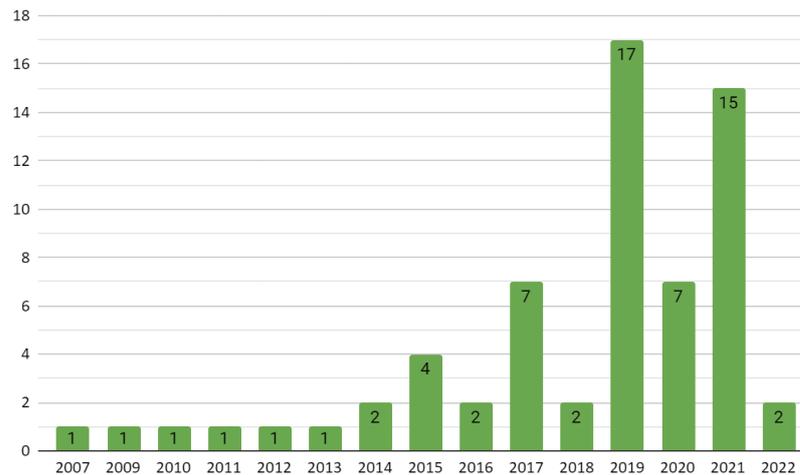
Entre os/as deputados/as que mais se destacam na atuação legislativa voltada à proposição de leis para agroecologia estão Rogério Correia (PT), Leninha (PT), Dr. Jean Freire (PT), Padre João (PT), Beatriz Cerqueira (PT), Elismar Prado (PT) e Adelmo Leão (PT). De forma geral, todos(as) são deputados(as) que atuam em forte diálogo com movimentos sociais e a sociedade civil, abrindo espaço na agenda para as demandas e reivindicações desses atores. As atuações mais específicas sobre esses atores junto do movimento agroecológico também serão descritas nas seções seguintes.

Gráfico 2: Distribuição dos PLs por autores/partido em ordem alfabética



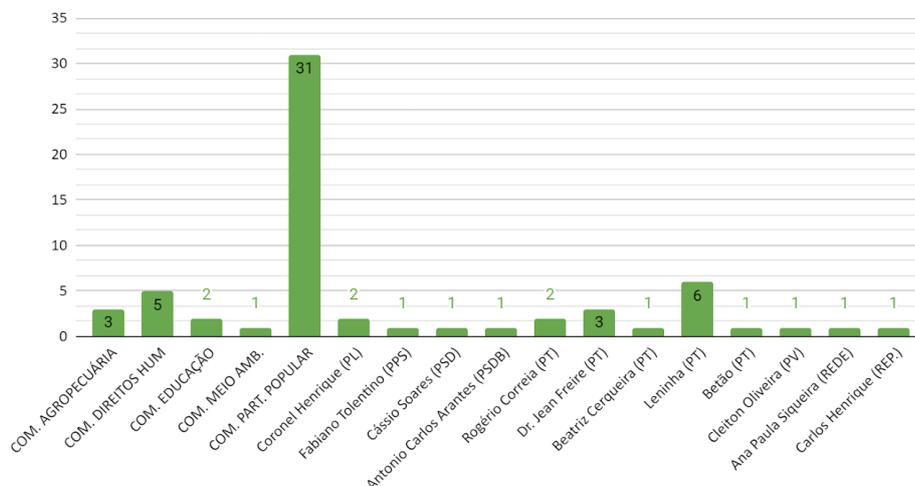
Fonte: elaboração própria, com dados do Sigalei/Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Gráfico 3 informa o número de requerimentos que foram apresentados por ano. Diferente dos PLs, os requerimentos só aparecem como instrumento utilizado no campo a partir de 2007, de forma tímida, até o ano de 2014. Aqui, 2019 também aparece como um ano de maior número de requerimentos, muito em razão do fortalecimento do campo agroecológico na ALMG, que passa a atuar de forma mais próxima dos deputados e ocupando mais espaços nas arenas legislativas, como na Comissão de Participação Popular (Gráfico 4).

Gráfico 3: Número de requerimentos apresentados por ano

Fonte: elaboração própria, com dados do Sigalei/Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Acerca da autoria dos requerimentos, os dados demonstram que quase a metade (49%), foram apresentados através da Comissão de Participação Popular, como vimos, espaço aberto para a sociedade civil apresentar sugestões de ação legislativa. Essa arena vem sendo ocupada por diferentes organizações que compõem o movimento agroecológico em Minas Gerais. Aqui, a deputada Leninha (PT) aparece, novamente, como a representante que mais utilizou essa forma de solicitação para o campo agroecológico.

Gráfico 4: Número de requerimentos apresentados por autores/comissões em ordem alfabética

Fonte: elaboração própria, com dados do Sigalei/Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Passemos agora para os eventos encontrados. Seguindo o mesmo procedimento de busca, a partir das palavras-chave no site da ALMG, encontramos 8 audiências públicas relacionadas ao campo agroecológico durante o período de 2000 a 2022 (Quadro 2). É

necessário destacar, como feito anteriormente, que essa busca apresenta limitações e corre o risco de excluir outros eventos que tenham ocorrido com a participação desses atores. Ainda assim, dada a ampla gama de ações do movimento, essa foi entendida como a melhor alternativa para filtrar a coleta dos dados⁴⁰.

É, portanto, o amplo escopo de lutas do movimento agroecológico, que explica a participação dos movimentos agroecológicos nas audiências públicas apresentadas abaixo, em temas que transitam desde a promoção de políticas para o fortalecimento da agricultura familiar, até a violação de direitos humanos de comunidades situadas em áreas de proteção ambiental.

Das sete audiências, duas ocorreram localmente, em Montes Claros-MG e Diamantina-MG, com o intuito de debater questões relativas ao Norte de Minas. Nelas, representantes de organizações do movimento agroecológico estiveram presentes, como do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede) e a Fetaemg. Essas organizações são formadas por diversos grupos e movimentos, e atuam no campo enquanto representantes dos interesses das entidades.

Além disso, dentre todas as audiências encontradas, apenas a última, em 2019, se concentrava em debater especificamente a agroecologia. Foi também durante essa audiência que os deputados presentes anunciaram o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, com o objetivo de apoiar e fortalecer a luta das organizações, movimentos sociais e coletivos da sociedade civil que atuam nessas áreas. A criação dessa frente, como veremos posteriormente, é entendida como um marco importante na luta do movimento agroecológico em MG.

⁴⁰ Como forma de diminuir a limitação da estratégia de coleta de dados, quando eventos que não apareceram na busca foram citados como importantes nas entrevistas, buscamos manualmente, um a um, e inserimos durante a análise e discussão dos dados, fazendo as devidas ressalvas.

Quadro 2: Audiências Públicas relacionadas ao campo agroecológico entre 2000 e 2022

| Comissão - data | Finalidade/objetivo | Organizações convidadas |
|---|--|--|
| Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social - 11 de agosto 2000, Montes Claros | Discutir o Projeto de Lei nº 1.025/2000, de autoria do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a Política Mineira de Incentivo ao Cultivo, Consumo, Comercialização e Transformação dos Derivados do Pequi - PRÓ-PEQUI. | -CAA-NM -REDE-MG -Centro de Assessoria aos Mov. Pop. do Vale do Jequitinhonha -Rede Cerrado -FETAEMG -Comissão Pastoral da Terra -Sin. Trab. Rurais de Jaíba -Cooperativa Grande Sertão |
| Comissão de Participação Popular - 24 de outubro 2005, Belo Horizonte | Debater, em audiência pública, o fortalecimento da agricultura familiar no Estado. | -FETAEMG -CONSEA nacional -FETRAF-Minas -AMA -CTA-ZM |
| Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática - 16 de abril 2009, Belo Horizonte | Realizar audiência pública para debater o funcionamento da "Nossa Horta", programa de caráter social e comunitário, desenvolvido pelo Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu - Comupra, nas dependências da Escola Estadual Bolivar Tinoco Mineiro. | -CONSEA-MG -Programa Agroecologia Nossa Horta -Empresa de Consultoria em Agric. Urbana, Agroecologia e Met. Participativas -AMA |
| Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social - 27 de abril 2012, Belo Horizonte | Discutir os malefícios causados pelo uso abusivo de agrotóxicos aos trabalhadores rurais, bem como aos consumidores desses produtos contaminados. | -FETAEMG -FAEMG -Divisão de Apoio à Transição Agroecológica da Subsecretaria de Agricultura Familiar -Grupo de Estudos em Saúde do Trabalhador Rural da UFMG -MST-MG |
| Comissão de Direitos Humanos - 26 de maio 2014, Diamantina | Debater as denúncias de violação de direitos humanos das comunidades situadas no entorno e dentro da área do Parque Nacional das Sempre-Vivas, no Município de Diamantina. | -Programa de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de MG -Núcleo de Agroecologia e |

| | | |
|--|--|---|
| | | Campesinato da UFVJM -CAA-NM |
| Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial - 29 de abril 2015, Belo Horizonte | Debater as políticas públicas para a Agricultura Familiar e a estrutura da nova Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. | -FAEMG -FETAEMG -OCEMG -FETRAF -UNICAFES -AMA -CONSEA-MG -Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais -Via Campesina -MST-MG -Povo indígena Pankararu -ASA Minas |
| Comissão de Política Agropecuária e Agroindústria - 16 de março 2016, Belo Horizonte | Discutir a implementação da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, instituída pela Lei 20.608/2013, segundo a qual, dos recursos destinados à compra institucional de gêneros alimentícios, o Estado aplicará no mínimo 30% na aquisição direta de produtos de agricultores familiares. | -FETAEMG -UNICAFES -AMA -CONSEA-MG -CAISANS-MG |
| Comissão de Participação Popular - 16 de setembro 2019, Belo Horizonte | Debater o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia em Minas Gerais, conforme determinam as Leis nºs 21.156, de 2014, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar - Pedraf - e 21.146, de 2014, que instituiu a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - Peapo. | -CONSEA-MG -FETAEMG -AMA -MST -CTA-ZM -CAA-NM -REDE-MG -CUT-MG -Rede Agroecológica do Leste de Minas |

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da ALMG.

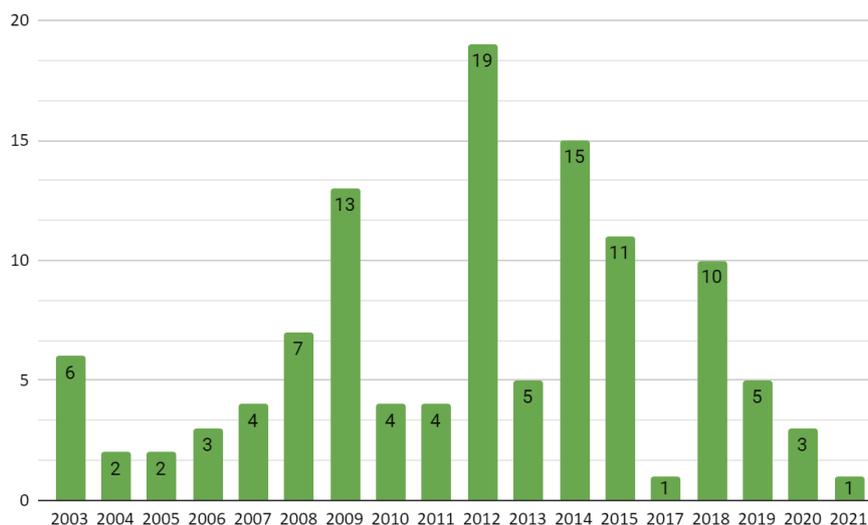
Além das audiências públicas, encontramos 3 eventos realizados na ALMG voltados para o debate da agricultura familiar, que também contaram com a participação de entidades do movimento agroecológico. Destacamos aqui o ciclo de debates realizado, em 2012, que contou com um painel específico sobre Agroecologia e Sociobiodiversidade, onde os participantes puderam discutir o tema da agroecologia e produção sustentável na promoção de políticas públicas.

Quadro 3: Eventos e ciclos de debates relacionadas ao campo agroecológico

| Evento | Finalidade/objetivo | Data e local |
|---|---|--------------------------------------|
| <i>Ciclo de Debates Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável.</i> | Destinado a avaliar a efetividade e a qualidade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e promover a articulação entre os setores envolvidos na elaboração de novas políticas públicas voltadas para o setor. | 29 a 31 agosto 2012, Belo Horizonte |
| <i>Ciclo de Debates Agricultura Familiar: Mãos que Alimentam e Cuidam do Planeta.</i> | Destinado a lançar o Plano Safra e discutir políticas públicas, financiamento, assistência técnica e comercialização voltadas para o setor. | 20 a 22 agosto, 2014, Belo Horizonte |
| <i>Debate Público Plano Rural Sustentável</i> | Objetivo de lançar e debater o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar. | 07 novembro 2014, Belo Horizonte |

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da ALMG.

Por fim, além das proposições legislativas e dos eventos, buscamos também por pronunciamentos em plenário, realizados por deputados e participantes de eventos. No gráfico 5, observamos os discursos ao longo dos anos que fizeram referência à agroecologia.

Gráfico 5: Número de discursos realizados em plenário por ano

Fonte: elaboração própria, com dados do Sigalei/Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

No total, 115 menções foram realizadas ao campo agroecológico. Entre os atores que mais se destacaram estão os deputados federais Rogério Correia (17 pronunciamentos) e Padre João (13 pronunciamentos). Os anos de 2012 e 2014 detêm um maior número de manifestações justamente devido aos ciclos de debates ocorridos (Quadro 3). Durante a análise nas próximas

seções, não nos debruçaremos sobre todos os pronunciamentos, apenas aqueles mais significativos para os fins da pesquisa.

Os primeiros dados apresentados acima demonstram como a temática agroecológica, nas duas últimas décadas, passou a ser apresentada durante os pronunciamentos, debatida nos eventos e transformada em normas jurídicas, através dos PLs, na ALMG. Além disso, os requerimentos também foram utilizados como forma de atender demandas específicas das organizações dos movimentos agroecológicos. Ainda assim, caracteriza uma presença incipiente, principalmente, na primeira década, quando o debate começa a ser apresentado. Nos últimos anos, principalmente a partir de 2014, quando é aprovada a Lei de Agroecologia e Produção Orgânica, essa atuação fica mais fortalecida. Além disso, são eleitos para a legislatura de 2019-2022, deputados/as mais sensíveis ao tema da agroecologia, que intensificaram as representações desse campo na assembleia legislativa.

Através desse mapeamento, conseguimos identificar os principais atores que estão inseridos no campo. Especificamente do movimento agroecológico mineiro, percebemos como algumas organizações, como sindicatos e articulações promovem o papel de representar as demais entidades do movimento. São elas: a AMA, a Fetraf, a Fetaemg, a UNICAFES, o CAA-NM, o CTA-ZM, o MST-MG, a REDE-MG, além de conselhos, como o Consea e Cedraf, arenas essas onde as organizações também possuem representação. Entre os/as deputados/as que compõem o campo, fomentando a criação de políticas para a agroecologia, destacam-se principalmente aqueles do Partido dos Trabalhadores (PT): Rogério Correia, Padre João, Leninha, Beatriz Cerqueira, Dr. Jean Freire, Adelmo Leão e Elismar Prado.

Nas próximas seções deste capítulo, nos dedicaremos a aprofundar as relações entre esses atores, identificando os principais mecanismos e padrões de interação estabelecidos nos últimos anos, ressaltando eventos importantes, marcos regulatórios e políticas públicas construídas em cada período.

3.2 Os primeiros passos: é preciso ser reconhecido para existir? (2000 a 2010)

A primeira fase de nossa análise começa nos anos 2000, quando as primeiras políticas que apresentam caráter agroecológico foram propostas a nível estadual. Esse período compreende os governos nacionais de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010), e os governos estaduais de Itamar Franco (1999-2002) e Aécio Neves (2003-2006, 2007-2010). De forma geral, foi o momento onde as primeiras ideias agroecológicas passaram a circular nos espaços da Assembleia Legislativa, mas de forma muito incipiente. Como retrata um período que teve início há 22 anos, concentramos nossa análise nos dados documentais encontrados. Os achados indicam que foi o momento de reconhecimento do campo agroecológico, que à época não era contemplado com legislações específicas.

Devido a característica desse momento, esta seção é a mais breve de nossa análise. Está dividida em dois subtópicos. No primeiro, apresentamos os marcos regulatórios e espaços participativos, que deram as bases para a formação do subsistema agroecológico no estado. O segundo tópico é dedicado a descrever a ação de importantes atores mapeados no campo nesse período, os assessores parlamentares. Como veremos, estes atores se fazem presentes desde a formação do campo agroecológico, mediando as interações entre os movimentos e parlamentares, fomentando iniciativas para o fortalecimento do campo agroecológico mineiro.

3.2.1 Marcos regulatórios

Os marcos regulatórios desse período são encontrados desde o primeiro ano do novo século. Em 2000, o então deputado estadual Rogério Correia (PT) propôs o projeto de lei para criação da política mineira de incentivo ao cultivo, consumo, comercialização e transformação dos derivados do pequi. Não conseguimos identificar as raízes para a criação do PL, se foi por uma demanda das organizações do Norte de Minas ou não. Contudo, a partir dos dados documentais, identificamos que o projeto passou por discussão em duas audiências públicas: a primeira, em 2000 com o tema “Pequi e os frutos do cerrado - hoje e sempre” (Quadro 2); a segunda, em 2001, em Belo Horizonte⁴¹. Ambas audiências contaram com a participação de diversas organizações da sociedade civil, por se tratar de um produto que gera renda para diversas famílias do sertão de Minas e impacta diretamente a economia da região. Em 2001, o PL foi transformado em norma jurídica e deu origem à Lei nº 13.965/2001, que cria o Programa

⁴¹ A segunda audiência foi realizada no dia 3 de abril de 2001, em Belo Horizonte e não foi encontrada durante a busca dos dados, disposta no quadro 2.

Pró-Pequi. O Programa busca apoiar as populações que tradicionalmente vivem e trabalham de modo sustentável no bioma da Caatinga e do Cerrado, mediante incentivo às práticas do Agroextrativismo Agroecológico, incluindo atividades de transformação e comercialização de frutos e demais produtos nativos.

Em 2001, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do estado de Minas Gerais - CEDRS, foi criado por meio do decreto nº 41.557/2001, com o objetivo de coordenar as ações referentes às políticas públicas para o desenvolvimento rural do estado, bem como acompanhar a execução dos programas de agricultura e reforma agrária. A elaboração desse conselho, junto a estruturação do Consea-MG, em 1999, representaram o início de uma parceria entre o governo e a sociedade civil para a construção de políticas no âmbito da agricultura familiar. Ainda que incipientes, eram espaços diretos de incidência nas políticas públicas do estado, abertos aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Como veremos, esse Conselho, após algumas reformulações, se tornou o principal espaço de discussão para as políticas agroecológicas entre os anos de 2015 a 2018.

A temática da agricultura orgânica também aparece na primeira fase analisada, através das leis nº 14160/2002 e nº 14968/2003, que regulamentam os sistemas de produção da agricultura orgânica em Minas Gerais. O deputado Marco Régis (PPS) foi o autor responsável pelo PL que deu origem à primeira lei, substituída pela Lei 14968/2003, de autoria do deputado Leonardo Monteiro (PL). As normas visavam a melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais, por meio da eliminação do uso de agrotóxicos e outros insumos artificiais.

Em 2006, foi aprovada a Lei nº 15.982/2006 de autoria do governador Aécio Neves, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do estado, com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação adequada. De acordo com o PL que deu origem à lei, o ciclo de debates “Política Estadual de Segurança Alimentar”⁴², realizado em 2005, forneceu subsídios para a discussão e elaboração da legislação. Na normativa, o Consea-MG, órgão vinculado ao Governo do estado, possuía como objetivo deliberar, propor e monitorar as ações e as políticas que tratavam a lei de segurança alimentar. Como vimos na seção 2.6, os movimentos agroecológicos, representados pela Rede PTA, lançavam mão do repertório de participação institucionalizada e atuavam, desde esse período, como membros do conselho para, a partir desse espaço, incidir nas políticas do setor.

⁴² Não encontramos dados sobre os participantes, as discussões centrais e da programação deste ciclo de debates.

Em 2007, é lançada a política estadual de apoio à produção familiar e às iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores, lei nº 16.680/2007, de autoria do deputado Carlos Pimenta (PDT). Entre os objetivos da política, estão: estimular a implementação de feiras livres municipais e outras formas de comercialização direta, ampliar a renda dos agricultores familiares e promover o aumento da oferta de produtos de baixo custo e de boa qualidade nutricional e sanitária, em consonância com a Política Estadual de Segurança Alimentar.

Os marcos regulatórios apresentados acima, apesar de não tratarem especificamente da agroecologia, apresentaram aspectos fundamentais para a construção e afirmação do campo agroecológico no estado. Temas caros ao movimento, como a redução de agrotóxicos, o incentivo à produção orgânica e a preservação da biodiversidade foram transformados em normas jurídicas nesse período. As organizações que formam o movimento agroecológico participaram de discussões e também ajudaram a construir os direcionamentos das políticas voltadas à agricultura familiar e às comunidades tradicionais em Minas, dando contorno às ações do campo. Se construiu, portanto, como um momento de disputa na agenda por políticas para o campo da agroecologia e da agricultura familiar, onde os movimentos agroecológicos conseguiram se inserir no subsistema de políticas para a agricultura e pautar suas demandas.

Dentre os autores dos projetos de lei que foram transformadas em normas jurídicas, apenas o deputado Rogério Correia foi identificado nas entrevistas como um ator aliado do movimento agroecológico, que sempre esteve aberto às sugestões e reivindicações do campo. Vale lembrar que este foi o período que o movimento estava se entendendo como movimento agroecológico da forma como se apresenta atualmente. Era o momento que deixavam de lado a denominação de agricultura alternativa e abraçavam a agroecologia. Foi no começo dos anos 2000, também, que a ANA, a ABA e a AMA foram fundadas, passando a realizar os encontros nacionais de agroecologia, junto dos diversos atores que compõem o movimento no Brasil.

Nesse período, os principais espaços de incidência do movimento se davam nos conselhos, principalmente, no âmbito do Consea e do CEDRS, arenas onde as organizações debatiam as políticas de segurança alimentar, desenvolvimento rural, agroecologia, entre outros temas. Analiticamente, a participação institucionalizada se configurou como um repertório de ação dos movimentos já neste período. As discussões realizadas nos Conselhos, em audiências públicas e ciclos de debates, eram apresentadas a deputados(as) sensíveis aos temas que aceitavam apresentar os PLs para votação na assembleia legislativa (Entrevistado 09, 2022). Essa dinâmica ficou mais evidente no segundo período de nossa análise, entre os anos de 2011 a 2018.

3.2.2 A atuação dos assessores parlamentares

Em alguns dos eventos analisados durante este trabalho, os quais foram realizados pelo movimento agroecológico, pudemos perceber a participação de atores representando deputados/as, estaduais e federais, que não puderam se fazer presentes: os assessores parlamentares. Os eventos foram os primeiros espaços para notar o trabalho dessas figuras, mas com o aprofundamento no campo de pesquisa, logo a importância desses atores ficou ainda mais evidenciada. Verificamos visitas às entidades, reuniões organizativas, mediação de oficinas, diversas ocasiões registrando a presença ativa desses atores, que, como veremos, cumpriam (e cumprem) o papel de mediar as interações entre os movimentos agroecológicos e os parlamentares mineiros. Esta subseção é dedicada a analisar a atuação dos assessores e a importância que possuem para o movimento e para os mandatos dos deputados e deputadas.

Cabe ressaltar de início que não conseguimos identificar o período exato em que este tipo de dinâmica passou a ser empregada no campo e, também, se é uma prática recorrente em muitos gabinetes além dos que analisamos, como descrito abaixo. Fato é que mapeamos algumas dessas iniciativas começando, por volta dos anos 2000, e que perduram até hoje, como uma dinâmica essencial para o movimento agroecológico. Portanto, como diz de um tipo de estratégia utilizada desde a formação do campo, inserimos essa análise na primeira seção, que corresponde aos anos de 2000 a 2010. No entanto, é importante destacar que traremos dados recentes que retratam a ação dos assessores nos últimos anos.

Conforme apresentado no Apêndice B, entrevistamos durante a pesquisa sete atores que atuaram ou atuam como assessores parlamentares. Podemos perceber, a partir da caracterização dos entrevistados, que a trajetória de muitos desses assessores é marcada pela múltipla filiação e pelo trânsito institucional (SILVA e OLIVEIRA, 2011; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016). O único assessor entrevistado que não possuía um histórico associativo com organizações de movimentos sociais (Entrevistado 3), havia passado por interações com pessoas do movimento, e foi convidado a integrar o gabinete do deputado estadual justamente com o intuito de agir no mandato para mediar as interações com os movimentos sociais, passando a atuar fortemente em defesa das causas dos movimentos agroecológicos. Outro aspecto é que, principalmente, dado o recorte do trabalho, só conseguimos entrevistar assessores que atuavam com parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT).

Aqui, consideramos esses atores “assessores ativistas”, como nos termos de Pereira (2020), por se tratarem de indivíduos que ocupam cargos de assessoria parlamentar, apresentando como principal objetivo promover ações que beneficiem a agroecologia e a

agricultura familiar. Nos casos analisados, identificamos alguns padrões que possibilitaram a formação desses quadros, mas estamos cientes que a entrada de assessores aos gabinetes podem se dar de muitas formas, como a partir do critério técnico, por filiação partidária, indicação, proximidade ou por laços de confiança.

Durante as entrevistas com interlocutores que trabalharam ou ainda trabalham como assessores parlamentares, questionamos o que os levou a atuar com os deputados para defender a agenda da agroecologia e da agricultura familiar. A Entrevistada 11, integrou o gabinete do Deputado Rogério Correia (PT) por oito anos, durante os mandatos de deputado estadual, e descreve dessa forma as interações que levaram à criação e à ocupação do cargo de assessoria:

“eu não era assessora contratada da assembleia, as organizações me indicou pro mandato, o mandato me contratou por um período pra eu apoiar as organizações aqui de Muriaé e do entorno, né. [...] A gente já tinha uma boa relação com Rogério e a gente era sabedora dos projetos que ele fazia pra agricultura e tal. Ele foi eleito e nós então apresentamos a demanda pra ele ‘ô, a agricultura familiar aqui tá precisando, o que você pode fazer pra nós?’ ‘o que cês tão precisando?’ ‘ô, a gente tá com pouca gente. A gente tá tendo muita demanda e a gente não tem condição de tá pagando pessoa, né. A gente precisa fazer esse trabalho de apoiar as organizações e tudo mais’. E aí teve uma reunião em Muriaé, e aí nesse dia surgiu três nomes, foi dois homens e o meu nome. E meu nome não foi escolhido porque era o melhor não, foi escolhido por questões de, né... [nome de um dos indicados] que hoje é da Cresol era do sindicato, então tinha uma relação ainda mais forte com o Rogério. No final das contas foi escolhido meu nome. E eu não sabia nada de nada (risos). Não, eu já tava no movimento, mas tinha pouco conhecimento. Ai você pensa, uma mulher, agricultora, que na época só tinha o ensino fundamental, hoje eu tenho o médio! (risos) fiz encceja, não tinha carteira. Então não foi simples (Entrevistada 11, 2022).

Como descrito pela interlocutora, foi a partir de uma demanda direta das organizações da agricultura familiar da região da Zona da Mata, ao deputado Rogério Correia, que este solicitou que fosse indicada uma pessoa para atuar especificamente atendendo as demandas das organizações locais e regionais. O deputado, portanto, deu a autonomia para que o próprio movimento escolhesse a pessoa, que atuaria junto dele no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no estado. A escolha pela entrevistada se deu internamente, a partir de três nomes que foram indicados pelos membros das organizações. O processo de contratação, não especificado pela interlocutora, se deu de forma extraoficial, ou seja, ela atuava como assessora, mas não era contratada a partir da ALMG.

Outro militante do movimento agroecológico, que no período da realização deste trabalho atuava como assessor parlamentar, discorreu sobre como conheceu o deputado Rogério Correia e como começaram a atuar juntos:

Quando ele me conheceu, foi quando ele foi pra Delegacia do MDA. Quando ele disputou as eleições para deputado federal, ele não foi ainda eleito, aí ele assumiu a

superintendência do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais. E aí nós fomos levar as nossas demandas lá, e a gente se aproximou, começamos a conversar, fizemos amizade e trouxemos ele pra nossa região. Inclusive ele não atuava ainda na região, foi aí que ele começou a trabalhar (Entrevistado 19, 2022).

A relação deste entrevistado com Rogério Correia, portanto, iniciou-se antes do deputado assumir um cargo representativo. Quando Correia foi eleito deputado estadual novamente, em 2010, o interlocutor foi convidado a atuar como assessor para representar o mandato na região. Além disso, uma informação recorrente nas entrevistas ressaltava a atuação de Rogério Correia enquanto Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O deputado Rogério Correia, autor do primeiro marco regulatório de fomento e incentivo às práticas do campo - a Política Pró-Pequi, ao não se eleger deputado federal, em 2006, assumiu em 2008 a delegacia do MDA, em Minas, aproximou-se de diversas organizações agroecológicas, atuando diretamente atendendo a reivindicações e pautas dos atores. Esse momento de aproximação possibilitou uma construção de capital político a Rogério Correia, que construiu laços de confiança com os movimentos do campo.

Um processo semelhante foi observado na entrada de um assessor ativista no gabinete da deputada estadual Leninha (PT). Ao perguntar como havia se tornado assessor, o Entrevistado 14 explicou:

Isso foi dentro de uma articulação que a gente tava fazendo com a Unicafes Minas, certo? A gente tava dialogando dentro da Unicafes essa possibilidade da gente conseguir fazer a atuação a nível regional junto com alguns parlamentares, que a gente pudesse fortalecer essas estratégias locais, como acontece em outras regiões, por exemplo a [nome da Entrevistada 11] lá na Zona da Mata, assessora de Rogério Correia, foi um tempo assessora. Então isso é importante do ponto de vista da gente conseguir fortalecer e ao mesmo tempo a gente ter a oportunidade de tá debatendo mais dentro do parlamento essas questões que a gente vive no dia a dia. (...) E aí, quando a gente discutiu, a gente viu que a Leninha seria uma deputada que além de conseguir debater esses temas, por ter vindo de dentro desses movimentos e ela tá muito em sintonia com esses movimentos, ela ia também trazer outros deputados pra gente fazer esse debate (Entrevistado 14, 2022).

Esse relato diz de um momento mais recente, que ocorreu após as eleições de 2018. Percebendo as interações que aconteciam na Zona da Mata, junto a deputados estaduais, os movimentos do Norte de Minas decidiram buscar apoio de um representante político para desenvolverem ações na região. Dessa forma, vislumbraram na Deputada Leninha, recém eleita, a possibilidade de, junto dela, atuarem mais fortemente dentro da ALMG, representando os interesses das organizações. A articulação que iniciou no âmbito da Unicafes Minas - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, se estendeu para as demais organizações do movimento agroecológico do Norte de Minas. O assessor ativista que

passou a compor o gabinete, desempenhou a função de apresentar à deputada as demandas das demais organizações do Norte de Minas.

A fala dos entrevistados demonstra como ocorreu a entrada dos atores dos movimentos nos gabinetes dos deputados estaduais. Notamos, a partir dos relatos, como a política de proximidade (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014) foi um repertório central para que os movimentos conseguissem compor os mandatos. Essa forma de interação, estabelecida através de contatos pessoais entre os atores estatais e a sociedade civil, confere aos atores sociais um prestígio que possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturais (ibidem). Nesses casos específicos, a partir de uma interação direta com os deputados para solicitar apoio às entidades, alguns militantes foram convidados a integrar os gabinetes, com o compromisso de representar as diversas organizações dentro do mandato e assim viabilizar recursos para o campo, como destinação orçamentária, assistência técnica e políticas de fomento à agroecologia.

O uso do repertório de proximidade política, que possibilitou a entrada de militantes do movimento agroecológico nos mandatos, foi identificado também na trajetória dos Entrevistados 01, 06 e 10.

Cabe ressaltar ainda que, os Entrevistados 01, 06, 14 e 19, antes de assumirem os cargos de assessoria parlamentar, já eram reconhecidos pelo campo como lideranças dos movimentos agroecológicos, por terem atuado, principalmente, durante as décadas de 90 e 2000, em organizações sociais e também nas CEBs. Essas lideranças agiam mobilizando pessoas a participarem das organizações, realizando o enfrentamento aos atores de oposição ao campo agroecológico, buscando apoio de articulações externas e viabilizando os espaços e recursos necessários para a realização de encontros. Portanto, eram atores dotados de capital social que desenvolviam a ação coletiva e promoviam dentro dos mandatos, os interesses dos grupos a quais representavam (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012).

Uma característica interessante dessa estratégia é que ela era/é operada de forma localizada, ou seja, os assessores atuavam e atuam nas regiões onde eram conhecidos, com os grupos e organizações das quais já faziam parte ou eram convidados a conhecer em função do novo cargo que ocupavam. Por essa atuação, são chamados pelos próprios atores do campo agroecológico como “assessores regionais”.

Os assessores ativistas identificados atuaram/atuam principalmente na mediação entre os parlamentares e organizações de movimentos sociais. De acordo com seus relatos, a partir dos debates com os atores do campo, os assessores recebiam as demandas, articulavam estratégias, auxiliavam as entidades em funções administrativas, como atualização de

regimentos, ajudavam a orientar as ações do campo e mediavam eventuais conflitos entre representantes e militantes. Além disso, organizavam oficinas e formações, plenárias, rodas de conversas, que muitas vezes contavam com a presença do deputado que representavam.

Embora com menos frequência, os assessores ativistas também atuavam na Assembleia Legislativa em defesa das causas pelas quais militam. De acordo com seus relatos, buscavam e recebiam informações sobre as políticas públicas em desenvolvimento a partir da burocracia aliada e de suas bases, monitoravam projetos de lei relacionados ao campo, acompanhavam as sessões das comissões e participavam de audiências públicas que tratavam de temas de seus interesses. Para propor políticas específicas ao campo, debatiam com os movimentos sociais as necessidades, estruturavam as propostas, para, em seguida, apresentar ao parlamentar a demanda ou o rascunho do projeto de lei. Essa dinâmica foi descrita da seguinte forma pelo Entrevistado 14:

A gente debate com os movimentos e vai construindo as pautas, e aí quando a gente já tem algo mais construído, a gente senta com a deputada né. Normalmente a gente faz essas reuniões coletivas, né, com os movimentos, ali a gente discute e faz essa interação. A gente meio que prepara esse terreno pra quando a deputada chega, já tem algo mais bem construído pra conseguir dar os passos mais pro parlamento, né. Então a gente tem feito esse papel, dos diversos temas que chegam dos movimentos, de tá sentando, escutando, ajudando a construir e fazendo essa interação (Entrevistado 14, 2022).

Além disso, os assessores ativistas também buscavam articular, a partir das demandas, o envio de emendas parlamentares para as ONGs, sindicatos e demais organizações que compõem o movimento agroecológico. Muitas vezes, eram esses recursos, que mantinham o funcionamento das organizações, permitindo a realização das oficinas, treinamentos, capacitações, viagens de campo para conhecerem outras propriedades, bem como possibilitando a compra de materiais para viabilizar a construção de estruturas e a produção de alimentos. Na fala abaixo, a Entrevistada 11, antiga assessora ativista e atualmente presidente de uma cooperativa, descreve os processos de envio de emendas às organizações:

Então, por exemplo, a parte de emenda parlamentar. Nas regiões, quem cuida das emendas parlamentares, quem indica, quem articula são os assessores. Então eu tinha que fazer isso, ‘ah, chegou a demanda de uma associação, chegou a demanda de outro’. E o mandato era muito participativo, eu acho que até demais. Então o deputado dava carta branca. Então, assim, a gente conseguiu aqui um carro pra um sindicato. Foi a [nome da entrevistada] que foi lá indicou e ajudou a organizar. A associação tal pediu um tratorito, então assim, o deputado confiava. Então sempre confiou no trabalho que a gente teve. Ah, tem que ter uma capacitação sobre um tema, então o assessor vinha e a gente fazia a capacitação, a oficina. Então foi assim. E aí tem o processo de emenda. Não é só indicar. Então vamos supor, você vai indicar uma emenda pra associação dos produtores de Muriaé. Você tem que pegar a documentação, tem que analisar se ela tá com as certidões em dia, se o estatuto tá ok, se não está. Mas geralmente na hora de fazer o plano de trabalho, que o pessoal ainda

tem muita dificuldade, a gente tem que às vezes pegar e fazer, ajudar a fazer (Entrevistada 11, 2022).

Como descrito pela interlocutora, o trabalho junto com as organizações para destinar recursos exige um trabalho do assessor maior que apenas articular e indicar a emenda. Muitas vezes, é o assessor que ajuda com todo o trabalho de reorganizar os documentos e papéis necessários para recebimento do recurso, além de orientar os passos para implementação do recurso em alguma política.

Em seguida, a interlocutora discorre sobre a última emenda que receberam em 2022, a partir de uma articulação via movimento-assessor-deputado. Vale ressaltar que devido o aprendizado acumulado e o capital social e político desta interlocutora, os processos para conseguir a destinação de emenda, bem como implementar as ações, são mais facilitadas pelos vínculos estabelecidos previamente com o deputado Rogério Correia (PT).

Com o Deputado, pelo assessor, a gente solicitou, a gente precisava de alguma coisa pra apoiar aqui o trabalho da agroecologia. Só que não dava pra passar esse ano pra entidade sem fins lucrativos [por se tratar de ano eleitoral]. Então a gente articulou com o IF aqui, o IF Sudeste Campus Muriaé, que é o corpo técnico aqui da agroecologia, e a gente conseguiu uma emenda. Ela tá pra cair por esses dias, de 180 mil, 90 vai ser custeio, 90 investimento, pra gente tá fazendo essa ação aqui mais dentro dessa micro, né. Então construção de fossas sépticas, curso de agroecologia, cercamento de nascentes, ações com mulheres” (Entrevistada 11, 2022).

Durante as entrevistas, quando questionado sobre como atuava na mediação entre os movimentos e os parlamentares, um assessor ativista ressaltou como o lugar do movimento, de onde ele parte, é fundamental para estruturar as relações dentro do gabinete.

Eu sempre coloquei isso muito claro pros deputados, que primeiro eu sou movimento antes do mandato, porque é de onde que eu vim, é da base que eu sou e onde eu sou, sabe, porque é da onde eu sou. No mandato eu estou, no movimento eu não estou, eu estando ou não em algum cargo, eu sou movimento. Eu levo isso pro mandato, que eu vou estar do lado dos movimentos sociais, a favor da agroecologia, da educação, do movimento da agricultura familiar como um todo. É aonde eu estou, de onde eu falo, é de onde eu venho, né. Então essa é a primeira questão que eu sempre coloquei pra dentro dos mandatos (Entrevistado 19, 2022).

Para esse assessor, o compromisso dele dentro do mandato é, primeiramente, com os movimentos sociais aos quais representa. É ciente desse lugar e desse papel que ele orienta as ações e busca fortalecer as organizações agroecológicas mineiras, para não correr o risco de realizar articulações ou tomadas de decisões que prejudiquem o movimento.

Até aqui, destacamos a atuação dos assessores ativistas enquanto representantes do movimento dentro dos mandatos. Um outro tipo de dinâmica que emergia dessa interação era a representação dos/as deputados/as dentro dos movimentos. Os assessores ativistas, para além de apresentar as demandas dos movimentos aos parlamentares, possuíam o papel de divulgar e

cristalizar nas comunidades e nas redes de movimentos, as ações de fortalecimento realizadas pelos/as deputados/as. Ao mesmo tempo que recebiam as reivindicações, os assessores comunicavam aos militantes os projetos de leis e requerimentos de autoria dos/as deputados/as para o campo, emendas enviadas para viabilizar atividades, bem como as ações de enfrentamentos aos/às deputados/as aliados ao agronegócio.

Durante os períodos eleitorais, essas bases sociais eram utilizadas pelos/as deputados/as para a realização das campanhas eleitorais. Dessa forma, mesmo que contratados para trabalhar com a pauta da agricultura familiar e da agroecologia, a atuação política-partidária também era cobrada aos assessores nos anos eleitorais, onde o foco do gabinete e dos/as deputados/as voltam-se para as eleições⁴³. Nossa interlocutora descreve essa dinâmica:

Só que pra além dessa pauta de agricultura, acaba que você pega... deputado quer voto também no final das contas. Ele quer ser eleito e continuar o trabalho. Então acaba que você também tem que relacionar, inserir essa questão partidária, né [...] Quando você é assessor, quem faz as agendas da região é você, claro, junto com o chefe de gabinete e com ele, mas é a gente que fala 'eu acho legal você ir em tal município', 'acho legal você ir em tal evento', 'não, naquele lugar você não vai porque o povo não quer nem te ver'. Então você já tem um conhecimento da região. Porque não adianta você pegar um deputado e levar num lugar que aquele grupo já tem um outro deputado que apoia, ou que aquele grupo é um direitão, se não eles tacam fogo nocê (risos). Então o deputado vai no caminho que aquele assessor fez. 'Ô, não adianta enviar emenda praquela entidade, porque aquela entidade não tá nem aí pra você', 'aquela entidade não trabalha de forma legal, de forma honesta', 'ô, mas aquela ali trabalha de forma bacana, essa emenda vai gerar frutos, vai contribuir com o grupo'. Então assim, o assessor é o olhar do deputado, ele tem que ser, tem que ser o olhar lá de cima. Porque o deputado não dá conta de tá em todas as pontas né, ele não dá conta de ir em todas as atividades, porque tem lá a questão interna de projetos de lei. E principalmente se a gente pega deputados que é muito ativo, muito combativos, né, então o assessor tem que tentar cuidar (Entrevistada 11, 2022).

Dessa forma, os assessores ativistas desempenhavam um papel tanto de fortalecer os movimentos agroecológicos, a partir das interações com os parlamentares, como também de atuarem no interior dessas redes para conseguir apoio em períodos eleitorais. Como descrito pela assessora e, também, por outros entrevistados, nesses momentos eram os assessores ativistas que definiam as agendas realizadas em cada localidade a partir da aceitação do candidato, promoviam eventos para apresentar o parlamentar e pedir apoio na eleição, e organizavam, junto de outros militantes, a estrutura da campanha nas cidades. Portanto, ao mesmo tempo em que os assessores fortaleciam a ação coletiva, colocavam suas reputações em jogo, uma vez que, após o período eleitoral, os movimentos sociais passavam a cobrar dos assessores os compromissos firmados pelo candidato.

⁴³ Esta inclusive foi uma dificuldade que encontramos durante a realização da pesquisa, uma vez que os deputados estavam sempre com agendas fechadas e empenhando esforços na eleição. Dessa forma, conseguimos agendar entrevistas apenas com os assessores parlamentares.

Em termos analíticos, portanto, este é um processo interacional, onde os assessores ativistas atuam como mediadores (brokers) levando informações das redes de movimentos diretamente o parlamentar (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012) operando como figuras do campo agroecológico, que dão abertura para a agenda governamental (BIRKLAND, 2006). Como uma dinâmica estabelecida desde a formação do campo agroecológico, nos anos 2000, essa atuação apresenta-se como uma vantagem ao movimento agroecológico frente a outras organizações sociais, movimentos e grupos de interesse, que não possuem essa forma de representação direta.

Objetivou-se com esta breve seção apresentar os marcos regulatórios do período entre 2000 e 2010, bem como as principais formas de atuação do movimento agroecológico neste momento que identificamos como de surgimento do subsistema agroecológico, em Minas Gerais.

Caracterizamos este momento como de surgimento de um *subsistema agroecológico* porque é o período no qual temas caros à agroecologia, como a agricultura orgânica, a segurança alimentar e nutricional e a importância de apoio à produção dos agricultores familiares foram introduzidos nas discussões e legislações a nível estadual, a partir das interações entre ativistas-assessores-deputadas. Embora não fossem legislações próprias para a agroecologia, estas faziam referências diretas à formas de produção do sistema agroecológico. Foram assim, importantes conquistas para os movimentos e fundamentais para a entrada de atores sociais e políticos na discussão pública sobre o tema.

Como principais repertórios de ação desse período, identificamos a participação institucionalizada e a política de proximidade. Os canais participativos, como o Consea e o CEDERS, constituíram-se como arenas fundamentais para a participação dos movimentos no âmbito institucional. Estes eram os espaços onde os movimentos tinham oportunidade de debater e apresentar propostas para o campo. Além disso, a atuação dos assessores ativistas, foram importantes para as redes de movimentos, na medida em que estes vieram, desde a década de 2000, fortalecendo a entrada da agroecologia na agenda política e viabilizando, localmente, as interações entre deputados e movimentos sociais.

Na próxima seção, apresentamos o segundo período da análise, o qual caracterizamos como de consolidação do subsistema agroecológico, em Minas Gerais. Uma vez que os movimentos agroecológicos passaram a estabelecer interações com parlamentares, assessores e atores estatais, conseguiram entrar na agenda governamental e garantir mais espaços para elaboração de políticas para o campo agroecológico.

3.3 A consolidação do subsistema agroecológico: a luta por políticas públicas (2011 a 2018)

Nossa segunda fase da análise tem início em 2011 e vai até 2018, momento que classificamos como marcado pela consolidação do subsistema agroecológico em Minas. Esse período compreende os governos nacionais de Dilma Rousseff (2011-2014, 2015-2016) e Michel Temer (2016-2018), e os governos estaduais de Antonio Anastasia (2011-2014), completado por Alberto Pinto Coelho e Fernando Pimentel (2015-2018).

É o segundo período mais longo de nossa análise, compreendendo oito anos de interação entre parlamentares e os movimentos agroecológicos mineiros. Definimos esse como o momento de consolidação do subsistema agroecológico porque, como veremos ao longo da seção, foi o período em que a agroecologia entrou na agenda governamental e garantiu mais espaço e apoio para a elaboração de legislações específicas e políticas públicas para o campo. Esta seção está dividida em quatro subtópicos. No primeiro, apresentamos as legislações criadas durante o período, que garantiram espaço de atuação e o fortalecimento das ações para os atores do movimento agroecológico. No segundo subtópico nos concentramos nas interações entre Estado, movimento e legislativo, mediadas por dois importantes espaços criados nesse período: a Subsecretaria de Agricultura Familiar (2011-2015) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (2015-2018). No terceiro, nos dedicamos às interações que resultaram em uma conquista considerada muito cara ao movimento agroecológico, a elaboração do Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos. Por fim, o último subtópico é destinado a um tipo de repertório essencial para o funcionamento da agroecologia: os eventos.

3.3.1 Marcos regulatórios

Este subtópico reúne as principais conquistas realizadas no âmbito legislativo para o movimento agroecológico mineiro. O primeiro marco regulatório desse período foi proposto pelo deputado Almir Paraca (PT), autor do PL que deu origem à Política Estadual de Fomento à Tecnologia Social (lei nº 20.377/2012). A lei prevê a instituição de mecanismos por parte do Estado incentivando programas, projetos e pesquisas de fomento às tecnologias sociais⁴⁴, visando estreitar as relações entre as soluções propostas e as demandas por parte da sociedade civil. Importante destacar que as tecnologias sociais, práticas e metodologias participativas encontram-se no cerne do movimento agroecológico, por entender que a participação das

⁴⁴ A tecnologia social é entendida como um método, técnica ou processo desenvolvido junto das comunidades e que apresentem soluções efetivas para transformação de determinado problema social.

comunidades e o diálogo entre os saberes são aspectos fundamentais para a resolução de problemas sociais de forma justa e sustentável (SAMBUICHI et al., 2017). Dessa forma, marca um ganho importante ao movimento, por constar em lei que o Estado deve garantir políticas públicas em diálogo com os movimentos do campo, respeitando suas demandas e necessidades locais, estendendo essas ações às empresas de assistência técnica, como a EMATER (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Em 2013, o projeto de lei nº 2352/2011, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes (PSDB), deu origem à Lei 20.608/2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA Familiar. A política do PAA Familiar, regulamentada pelo decreto nº 46.712/1015, veio de encontro a uma série de políticas criadas anteriormente, como as já descritas, justamente com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, promover o acesso à aquisição de alimentos saudáveis e sustentáveis nas compras realizadas pelos órgãos públicos, fortalecer os circuitos curtos de produção, além de valorizar a agrobiodiversidade junto ao estímulo das experiências locais. Importante ressaltar que a política estabelece que os preços de produtos agroecológicos ou orgânicos podem ter acréscimo de até 30% do valor em relação aos produtos convencionais, o que representou também uma conquista e incentivo aos agricultores familiares e ao mercado de produção agroecológica e orgânica, bem como ao movimento como um todo.

Em 2014, foi aprovada a lei nº 21.156/2014, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar - Pedraf, com o objetivo de orientar as ações do governo voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, garantindo a participação da sociedade civil organizada.

A lei, originada a partir do PL do deputado Rogério Correia (PT), previa seu desenvolvimento em articulação com uma legislação de 1994, (lei nº 11.498/1994), a Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola, que passou por mudanças em sua base legal. Se antes a política de desenvolvimento agrícola possuía uma abordagem mais técnica nos moldes da modernização agrícola, a Pedraf alterou seus fundamentos legais, definindo na redação um caráter mais sistêmico e atento às necessidades do meio rural. Questões como garantia da soberania e segurança alimentar, sustentabilidade, fomento à transição agroecológica, preservação dos agroecossistemas e do patrimônio cultural passaram a orientar a Política de Desenvolvimento Agrícola.

A normativa voltada especificamente à agroecologia, a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - Peapo (lei nº 21.146/2014), foi sancionada em 2014, tendo como referência original o PL nº 2.547/2011, apresentado pelo deputado Estadual Adelmo Leão

(PT). A construção dessa lei teve a participação ativa do Cedraf-MG, uma das principais arenas de discussão envolvida na formulação da Peapo. No período de elaboração da política, o conselho contava com um Grupo Temático de Agroecologia e Produção Orgânica, que passaria, posteriormente, à condição de Câmara Técnica (SCHMITT e BARBOSA, 2019).

Além do conselho, as discussões nas comissões da ALMG também foram fundamentais para a elaboração da política. É reconhecida, portanto, como uma política construída com os movimentos e para os movimentos agroecológicos. Entre os principais instrumentos da política, estão: a) o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica; b) assistência técnica especializada em agroecologia; c) compras governamentais de produtos alimentícios agroecológicos e orgânicos; e d) medidas tributárias, que favoreçam a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica. Além disso, a sociedade civil acompanharia e participaria da política no âmbito do Cedraf-MG.

No bojo das interações entre a rede de movimentos agroecológicos da Zona da Mata e o mandato do deputado Rogério Correia (PT), em 2017, foi proposto um projeto de lei com o intuito de promover e incentivar a agroecologia e a produção orgânica na Zona da Mata Mineira. A lei, aprovada em 2018 (Lei nº 23.207), institui a Zona da Mata como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, com o objetivo de promover o protagonismo social e incentivar o desenvolvimento da agroecologia na região. Essa, como veremos adiante, também, foi uma política construída junto das redes de movimentos agroecológicos.

Ainda em 2017, o Consea-MG liderou uma iniciativa que resultou na revisão da base legal da política de segurança alimentar e nutricional, com a aprovação da lei nº 22.809/2017, regulamentada pelo decreto nº 47.502/2018. Muitas das mudanças no conselho definidas nesse marco legal, haviam sido objeto de reivindicação dos movimentos sociais anos antes. Florisbello (2020) aponta que a principal alteração foi o processo de representação da sociedade civil, que deixou de ser por meio das comissões regionais e passou a acontecer através de uma chamada pública via edital, aberta a diversos tipos de organizações sociais, movimentos, redes, federações e outros.

Os marcos regulatórios desse período retratam como a agroecologia conquistou espaço e garantiu legislações de fortalecimento e incentivo para o campo. Nesse momento, foram instituídas políticas específicas para a agroecologia, como a Peapo e o Polo Agroecológico da Zona da Mata, que durante as formulações, contaram com ampla participação dos movimentos. Já as políticas criadas nessa fase não voltadas diretamente à agroecologia, representavam demandas também do movimento, mas não apenas dele, como o reconhecimento das tecnologias alternativas como legítimas e o fomento da agricultura familiar e do

desenvolvimento rural sustentável. Além disso, a revisão recorrente de normativas também demonstra como a temática continuou sendo discutida e aprimorada nos marcos legais para acompanhar o desenvolvimento das legislações a nível estadual, como no caso das políticas de segurança alimentar, de desenvolvimento rural e de produção orgânica. No próximo tópico, veremos como as interações estabelecidas entre atores estatais, parlamentares e militantes do movimento agroecológico foram fundamentais para a elaboração e aprovação dos marcos regulatórios apresentados nesta seção.

3.3.2 As interações entre Estado, movimento e legislativo: a SAF e a SEDA em cena

No período entre 2011 e 2018, dois importantes espaços de incidência de políticas públicas e interlocução entre os movimentos sociais e parlamentares foram instituídos, em Minas Gerais. O primeiro foi a Subsecretaria de Agricultura Familiar (SAF | 2011-2015) e o segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA | 2015-2018).

Neste subtópico vamos nos debruçar sobre algumas das interações, que levaram à criação de ambas instituições e como elas foram fundamentais para a elaboração e aprovação de marcos regulatórios para a agroecologia em Minas Gerais.

a) A criação da SAF e as interações no período entre 2011 e 2014

A instituição que assumiu um papel de protagonismo no processo de criação da Subsecretaria de Agricultura Familiar, no estado, em 2011, foi o Consea-MG. Passados dez anos de existência, o conselho reivindicava uma estrutura dentro da administração pública para elaborar e executar políticas de segurança alimentar específicas para a agricultura familiar mineira. Nesses anos de atuação, ao se consolidar no cenário estadual, o Consea apresentava uma dinâmica de trabalho estável, havia elaborado e coordenado a implementação do Prosan e intermediado a execução do Fome Zero (FLORISBELO, 2020). Além disso, o cargo da presidência contava com uma figura de expressão nacional. Como vimos anteriormente, o bispo Dom Mauro Morelli era um ator habilidoso, que circulava entre os ambientes institucionais, políticos e sociais, mantendo relações com diversas lideranças políticas, tanto de movimentos, quanto de governo e Estado.

Durante o pleito eleitoral de 2010, Antonio Anastasia garantiu, caso eleito, a criação de uma subsecretaria de estado para esse setor, justamente pela antiga demanda do conselho e dos movimentos sociais que o compunham. Em 2011, ao ser empossado como governador de Minas Gerais, o bispo demandou a criação da subsecretaria de agricultura familiar a qual o Anastasia havia se comprometido. Demanda acolhida, Dom Mauro, com o consentimento do governador,

convidou Edmar Gadelha a assumir a subsecretaria e montar uma equipe para compor o quadro institucional. Sociólogo, Edmar Gadelha atuava, desde a graduação, com movimentos estudantis e pastorais no período da ditadura, em sindicatos de trabalhadores rurais e participou das dinâmicas de criação das ONGs da Rede PTA, em Minas. Nessa trajetória, passou a trabalhar com políticas públicas para agricultura familiar e quando foi convidado pelo bispo, em 2011, coordenava o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Ministério do Desenvolvimento Social, em Brasília (DF). De volta a Minas, com o desafio de estruturar a subsecretaria, Gadelha montou, mesmo que reduzida, uma equipe sinérgica para fortalecer as ações para a agricultura familiar e agroecologia, no estado. Assim, compuseram a equipe diversos atores engajados com o movimento agroecológico mineiro.

Ainda a respeito da criação da SAF, de acordo com uma reportagem da SEAPA (2011), o Subsecretário Edmar Gadelha afirmou que a criação da subsecretaria, subordinada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi justificada a partir dos resultados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. O Censo informava que Minas Gerais tinha cerca de 440 mil estabelecimentos de agricultura familiar, o que correspondia a 79% de todos os estabelecimentos rurais do estado⁴⁵. Os dados subsidiaram a criação da subsecretaria, mas é sabido dentro do campo que os vínculos pessoais entre os atores também foram fundamentais para a abertura desse espaço institucional, descrito desta forma pelo entrevistado 5:

Na época o presidente [do Consea-MG] era Dom Mauro Morelli, né? Que é uma pessoa que tem uma influência política muito grande e ele tinha relações pessoais, assim, com o Anastasia né, que era o governador na época. E da mesma forma, Dom Mauro era muito amigo do Edmar Gadelha né, que é uma pessoa também que historicamente, desde a época da Rede PTA, no início de todas as ONGs aqui em Minas, foi uma pessoa que atuou muito nesse campo. Então, ou seja, esse triângulo de amizades e mais, essa proximidade com o movimento sindical, com o movimento de agricultoras e dos agricultores, né, possibilitou a criação da subsecretaria (Entrevistado 5, 2022).

Florisbelo (2020) também identificou, a partir de entrevistas, a relação estabelecida entre o presidente do Consea e o governador como fundamentais para a criação da SAF, bem como o aval ao bispo para indicar um nome para o cargo de subsecretário. Montado esse quadro institucional, os atores do campo começaram a mobilização para fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia dentro do Estado. Este foi um marco importante para a consolidação do subsistema agroecológico mineiro, iniciando assim o período mais robusto de ações no campo, da perspectiva da institucionalidade. Para os atores do campo agroecológico, a criação da

⁴⁵ Consulte em: https://www.agrolink.com.br/noticias/agricultura-familiar-de-minas-reforca-abastecimento-as-escolas_141761.html

subsecretaria foi marcada por forte diálogo com os diversos movimentos sociais do estado e deputados mineiros, como registrado na fala do entrevistado 5 sobre a estruturação da SAF:

O que eu posso afirmar que foi feito com muito diálogo, né? Não foi uma coisa de cima pra baixo, então a partir dessa ideia foi dialogada com os movimentos, tanto da agroecologia, movimento sindical, então ou seja, foi uma construção coletiva mesmo, né? Inclusive dos deputados que tavam na época, né? Se não me engano, Rogério [Correia], Padre João que era deputado estadual nessa época (Entrevistado 5, 2022).

Durante a coleta e análise dos dados, encontramos reportagens e documentos ligados às plataformas das ONGs dos movimentos agroecológicos, em Minas, que registraram reuniões com a presença do subsecretário nas sedes dessas organizações. Os encontros, que ocorreram meses após a criação da subsecretaria, contaram com a presença de sindicatos, associações de agricultores familiares, professores universitários e técnicos, e tiveram por objetivo apresentar o órgão recém criado e iniciar a discussão sobre a construção de uma política para a agroecologia⁴⁶.

Composta por um quadro de funcionários cientes da importância da participação social nos processos institucionais e partindo do diagnóstico da proeminência da agricultura familiar para o estado de Minas Gerais, a SAF realizou, em setembro de 2011, o I Seminário da Agricultura Familiar de Minas Gerais⁴⁷. Com duração de 3 dias, o evento analisou a conjuntura desse setor no estado e construiu estratégias para orientar as ações da subsecretaria. Nas palavras de um entrevistado que compôs o quadro institucional da SAF:

Durante três dias nós discutimos essas questões pra definir uma estratégia pra subsecretaria, né? Quais seriam as principais questões a ser tratada, tendo conhecimento da realidade e das limitações também, né? É muito limitado, não tem orçamento, não tem gente. É, vinha de séculos aí de exclusão, de uma presença do Estado muito mais pra excluir do que pra incluir, né? Então definimos algumas pautas importantes, que a gente considerou importante nesse encontro e falamos “ó, isso aqui dá pra fazer, vamos tentar fazer nesses quatro anos” (Entrevistado 9, 2022).

O evento reuniu diversos órgãos governamentais do âmbito estadual, como Emater, Epamig, Secretaria de Estado da Fazenda, Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), RuralMinas, e da esfera federal, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Além disso, aproximadamente 30 organizações mineiras ligadas à agricultura familiar participaram do

⁴⁶ Consulte em: <https://asaminas.blogspot.com/2013/12/em-porteirinha-se-amplia-rede.html>
<https://asaminas.blogspot.com/2011/06/semiarido-mineiro-de-olho-no-paa.html>

<https://ctazm.org.br/noticias/novo-sub-secretario-de-agricultura-familiar-de-minas-gerais-visita-o-cta-487>

⁴⁷ Consulte em: <https://onorte.net/cultura/1-seminario-da-agricultura-familiar-de-minas-gerais-comeca-segunda-feira-1.500404>;

Cronograma do evento: <http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/institucional/55-conteudo/noticias/2138-i-seminario-da-agricultura-familiar-de-minas-gerais>

seminário, totalizando cerca de 120 pessoas. Formaram a mesa de abertura a Fetaemg, a Fetraf, a AMA, a ASA Minas, a Via Campesina, a Federação Quilombola, o Conselho Mineiro Indigenista e a AMAU. Nos documentos que encontramos sobre o evento, consta a participação da coordenadora da ASA Minas, Marilene Alves, a Leninha, representando a organização⁴⁸ que anos mais tarde foi eleita deputada estadual e principal nome na defesa do movimento agroecológico na assembleia.

Entre as pautas prioritárias definidas no Seminário, a primeira encampada pela subsecretaria foi promover a reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - o CEDRS. Como abordado na seção anterior, o conselho estava ligado à Emater e contava com uma participação social enfraquecida, promovendo apenas uma reunião por ano e pouco planejamento e atuação na proposição de políticas públicas e marcos regulatórios para o campo da agricultura familiar no estado.

A ação da subsecretaria foi no sentido de reestruturar o conselho como um espaço estratégico para debates, construção e análise de políticas públicas com a participação social mais fortalecida. Na nova proposta, encaminhada ao governador e instituída pelo decreto nº 45.962 de 2012, a sigla CEDRS foi substituída pela expressão Cedraf, as reuniões previstas passaram a ocorrer com maior frequência e a composição se deu por representantes da sociedade civil e do poder público de forma paritária, diferente do arranjo anterior. A estrutura do conselho também sofreu reformulações, dispondo de uma Câmara Técnica de Políticas Agrárias e Ambientais, uma Câmara Técnica de Políticas Agrícolas e um Grupo Temático de Agroecologia e Produção Orgânica, promovendo instâncias de participação social diretas para a elaboração e monitoramento das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária no estado⁴⁹.

O Cedraf passou a ser, portanto, um espaço de interlocução direto entre a SAF e os movimentos sociais que, à medida que apontavam as demandas, iam estudando e articulando possíveis direcionamentos para transformá-las em ações concretas. Nesse caminho, os movimentos que compunham o conselho, mas principalmente a AMA, passaram a sinalizar a necessidade do avanço na pauta da agroecologia. Analisando as possíveis ações que poderiam ser empreendidas, estrategicamente definiram que era preciso primeiro elaborar um arcabouço jurídico para embasar políticas do estado. Nas palavras de um entrevistado que compôs a SAF:

Então os primeiros desafios que começaram a surgir é o seguinte: olha não existe lei nenhuma, não existe legislação nenhuma pra tratar dessas questões. Claro que existia uma coisa ou outra, você já tinha extensão rural, já tem pesquisa, já tinha, enfim,

⁴⁸ Consulte em: <https://asaminas.blogspot.com/2011/09/asa-minas-participa-de-1-seminario.html>

⁴⁹ Consulte em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/institucional/20-conteudo/conselhos/81-cedraf-mg>

alguma coisa né? Já tinha as políticas nacionais de PAA, de PNAE, mas enfim. Como é que você pega isso e traz isso pro programa, né? Pras ações de Estado. Então a primeira coisa é fazer. Olha, precisamos de legislação, precisa de lei, precisa de norma, precisa de decreto, né? Precisa de colocar isso dentro do PPA, que é Plano Plurianual, precisa colocar isso na LOA, que a Lei do Orçamento Anual, né? Depois você precisa colocar isso em projeto, depois você precisa executar, né? Como é que executa? Enfim, começamos a perceber isso, né. Daí que nós começamos com esse problema. Então nós precisamos ter legislação, precisamos ter normas. Né? Então precisa construir essa normatização, essa legislação (Entrevistado 9, 2022).

Aqui cabe considerar que, ao final de 2011, o então deputado estadual Adelmo Leão apresentou o PL nº 2.547/2011, visando incentivar a agroecologia e a agricultura orgânica no Estado. Não conseguimos identificar se para a apresentação desse PL houveram momentos de interlocução com os movimentos sociais da agroecologia ou com a própria SAF. Mas esse foi o período que o Cedraf passava pela reformulação da estrutura e internamente discutia-se entre os conselheiros a criação de um marco regulatório para a agroecologia.

Além dessas interações, vale ressaltar o Ciclo de Debates sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável realizado em 2012 (Quadro 3), que levantou discussões sobre direcionadas para a agroecologia. Isso é importante porque todas essas discussões e debates serviram de embasamento para a reformulação do campo. Eram os mesmos atores presentes, parte deles os quais entrevistamos durante a entrevista, que participaram de todos esses momentos.

A partir daí constatamos, através dos nossos dados e em conformidade com o trabalho de Schmitt e Barbosa (2019), que após a reformulação do Cedraf, este propôs, em comum acordo com Deputado Adelmo Leão, um substitutivo à proposta original, ressaltando as especificidades do campo, debatido e aprovado em 2014 pelo legislativo estadual. Uma das mudanças apresentadas foi justamente o próprio conceito de agroecologia. No PL apresentado por Leão, definia-se a agroecologia como:

um sistema de produção agrícola alternativa que busca a sustentabilidade da agricultura familiar, resgatando práticas que permitam ao agricultor familiar produzir sem depender de insumos industriais (Minas Gerais, 2011).

Após as reformulações e debates no âmbito do Cedraf, o projeto de lei adotou a seguinte redação:

Para os fins desta Lei, agroecologia compreende o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais (Minas Gerais, 2014).

Essa alteração importa porque diz da própria disputa pelo significado da agroecologia dentro da assembleia. Significado esse que, com a participação dos movimentos assume um caráter mais integrador, entendendo a agroecologia como um campo de conhecimento e não apenas como forma de produção. Sobre o conceito de agroecologia, vale chamar atenção, assim como verificam Schmitt e Barbosa (2019), que as falas dos entrevistados convergem, em boa medida, com os quadros referenciais construídos nas últimas décadas internamente nas redes agroecológicas, principalmente, no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), sendo anunciada diversas vezes como um “campo transdisciplinar”, que articula “ciência, prática e movimento”⁵⁰.

Ainda sobre o projeto de lei apresentado pelo Conselho, o substitutivo visava a elaboração de uma Política Estadual para a Agroecologia e Produção Orgânica, mais robusta, prevendo a criação de uma série de instrumentos para implementar a política, como vistos na primeira parte desta seção. Além disso, a proposta transformada em norma jurídica, conferia ao Cedraf a responsabilidade pelo acompanhamento e promoção da participação social no âmbito da política.

O que interessa ressaltar é como a participação dos atores sociais do movimento agroecológico a partir do Cedraf, do Consea e da interação com a SAF, foram fundamentais para montar um arcabouço legal capaz de ser implementado. Tais atores se demonstraram muito preocupados não só com a elaboração e aprovação do projeto de lei enquanto um marco regulatório, mas também em transformá-lo em política pública, levando em consideração questões orçamentárias, como exposto acima na fala do entrevistado 9⁵¹.

O caminho empreendido na construção da política estadual de agroecologia pelo Cedraf foi realizado também para elaborar outras políticas para o campo da agricultura familiar e da própria agroecologia, como a Lei do PAA Familiar, a Peapo, a Política para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Política de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar. A atuação seguia mais ou menos o mesmo roteiro: a demanda era levada ao Cedraf e ao Consea que, em diálogo com a SAF, elaboravam o projeto de lei coletivamente. Após a elaboração, buscavam algum deputado aberto à temática para que

⁵⁰ Também identificamos no contexto mineiro, assim como as autoras, fortes relações entre agroecologia e feminismo, agroecologia e povos e comunidades tradicionais e agroecologia e agricultura urbana (SCHMITT e BARBOSA, 2019).

⁵¹ O aspecto orçamentário foi descrito como central por todos os entrevistados que ocuparam cargos na burocracia estatal, nas assessorias e atuaram mais fortemente nas discussões do PPAG. Como durante a entrevista optamos por dar prioridade a perguntas sobre as interações com atores políticos e a construção das normas, os entrevistados sempre ressaltaram que, além de criar os marcos regulatórios que são fundamentais, o passo tão importante quanto este era a previsão orçamentária para as políticas, ou seja, buscar formas de viabilizá-las no orçamento do estado.

este apresentasse o PL na assembleia legislativa. Outro caminho possível, como ocorreu com a Política de Agroecologia, era quando o PL já havia sido apresentado na assembleia e era levado aos conselhos para o debate, onde passava por alterações até que o PL estivesse em um formato adequado para ser encaminhado para votação.

Então a coisa funcionou um pouco assim, né. Então quando se formulava o projeto, a primeira versão do projeto, a gente colocava em discussão. Olha, o que que precisa alterar aqui? e tal... levava pro Cedraf, discutia no Cedraf, o pessoal sugeria “não, esse artigo não, esse artigo altera, altera esse parágrafo, inclui mais isso” e a gente ia construindo dessa forma né. Dessa forma até chegar num arredondado e botar pra tramitar né (Entrevistado 3, 2022).

Elaborar o projeto de lei com todos os cuidados para uma implementação factível era um dos objetivos dos conselheiros e da SAF. Uma preocupação posterior era de como esse projeto chegaria à assembleia e entraria em tramitação até ser votado pelos pares, ou seja, como passaria da agenda governamental, para a agenda decisional na ALMG (BIRKLAND, 2006). Como já destacamos, a tramitação e aprovação de um PL na ALMG são empreendimentos complexos, que exigem arregimentar um amplo apoio entre o governo e a oposição para obter a maioria nas votações, no qual os atores habilidosos utilizam de recursos, da ação criativa e aproveitam as janelas de oportunidade para alcançarem o objetivo final, a aprovação do projeto.

No período analisado, entre 2011 e 2014, parlamentares que apoiavam os movimentos agroecológicos e os próprios movimentos, se posicionavam como oposição ao governo Executivo. Tal postura fazia com que a base aliada do governo do estado na assembleia prejudicasse as votações de projetos de lei apresentados pelos deputados incentivadores da agroecologia. Os atores empenhados em aprovar os projetos de lei a favor do campo agroecológico lançavam mão de algumas estratégias, visto o trânsito que possuíam entre a ALMG e o Estado. A primeira ação, como vimos anteriormente, era conseguir que o projeto fosse apresentado por algum deputado na casa legislativa. Após a apresentação do PL, os atores tanto da SAF, quanto os conselheiros, mas principalmente o presidente do Consea, buscavam uma negociação direta com o presidente da Assembleia Legislativa, justificando a apresentação daquele PL como da oposição, mas de interesse do Executivo, tendo em vista a participação da subsecretaria naquela elaboração⁵². Essa tática é descrita da seguinte forma pelo interlocutor 9, que compôs a SAF nesse período:

Mas como a gente fazia: olha, esse projeto é da oposição, mas é de interesse do governo porque a gente assumia como governo, a gente era subsecretaria de estado. [...] e tinha o Consea com Dom Mauro na frente. Então tinha um pouco o respaldo do governo também, né, quer dizer. Então uma negociação direta com o presidente da

⁵² Na reportagem que se segue no link, podemos verificar o exemplo de um encontro publicizado que aconteceu entre o Dom Mauro e o presidente da ALMG, e que contou com a participação do subsecretário, do secretário executivo do Consea, que também é um ativista do movimento agroecológico. Consulte em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2011/10/26_encontro_dinis_mauro_morelli.html

assembleia, na época eu acho que era o Dinis, falava “oh Dinis, a gente tem aqui uma série de projetos que a gente considera importante que precisa tramitar, é de interesse do governo, embora tenha sido apresentado pela oposição. Tudo bem, né?” “É da oposição mas é de interesse do governo, então vamos botar pra votar”. Então você tinha o apoio tanto do governo como da oposição porque o projeto de lei é da oposição. A oposição fechava e a gente apresentava como de interesse do governo, a base do governo votava. Então a gente conseguiu de certa forma tramitar esses projetos e aprovar. Foram vários, né, foram vários (Entrevistado 9, 2022).

Esse período em que os atores aproveitaram as oportunidades do campo, a partir da articulação entre a subsecretaria, os deputados da oposição e os conselhos, foram descritos como o momento em que mais conseguiram avançar nos marcos regulatórios e na criação de políticas públicas para a agroecologia, já que havia uma convergência e alinhamento entre os interesses do estado, de atores do legislativo e de atores sociais. A atuação empreendida nesse período é também descrita por um interlocutor que na época representava um movimento social no Consea e no Cedraf:

Várias políticas que foram aprovadas entre treze, quatorze, conseguiram pegar uma janela de oportunidade [...] porque assim, você tinha deputados da oposição e gente do governo, que era o pessoal da subsecretaria, falando a mesma coisa, com o mesmo interesse. Então, um projeto que vinha do Executivo, da subsecretaria, era apoiado por deputados da oposição, Rogério [Correia] e André [Quintão]. Mas enfim, vários outros. E aí isso passou. Então foi só nesse momento que a gente conseguiu alguma coisa, porque, por outro lado, tinha ali a comissão de agropecuária da assembleia liderada pelo Antônio Carlos Arantes, que é um deputado assim, muito alinhado com esse setor mais tradicional do agronegócio mineiro. E o agronegócio mineiro é o que há de mais tradicional no Brasil, alinhado com essas oligarquias mais antigas. Então nós somos minoria, é isso que nós enfrentamos na assembleia (Entrevistado 13, 2022).

Além dessa mobilização mais direta entre o Consea, na figura de Dom Mauro e do presidente da casa legislativa, os movimentos sociais - que também estavam representados no conselho - procuravam apresentar o projeto de lei, ao qual buscavam a aprovação, aos deputados da assembleia diretamente em seus gabinetes, como forma de reforçar apoio necessário e demonstrar a força do campo. Essa atuação, reforçada por alguns entrevistados, é narrada por um interlocutor da seguinte maneira:

A gente também faz o trabalho de sensibilização dos deputados, né, de fazer visita nos gabinetes, apresentar aquilo que a gente tá querendo, pedir apoio, né. Então é um trabalho também que a gente tem que fazer pra poder sensibilizar os deputados. Quando a gente quer aprovar algum tipo de lei é necessário fazer também esse tipo de trabalho. E a deputada consegue fazer uma articulação, né. Mas quando as organizações se apresentam mostrando o que que é o objetivo, e quais são as vantagens e tudo, isso sensibiliza muito também [...] essa questão da lei do cooperativismo mesmo nos fizemos isso né, nós fomos em todos os gabinetes dos deputados, né, tentando apresentar a proposta. [...] e aí eles recebem a proposta, muitos a gente acredita que nem lê e engaveta, né [risos]. Mas pelo menos eles estão vendo que o pessoal está movimentando e quais que são os interesses né. Então é uma questão trabalhosa, mas a gente acha que é necessária fazer isso pra conseguir aprovar algum tipo de projeto a gente tem que às vezes tá mobilizando os deputados, pressionando, falando da importância. E em alguns momento tem que ceder alguma coisa pra conseguir. Então tem todo esse trabalho pra ser feito que é trabalhoso, mas é

necessário, porque a gente sabe que a maioria que está lá não está nem ai com a gente né (Entrevistado 14, 2022).

Tanto a atuação do presidente do Consea, como a mobilização direta dos movimentos sociais com os parlamentares podem ser enquadradas no repertório que Abers, Serafim e Tatagiba (2014) denominam *política de proximidade*. Como ressaltado pelas autoras, essa é uma característica de relações clientelistas, mas não deve ser reduzida apenas a tais padrões, uma vez que as relações de natureza clientelistas pressupõem uma troca personalista de favores (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014). Entretanto, em ambos casos aqui descritos, foram instrumentos empregados para que tais atores apresentassem as demandas dos movimentos através da posição de interlocutores reconhecidos no campo e das ligações diretas que possuíam, bem aproveitados a partir de suas habilidades sociais.

É interessante ressaltar, como identificado a partir da descrição dos entrevistados, que tanto o Consea quanto o Cedraf foram espaços importantes para aprimoramento e apresentação dos projetos de lei na assembleia, nesse período. O que evidenciamos aqui é que, para alguns, o Consea protagonizou as ações, para outros, o Cedraf apresentou uma atuação mais central. Isso pode ser explicado pela dinâmica das disputas que ocorrem nas arenas políticas. Nesse caso, os atores tendem a afirmar que o espaço mais importante e que mais influenciou nas decisões e nas ações do campo foi aquele ao qual integravam.

Cabe salientar que alguns interlocutores participavam de ambos órgãos como conselheiros, isso porque, por exemplo, o mesmo militante representava a AMA tanto no Consea quanto no Cedraf, bem como o Secretário da SEDA que era representante em ambos conselhos, por determinação legal. Entre 2011 a 2018, esses atores fizeram o papel de conectar as diferentes arenas do subsistema, com o objetivo de estender as ações empreendidas em cada um dos espaços.

Nesse período, esses conselheiros atuaram como indutores de conectividade (MENDONÇA, 2016), possibilitando que as informações de uma discussão que acontecia sobre a temática da agroecologia pudesse ser transmitida ao outro conselho, bem como aos atores da SAF, que participavam ativamente da construção das políticas para o campo. Baseado nessa miríade de interações estabelecidas em torno do tema da agroecologia pudemos identificar a existência de um subsistema deliberativo (SILVA e RIBEIRO, 2021), caracterizado pelas relações mútuas entre atores dos conselhos, dos movimentos sociais, de deputados e do Executivo, por meio da subsecretaria de agricultura familiar. A partir da temática e dos atores, os mecanismos identificados que conectaram esse subsistema se materializaram a partir dos arranjos institucionais, pelos marcos regulatórios, eventos, reuniões do conselho, bem como

pelas relações pessoais estabelecidas entre os atores do campo, algumas públicas identificadas e já explicitadas no decorrer do capítulo.

Até aqui, descrevemos como a atuação dos movimentos sociais, mediadas pelo Consea, foram centrais para a criação de uma Subsecretaria de Agricultura Familiar no estado e como esta assumiu um papel fundamental na promoção de espaços institucionais de participação social para os movimentos do campo. Após a criação da Subsecretaria, a reformulação do Cedraf e os eventos realizados, as ações no campo foram tomando vida própria, sendo estabelecidas nas várias esferas, entre diversos atores, como burocratas, ativistas e deputados.

Os movimentos sociais e atores habilitados nesse contexto passaram a estabelecer uma política de proximidade para que as políticas ensejadas pelo campo pudessem transpor a agenda governamental para a agenda decisional, promovendo assim o fortalecimento de políticas públicas para a agroecologia e a agricultura familiar. Essas interações identificadas em torno da temática da agroecologia, possibilitaram identificar o que Silva e Ribeiro (2021) denominam subsistema deliberativo. A partir da coparticipação de atores em mais de uma arena institucional, estes portaram-se como conectores nas diferentes arenas do campo agroecológico mineiro, transmitindo as informações, os discursos e as decisões de um espaço ao outro.

Ao final desse ciclo político (2011-2014), as eleições de 2014 elegeram Fernando Pimentel (PT) como novo governador do estado de Minas Gerais (2015-2018). A candidatura de Pimentel foi apoiada pelos diversos movimentos sociais, do campo e da cidade, e centrais sindicais, que vislumbraram a possibilidade de obterem mais conquistas através de um governo progressista no estado. Ao ser empossado governador do Estado, Pimentel apresentou um PL com o intuito de alterar a estrutura estatal, prevendo a criação de algumas secretarias, entre elas a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário (SEDA). No próximo subtópico nos deteremos brevemente sobre as ações realizadas pela SEDA junto aos movimentos sociais do campo agroecológico.

b) A criação da SEDA e as interações entre 2015 e 2018

Em 2015, ao assumir o governo de Minas Gerais, a gestão de Fernando Pimentel propôs o PL nº 5.706/2015, com o intuito de alterar a estrutura do estado. Dentre os objetivos da norma, para atender a uma antiga reivindicação dos movimentos rurais e dos conselhos, se visava a construção de uma Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário (SEDA). Se o governo Anastasia havia criado a Subsecretaria de Agricultura Familiar, o governo Pimentel expandiu a capacidade desse setor, a partir de uma secretaria própria para a agricultura familiar.

A apresentação do PL de autoria do governador, realizada em plenário na ALMG durante a primeira reunião do ano, em 2015, foi marcada por embate entre a oposição e a base governista. A oposição afirmava que a proposição feria a constituição do Estado ao não apresentar um anexo demonstrativo orçamentário para a criação dos cargos e secretarias, demonstrando os impactos financeiros das medidas ali previstas. Evidentemente, a base governista saiu em defesa do PL, ao alegar que não foram anexados os estudos de impacto financeiro porque as alterações propostas não acarretaria aumento nas despesas estatais. O presidente da casa, deputado Ivair Nogueira, negou o apelo dos parlamentares da oposição, por argumentar que tratava-se apenas de uma questão de interpretação do texto constitucional, e aceitou as matérias enviadas pelo governador para serem tramitadas por entender que estas cumpriam os pressupostos regimentais⁵³.

O PL tramitou em regime de urgência e foi aprovado no dia 10 de março de 2015. Num discurso em plenário em comemoração ao 2º aniversário de fundação da SEDA, Glenio Martins, responsável por assumir a pasta, rememora o momento de votação do PL:

Lembro que, há dois anos, estávamos no gabinete do deputado Rogério Correia [...] e discutíamos a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais, que visava a reduzir custos e a atender, principalmente, ao nosso programa de governo, que era da agricultura familiar, dos direitos humanos, dos povos das comunidades tradicionais e do desenvolvimento rural sustentável. Eu estava no gabinete do deputado Rogério Correia com vários amigos, entre eles o André Marinho, a Fabíola, o João D'Ángelis, o Tizé e o Soró, vendo a votação. Vimos o deputado Rogério Correia, nesse lugar onde estou hoje, defendendo brilhantemente a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais e a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Confesso que poucas vezes na minha vida, Chumbinho, senti tanto frio na barriga como naquele momento. Tive a honra de poder participar daquilo (Glenio Martins, discurso ALMG, 27 de março de 2017).

O plenário de votação contou com a mobilização de diversos movimentos rurais que ocuparam as galerias da ALMG, encarregando-se de, nas palavras dos movimentos “pressionar os deputados para a aprovação” do projeto de lei e manifestando apoio à criação da SEDA. Em uma matéria divulgada pela Fetaemg, que esteve presente na votação e disse ser responsável pela mobilização dos movimentos sociais naquele dia, a criação da secretaria era uma demanda antiga da federação, apoiada também pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, agricultores e do MST⁵⁴.

Aqui, de novo, os atores ressaltaram a importância da destinação de recursos para que a secretaria conseguisse implementar as políticas para o campo. Na declaração do presidente da

⁵³ Destaque para os deputados Rogério Correia, Ulysses Gomes e Durval Ângelo, este último líder do governo. Consulte em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/01/06_plenario_polemica_projetos.html

⁵⁴ Consulte em: <http://www.fetaemg.org.br/noticias/agricultores-comemoram-a-aprovacao-do-pl-que-cria-a-secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-agrario-em-mg>

Fetaemg, o Deputado Vilson: “Sem recursos não conseguiremos avançar nas discussões e implementações de políticas e iniciativas que o trabalhador rural necessita. De que adianta a secretaria se ela não tem verba? Então nossa luta continua. Vamos continuar pressionando”⁵⁵.

Além da SEDA, outras duas secretarias foram criadas a partir do PL: a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, e a Secretaria de Recursos Humanos. Vale ressaltar que movimentos sociais defensores dessas temáticas também estiveram presentes no dia da votação, somando vozes ao coro de apoio pela aprovação do PL.

A estrutura organizacional da SEDA, tendo como novo secretário Glenio Martins, deu sequência aos trabalhos realizados pela SAF, protagonizando a implementação de políticas para a agricultura familiar e segurança alimentar no estado. Para que tal trabalho fosse realizado, duas grandes pastas foram priorizadas: a Subsecretaria de Acesso à Terra (SAT), que abrigou competências concernentes ao levantamento de informações geográficas, titulação e destinação de terras e arrecadação; e a Subsecretaria de Agricultura Familiar (SAF), destinada à estruturação do setor, como fomento à produção sustentável, apoio à comercialização, estímulo de políticas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Além disso, órgãos colegiados configuraram-se como espaços de participação efetiva de representação dos movimentos sociais e ONGs. Essas instâncias contribuíram para definir conceitual e politicamente as políticas empreendidas pela pasta, bem como para garantir a execução (COSTA, MOREIRA e FREITAS, 2020).

Após a formalização da secretaria e definição do quadro de funcionários, uma audiência pública foi solicitada (quadro 2) para debater as políticas públicas para a agricultura familiar nos anos consecutivos⁵⁶. Estiveram presentes na audiência pública o secretário da SEDA e presidente do Cedraf, Glenio Martins, a secretária de Estado Adjunta de Desenvolvimento Agrário Fabíola da Silva, os subsecretários Danilo Araújo e Luiz Carvalho, o diretor da Emater Fabiano Lucas, além de representantes de quatro organizações do movimento agroecológico: Marcos Nunes, representando a Fetaemg, Maria Lúcia representando a Fetraf e a Economia Solidária, Valdecir Viana, representando a Asa Minas e Fabrício Zanelli, representando a AMA. Como ponto de consenso discutido na audiência estava a necessidade de asseguramento, por parte do governo, de recursos financeiros para a implementação de políticas de reforma agrária, regularização fundiária, comercialização e escoamento da produção. Houve o entendimento

⁵⁵ Consulte em: <http://www.fetaemg.org.br/noticias/agricultores-comemoram-a-aprovacao-do-pl-que-cria-a-secretaria-de-estado-de-desenvolvimento-agrario-em-mg>

⁵⁶ Foram autores do requerimento solicitando a realização da audiência pública os deputados Fabiano Tolentino (PPS), Inácio Franco (PV), Nozinho (PDT) e Emidinho Madeira (PTdoB), todos membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da ALMG.

entre deputados da base governista e oposição de que a criação da nova secretaria, por si só, não garantiria avanços para a agricultura familiar, seria necessário uma política continuada de investimentos para o setor.

Durante a audiência, o secretário Glênio Martins apresentou um diagnóstico do setor e traçou o perfil da agricultura familiar em Minas Gerais, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006; MDA, 2009), também, apresentados pelo subsecretário Edmar Gadelha, em 2011, utilizados para subsidiar a criação da subsecretaria de agricultura familiar durante o governo de Anastasia⁵⁷. O secretário também reafirmou o compromisso do governador em valorizar a agricultura familiar, ressaltando o primeiro ato de Pimentel ao regulamentar, através do decreto 46.712, de 29 de janeiro de 2015, a Lei 20.608/2013, que institui a Política Estadual do PAA Familiar.

Os representantes da sociedade civil presentes na audiência pública aproveitaram o espaço para abordar aspectos fundamentais do campo. O representante da Fetaemg, Marcos Nunes, abordou “gargalos” no fortalecimento da agricultura familiar, entre eles, a comercialização, passando desde a logística de transporte até a distribuição dos produtos, e a carência de técnicos da Emater para a assistência aos produtores familiares. Valdecir Viana, membro da ASA Minas, colocou a organização à disposição para contribuir com a secretaria e pontuou que os desafios no norte do estado são ainda maiores em função da escassez de chuva. Para Viana, era fundamental que a secretaria tivesse uma estrutura capaz de viabilizar condições de armazenamento de água de chuva, além de fomentar a agroecologia. O representante da AMA, Fabrício Zanelli, por sua vez, destacou o tema dos agrotóxicos em sua fala, e lamentou que na semana da audiência pública o Brasil tenha sido reconhecido como o país que mais consome agrotóxicos no mundo. Fabrício também destacou que a criação da secretaria era uma demanda dos movimentos sociais, e que as discussões realizadas naquele espaço mostravam que a SEDA estava em consonância com os movimentos sociais. Como discurso alinhado ao movimento agroecológico, o representante da AMA também defendeu a reforma agrária e ressaltou o protagonismo das mulheres na luta do campo.

Por fim, a respeito da audiência pública, cabe destacar também que de acordo com Glênio Martins, a SEDA se dedicaria a fortalecer o Cedraf e o Conselho Diretor Pró-Pequi, por tratarem-se de alternativas fundamentais para o fortalecimento do setor no estado.

⁵⁷ De acordo com o Censo Agropecuário (MDA, 2009), Minas Gerais contava com 551 mil estabelecimentos rurais, dos quais 79% pertenciam a agricultores familiares, correspondendo a 27% das áreas agricultáveis do Estado e 32% do PIB mineiro. O Censo informava ainda que o setor respondia por 32% da produção de café, 84% de mandioca, 44% de arroz e 47% de milho.

E assim foi feito. O Cedraf destacou-se como o espaço de participação e representação mais fortalecido nesse período. No novo arranjo estatal, o conselho passou por uma nova mudança normativa e regimental, em janeiro de 2016, tendo sua abrangência ampliada configurando-se como uma instância de controle social da SEDA (MINAS GERAIS, 2016).

Além disso, incorporou mais representantes do Estado e dos movimentos sociais, ampliando o poder representativo. Movimentos importantes do campo agroecológico no estado foram integrados ao conselho, como a Fetraf, o MAB, a Articulação das Mulheres do Campo e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MAP). As reuniões começaram a apresentar uma dinâmica atrativa aos movimentos, contando com a presença constante do Secretário de Estado titular da SEDA e demais representantes de governo (FLORISBELO, 2020). Nesse período, Florisbelo (2020) representava a AMA no Cedraf e afirma que debates sobre políticas públicas para a agricultura familiar, convivência com o Semiárido, agroecologia e Segurança alimentar e nutricional foram incorporadas às pautas do conselho.

A dinâmica de estruturação e fortalecimento das políticas para agricultura familiar, segurança alimentar e agroecologia liderada pela SEDA, dispendo do Cedraf como espaço representativo, tornou-se alvo de atenção de diversos atores sociais. Florisbelo (2020) aponta como nesse momento, as organizações sociais como movimentos e ONGs passaram a dedicar mais energia aos debates no Cedraf, o que contribuiu, de forma não intencional, para o esvaziamento do Consea. Isso porque, temas e presença de movimentos sociais relacionados à pauta da segurança alimentar e nutricional, passaram a ser levados ao Cedraf, por vislumbrar a possibilidade de maior incidência nas políticas públicas do campo. Mesmo movimentos sociais que atuaram na criação do Consea-MG, passaram, segundo os interlocutores, a militar no Cedraf.

Dessa forma, durante os anos de 2015 a 2018, a SEDA e o Cedraf protagonizaram os processos de construção de políticas públicas para a agroecologia, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, incorporando a agenda de lutas dos movimentos sociais desses setores.

Além das políticas citadas acima, ambas instituições, com apoio do Consea e da Emater, elaboraram um Plano de Ação de Estratégia de Redução do Uso de Agrotóxicos. A iniciativa teve início, em 2016, e foi amplamente apoiada por organizações da sociedade civil e pelo governo do Estado. A seção seguinte é dedicada a descrever as interações que resultaram na elaboração deste plano, visto que este representa uma conquista importante para os militantes e ativistas do movimento agroecológico.

3.3.3 O plano de ação de estratégia intersetorial de redução de agrotóxicos

Uma importante atuação e conquista do movimento agroecológico nesse período foi a elaboração do Plano de Ação da Estratégia Intersetorial de Redução do Uso de Agrotóxicos e Apoio a Agroecologia e a Produção Orgânica em Minas Gerais - Planera. Esse foi um instrumento estabelecido com a finalidade de implementar a Política Estadual de Agroecologia mineira, a PEAPO. Como veremos, a formulação do plano só foi possível a partir de uma iniciativa das organizações da sociedade civil integrantes do Cedraf e do Consea, em especial a Articulação Mineira, a AMA (MINAS GERAIS, 2018).

A nível federal, no Governo Dilma, era conduzida uma discussão para elaboração de um plano de redução de agrotóxicos, no escopo das ações desenvolvidas a partir da instituição da Lei Nacional de Agroecologia, a PNAPO, e do Plano Nacional de Agroecologia, o Planapo, como vimos no capítulo 2. No Planapo estava prevista a criação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), sob responsabilidade da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Para elaboração do Pronara, um grupo de trabalho, GT Agrotóxicos, foi criado em dezembro de 2013 pela CNAPO, constituído por representantes do governo e da sociedade civil (BRASÍLIA, 2014).

O Pronara, divulgado em setembro de 2014, foi elaborado pelo GT com a possibilidade de ser publicado na forma de decreto pela presidente Dilma. Os movimentos agroecológicos realizaram diversas ações nesse período, incluindo uma cartilha, reivindicando a implementação imediata do programa⁵⁸. No entanto, a expectativa de institucionalização do Pronara foi frustrada em razão do processo de *impeachment* da presidente, o que inviabilizou essa oficialização.

No bojo das séries de ações voltadas à agroecologia a nível nacional, em junho de 2015, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveram em Brasília o Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe⁵⁹ com o intuito de fomentar o diálogo sobre políticas públicas e discutir diretrizes para o desenvolvimento da agroecologia dos países da região⁶⁰.

Naquele seminário, que priorizou temáticas como recursos naturais e territórios, segurança alimentar, diálogo de conhecimentos, inovação e mercado, participaram representantes de mais de 21 países, entre eles militantes de organizações agroecológicas de

⁵⁸ Consulte em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/cartilha_PRONARA.pdf

⁵⁹ Consulte em: <https://www.fao.org/americas/eventos/ver/pt/c/288075/>

⁶⁰ No link é possível acessar o documento de referência com as diretrizes sugerindo ações futuras para a construção de políticas públicas para o desenvolvimento da agroecologia, elaborado ao final do evento: <https://www.fao.org/3/au442o/au442o.pdf>

Minas Gerais. Foi um seminário que, segundo alguns interlocutores, promoveu discussões e encaminhamentos excelentes para o campo. Meses mais tarde, a FAO publicou um relatório com os resultados das discussões do seminário, que serviu como estímulo a um militante do movimento agroecológico:

Passa um tempo, chega um relatório do seminário. Eu olhei pro relatório e falei “nossa, muito bom!”, porque era a FAO que tava dizendo! O relatório da FAO dizendo que, olha, o que a gente precisa na América Latina é de força para a agricultura familiar, é força para as mulheres camponesas, é força para a agroecologia, políticas de inclusão e redução de agrotóxicos (Entrevistado 13, 2022).

O seminário e a leitura do relatório motivou esse interlocutor, na época conselheiro no Cedraf enquanto representante da AMA, a apresentar o documento aos pares e promover uma discussão sobre aqueles resultados. O conselheiro pediu um espaço na pauta da reunião que aconteceria posteriormente para levar aquele debate ao conselho:

Eu tava no Cedraf, então eu pedi para que entrasse como ponto de pauta na próxima reunião uma apresentação e um debate dos resultados do seminário da FAO. Aí o pessoal aprovou e eu fiquei responsável por trazer. Aí eu fiz pra outra reunião um resumo, peguei o relatório, fiz um powerpoint, apresentei e daquele debate uma das propostas que coloquei lá é a criação de um programa estadual de redução de agrotóxicos. Então o plano nasceu ali no Cedraf (Entrevistado 13, 2022).

Como aponta o interlocutor, após a apresentação realizada no conselho e inspirados pelo Pronara, aprovou-se a elaboração de um programa estadual de redução de agrotóxicos para Minas Gerais, tendo em vista o alto nível de consumo dessa substância no estado⁶¹. Para a formulação do plano, o Cedraf convidou o Consea a compor uma comissão operativa, e posteriormente, a Emater. Isso porque, quando a proposta foi realizada, em 2016, a Emater contava com um quadro de funcionários indicados pelo governador do estado, Fernando Pimentel (PT), além de dispor de técnicos qualificados para auxiliar na elaboração do plano. Nas palavras de um entrevistado: "era o governo do Pimentel, a Emater estava na mão de gente do próprio PT, se criou uma SEDA, uma secretaria de estado, né, antes era só uma subsecretaria" (Entrevistado 9, 2022). Constituíam-se, assim, um cenário favorável aos debates promovidos pelo movimento agroecológico em diálogo com o estado.

A mobilização encampada pelos conselhos conseguiu fazer com que o governador Pimentel publicasse o Decreto nº 47.223, de 26 de julho de 2017, criando um Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersetorial do Uso de Agrotóxicos e Apoio à Agroecologia e à Produção Orgânica no Estado - GEP, para a elaboração do plano. Esse grupo foi composto por uma equipe intersetorial, contando com a participação de profissionais das áreas da saúde,

⁶¹ Havia um grupo de pesquisa da UFMG sobre agrotóxicos - foram várias argumentações que subsidiaram a elaboração do plano.

educação, comunicação, agroecologia, meio ambiente e assistência técnica, sob a coordenação geral do técnico Edmar Gadelha, que nesse período atuava como técnico na Emater.

O GEP construiu a proposta do Plano, no ano de 2017, e colocou a primeira versão em discussão para sociedade no âmbito do Cedraf. Além disso, convocou um seminário estadual para a discussão e disponibilizou o plano em canais digitais a fim de que pudesse receber críticas e proposições. Dessa forma, este foi um instrumento que durante a elaboração garantiu a participação da sociedade civil, e para além disso, contou como coordenador geral um ator que sempre atuou junto ao movimento agroecológico no estado, o que também deu tom às propostas apresentadas.

O Plano de Ação, consolidou e articulou uma série de iniciativas já existentes no âmbito do estado e outras apresentadas no curso da elaboração, e constitui como o primeiro instrumento de gestão da PEAPO, para o período de 2018 a 2022 (Minas Gerais, 2018). A versão final do Planera apresentou cinco eixos de ação, a serem executadas de forma articulada pelos órgãos e secretarias do estado. São eles: 1) fiscalização, controle e monitoramento; 2) vigilância em saúde de populações expostas aos agrotóxicos; 3) educação e comunicação; 4) apoio à agroecologia e a produção orgânica; e 5) normatização, regulação, medidas econômicas, financeiras e fiscais.

A agroecologia e a produção orgânica são tratados no plano justamente por partir-se do entendimento que o enfrentamento ao problema dos agrotóxicos passa por, necessariamente, disponibilizar e ofertar tecnologias que possibilitem aos agricultores e agricultoras, o uso de produtos e práticas com menos riscos ou nulos de intoxicação pelo uso desses insumos. Para o investimento em agroecologia, a maioria das iniciativas apresentavam ações já previstas no PPAG, e definiam as instituições responsáveis por executá-las. O Plano foi avaliado pelos interlocutores como bem elaborado e possível de ser exequível, e ressaltaram ainda o esforço do GEP em localizar os gargalos na legislação e regulamentação dos agrotóxicos no estado, as carências na fiscalização e a preocupação com o fomento à agroecologia e a produção orgânica.

Mesmo contando com um quadro político favorável à temática, os entrevistados enfatizaram que foi um trabalho muito complexo de ser empreendido, por tratar-se de um tema de difícil entrada na agenda governamental. Foi preciso dispor de muita energia e trabalho para que a elaboração do Planera fosse concluída.

Após o envio do plano ao governo, em 2018, iniciou-se uma mobilização para que este fosse aprovado e implantado, em Minas Gerais. Esperava-se que o decreto fosse assinado em junho, durante IV ENA, em Belo Horizonte. Seria um marco simbólico e uma conquista importante para o movimento agroecológico, mas o governador Pimentel não compareceu ao

evento, o que ocasionou um sentimento de decepção pelos militantes do campo agroecológico. A assinatura do decreto pelo governador aconteceu no dia 25 de setembro de 2018, no Palácio do Planalto, dias antes das eleições do mesmo ano.

O lançamento foi no palácio da Liberdade, teve uma fala da AMA, a Marilda fez a fala pela AMA e tal. Bom, aí o governador lançou. Pronto, acabou. Nunca mais, nunca mais se falou nisso. Aí veio outubro, Pimentel não foi reeleito. Já seria difícil no governo Pimentel, já seria difícil. No do Zema, virou letra morta (Entrevistado 13, 2022).

No finalzinho do governo Pimentel nós elaboramos, depois de muita discussão, muita luta, dificuldade enorme no governo do PT, nós elaboramos o plano estadual de redução de agrotóxicos. Né? Eu estava lá [...] Foi uma luta! Nós tivemos aqui no final do governo Pimentel um ENA, Encontro Nacional de Agroecologia aqui em Belo Horizonte. [...] O Brasil inteiro aqui, gente do exterior, gente de tudo quanto é lugar, acho que tinha quatro mil pessoas ali no parque municipal. Então assim a gente falou “pô, leva o plano pra assinar, está precisando, é um decreto”, não assinou! Quer dizer, aproveitar um momento daquele que é Encontro Nacional pra você ir lá assinar um decreto do plano, né, não foi, entendeu? Aí depois em setembro já faltando uns meses pra acabar o governo ele foi lá e assinou o decreto, né? Assinou o decreto, perdeu a eleição, veio o Zema. Mas é lógico que o Zema não vai implementar um projeto desse né. É um decreto, o decreto tá lá, ele não caducou, porque ele poderia fazer o seguinte “não, esse decreto aqui eu vou cancelar”, como o Bolsonaro fez com o Consea, né. Enfim, mas não. O decreto existe, ele tá em vigor, é um decreto. Decreto tem força de lei, ou seja, o Estado teria que tá executando esse decreto do plano de redução de agrotóxico, mas está na gaveta (Entrevista 9, 2022).

Após a assinatura do decreto vieram as eleições de 2018. A partir das falas dos entrevistados percebemos como esse resultado não foi animador ao movimento. A derrota de Fernando Pimentel para Romeu Zema, que disputava pela primeira vez o governo de Minas Gerais pelo partido Novo, fez com que agendas importantes ao movimento, construídas em diálogo com a SEDA, a Emater, os conselhos e o legislativo, perdessem espaço na agenda governamental.

Então nós já temos o plano de ação de estratégia intersetorial, que abrange diversas secretarias estaduais, para implementar ações de redução de agrotóxico de apoio a agroecologia. e o que aconteceu foi que Fernando Pimentel perdeu a eleição e esse atual governo, o governo Zema, a agroecologia não é um tema prioritário pra ele. Embora a gente continue insistindo aqui pelo parlamento e também a universidade e o conselho, mas esse plano continua no papel (Entrevistado 6, 2022).

Com a aprovação do decreto só ao final de 2018 não houve tempo exequível para implementação. Embora representasse um governo de esquerda com inclinações de apoio ao movimento agroecológico, Pimentel demorou a assinar o decreto aprovando o Planera, visto que era um instrumento que sofria resistência e pressão da secretaria de agricultura do estado. O mesmo movimento aconteceu com a presidente Dilma, no cenário nacional, no qual a construção da lei, bem como a elaboração dos instrumentos ocorreram rapidamente e com grande participação da sociedade civil, mas não houve a determinação da implementação do

plano via decreto, mesmo com a pressão dos movimentos. Em Minas, com a eleição de Zema (Novo), o plano não foi mais discutido e pautado na agenda governamental, exatamente por este ser aliado aos grupos de interesse aos quais a agroecologia faz oposição, representados pela bancada ruralista no estado.

Durante o período das interações que deram origem ao Planera, desde 2016, quando surgiu a ideia de elaboração, até 2018, quando o plano foi regulamentado, tramitavam na ALMG projetos de lei com o intuito de controlar e regular o uso de agrotóxicos no estado. O primeiro foi o PL nº 2.192/2015, de autoria do Deputado Rogério Correia (PT), que dispunha sobre a proibição da pulverização aérea de agrotóxico em todo o território do estado. O segundo, o PL nº 4.652/2017, do Deputado Gilberto Abramo (PRB), previa a instituição da Política Estadual de Redução de Agrotóxicos - PEARA, com o objetivo de implementar ações para contribuir na redução progressiva do uso de agrotóxicos na produção agrícola, extrativista, pecuária e nas práticas de manejo dos recursos naturais. O acompanhamento da tramitação dos PLs constavam como ações a serem executadas no Planera, como estratégia no avanço da consolidação de marcos regulatórios no estado. Como era de se esperar, os PLs tramitaram na assembleia legislativa até o término da legislatura e, ao fim, foram arquivados.

Por fim, cabe destacar que a temática de regulação é a agenda encampada pelo movimento agroecológico que mais sofre resistência na assembleia legislativa mineira. Como vimos até aqui, marcos regulatórios referentes a outras esferas como o avanço na legislação para a agroecologia, defesa de produção sustentável, políticas para aquisição de alimentos, conseguiram ser aprovadas e, em alguma medida, implementadas no território estadual. Quando a temática interfere diretamente no arranjo do agronegócio, como no caso dos agrotóxicos, são políticas que incidem diretamente sob esse grupo, que obviamente seria prejudicado nas interações mercadológicas, de venda dos próprios produtos e na redução da produção em larga escala.

É justamente por esses arranjos que, em cenários de governos favoráveis, como no caso do PT, a primeira tentativa é de construir e sancionar planos como este via decreto, pela abertura prévia com o tema. Mesmo assim, a resistência ainda é grande e nesse evento, o decreto chegou a ser assinado, mas o Plano não foi implementado.

Ainda assim, mesmo não havendo a implementação do plano, para o movimento agroecológico a elaboração e aprovação do plano foram conquistas importantes, por conseguirem entrar na agenda governamental e evidenciar que essa demanda existe, que esse resistência ao modelo hegemônico do agronegócio e que existem pessoas dispostas a pensar alternativas nas esferas social, legislativa e estatal.

Vimos, neste tópico, como ocorreram as interações que levaram à elaboração e aprovação do Planera.

3.3.4 Dos eventos

A última parte desta seção é dedicada a um tipo de dinâmica central do e para o movimento agroecológico: os eventos. Tais eventos configuram-se como repertórios de ação essenciais para o funcionamento do campo agroecológico. Realizados pelos movimentos agroecológicos, os eventos são construídos, a partir de um conjunto de atividades descentralizadas em todo o país, reunindo localmente diversos atores que vão dando o contorno aos eventos maiores, como os encontros nacionais e estaduais de agroecologia. Estes são momentos de confluência de várias reuniões, oficinas, encontros e plenárias realizadas no decorrer dos anos pelas organizações que conformam o movimento agroecológico.

Além dos eventos citados até aqui nesta pesquisa, entre 2011 e 2018, período de análise dessa seção, identificamos outros importantes eventos realizados, em Minas, que contaram com a participação dos movimentos agroecológicos ou que foram organizados por eles e merecem destaque, justamente devido à relevância que possuem para o movimento.

O primeiro evento destacado aqui, o I Encontro Mineiro de Agroecologia (I EMA), promovido pela AMA, pelo CEDRAF e pela SEAPA, foi realizado entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro de 2013, em Belo Horizonte. Com comitivas somando cerca de 200 participantes das diversas regiões de Minas Gerais, o encontro objetivou trocar experiências sobre os trabalhos desenvolvidos no estado e discutir avanços e ações conjuntas e políticas públicas de incentivo à agroecologia⁶².

Participaram do evento representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil e burocratas. As notícias sobre o evento ressaltaram a presença do bispo Dom Mauro Morelli, dos representantes da ANA, ABA, Fetraf, MST e UFV. Representando a ALMG no encontro, estiveram presentes o então deputado estadual Adelmo Leão (PT), autor da Política Estadual de Agroecologia, e o deputado estadual Rogério Correia (PT), autor da Pedraf. Nas entrevistas realizadas durante o trabalho, Leão e Correia foram apontados como importantes nomes para o fortalecimento da agroecologia na assembleia neste período, deputados envolvidos com a temática e dispostos a abraçar as demandas e ações desenvolvidas pelo movimento.

⁶² Consulte em: <https://aba-agroecologia.org.br/encontro-mineiro-de-agroecologia-busca-avancos-no-estado/> e em <http://www.agricultura.mg.gov.br/component/content/article/34-noticias/2747-queijo-minas-artesanal-agora-vai-para-todo-brasil>

Também participaram do evento Edmar Gadelha, Subsecretário de Agricultura Familiar (SEAPA) e o coordenador de Apoio à Agroecologia da subsecretaria, Eugênio Resende. Edmar Gadelha rememorou que há quase trinta anos esses atores realizavam o I Encontro Estadual de Agricultura Alternativa, em 1986, e desde então a construção das redes e do conhecimento agroecológico foram se fortalecendo no estado. Segundo Gadelha, mesmo que de maneira incipiente, as conquistas realizadas já eram passos importantes para pensar um outro modelo de desenvolvimento sustentável no estado com a agroecologia.

Já Eugênio Resende declarou a importância de debates no evento sobre os desafios do setor para aumentar a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos no estado. Ademais, destacou que o importante ponto de discussão no evento referia-se à aprovação do PL 2.547/2011, que institui a Política Estadual de Agroecologia. Além de debater aspectos sobre a agroecologia no território mineiro, o encontro também fez parte da preparação para o III ENA sob o lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro”. A terceira edição do ENA aconteceu entre os dias 16 e 19 de maio de 2014, em Juazeiro, Bahia.

O II Encontro Mineiro de Agroecologia foi realizado em 2018, nos dias 27 e 28 de fevereiro, no município de Mário Campos, região central do estado. O evento, cujo tema foi “Construindo o conhecimento agroecológico” teve por finalidade o fortalecimento da ação coletiva e articulação das organizações do campo e da cidade que constroem ou vislumbram a agroecologia como um projeto político na luta pela democracia. Semelhante ao I EMA, o segundo encontro mineiro reuniu cerca de 200 participantes de todas as regiões de Minas, entre eles representações estaduais de movimentos e organizações do campo agroecológico, além de representantes da SEDA, Emater e Epamig. O evento foi um espaço de apresentação das ações realizadas no estado, entre elas, o Plano de Ação de Redução de Agrotóxicos, e de busca por fortalecimento das políticas públicas realizadas no estado, como ressaltado pelos atores nas entrevistas, nas reportagens e artigos analisados.

Assim como o I EMA, a segunda edição do evento fez parte da preparação para o IV ENA, que aconteceu em 2018, no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 31 de maio e 03 de junho. Guiado pelo tema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”⁶³, o município foi escolhido para acolher o evento justamente pelo rico processo de articulação de experiências e organizações no campo da agroecologia que abrigava, o que o torna uma referência nacional para a pauta da agricultura urbana e peri-urbana (ORNELAS, 2021). Essas articulações possibilitaram a abertura de

⁶³ No link a seguir, um documentário gravado durante o IV ENA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Za6JH4B7OPY>

espaços de interlocução entre governo de Minas e a sociedade civil sobre políticas para agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar e nutricional. Além disso, a realização do evento em uma capital na região sudeste, abria a possibilidade para debater e vivenciar o lema da temática do evento, com a ideia de unir o campo e cidade a partir da agroecologia e da democracia.

O IV ENA foi um espaço para denunciar os desmontes que as políticas públicas para a agroecologia vinham sofrendo no Brasil, mas também um espaço para anunciar e reafirmar que mesmo com o desmantelamento das políticas, através da redes territoriais, a agroecologia permanecia firme no processo de resistência e construção localmente, por todas as regiões do Brasil (ANA, 2018).

O encontro contou com a participação de mais de 2 mil pessoas inscritas, além de aproximadamente 40 mil visitantes aos espaços abertos do evento, como as feiras, as apresentações artístico-culturais e as instalações artístico-pedagógicas. Para o preenchimento das vagas do evento, a ANA estabelece alguns critérios de participação, como 70% do público composto ser formado por agricultores e agricultoras familiares, quilombolas, povos tradicionais e indígenas, sendo uma participação paritária entre mulheres e homens. Durante os quatro dias de realização, foram promovidas mais de 100 atividades, entre elas plenárias, seminários temáticos, tendas com instalações artístico-pedagógicas, oficinas autogestionadas, além da Feira de Saberes e Sabores e a Feira da Agrobiodiversidade (ALMEIDA et al., 2020).

Com o intuito de subsidiar e garantir a participação dos inscritos (alimentação e hospedagem), a ANA, se mobilizou para angariar fundos para realização do evento. O encontro contou com o apoio e patrocínio de diversas organizações⁶⁴, entre elas a Prefeitura de Belo Horizonte e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O apoio realizado pela ALMG foi fruto de um repertório de participação institucionalizada dos representantes da AMA nas discussões do PPAG. Durante o ano de 2017, a AMA apresentou uma proposta ao PPAG solicitando apoio para a realização do IV ENA. A solicitação realizada, transformada em requerimento, foi aprovada pela Comissão de Participação Popular e encaminhada à SEDA, que destinou recursos via emenda para realização do IV ENA⁶⁵.

Além disso, atores dos movimentos agroecológicos participaram de programas na TV Assembleia (ALMG) para apresentar a agroecologia em razão do evento que mobilizou tantas

⁶⁴ Além desses apoios, o Evento também realizou um financiamento coletivo, onde foram arrecadados pouco mais de 100 mil reais para a campanha#, totalizando 656 apoiadores. Consulte a página do financiamento coletivo em: https://www.catarse.me/ivenal?ref=ctrse_explore_pgsearch.

⁶⁵ Não conseguimos verificar o valor da emenda destinada ao evento, uma vez que os dados disponibilizados pela ALMG e pelo portal da transparência apresentam os recursos destinados ao programa de forma agregada.

peessoas. Irene Cardoso, professora da Universidade Federal de Viçosa e liderança nacional do movimento agroecológico, participou no dia 29 de outubro de 2018, do programa Mundo Político, para falar sobre o IV ENA e o papel da política e da sociedade para fortalecer a agroecologia e lutar contra as políticas realizadas pelo agronegócio⁶⁶.

Já no dia 07 de junho de 2018, após o encerramento do evento, foi ao ar uma entrevista ao Programa Panorama, também da TV Assembleia, que contou com a participação de Edmar Gadelha, que neste ano atuava como assessor da EMATER/MG e Denis Monteiro, Secretário-Executivo da ANA⁶⁷. Foi um momento de apresentar a agroecologia, a produção orgânica e discutir a necessidade de construção de políticas públicas para o campo. De modo geral, destacamos a participação desses atores nos programas da TV Assembleia, uma vez que obter espaço na mídia faz parte da disputa pela agenda pública (BIRKLAND, 2006) e nesse caso, após a participação nos canais, a temática é levada ao conhecimento de mais pessoas, passa a incorporar o debate público veemência, e pode acarretar em mais espaço nas agendas institucional e governamental (CAPELLA, 2018).

Ainda sobre a entrada do tema na agenda pública, o incentivo à participação de parlamentares e burocratas nesses encontros, é uma forma de gerar um constrangimento público aos atores, que reforçam o comprometimento com as pautas apresentadas e exigidas pelo movimento.

Dessa forma, os eventos organizados pelo movimento agroecológico, configuram-se como repertórios fundamentais para a ampliação e transmissão da pauta da agroecologia no Brasil e no estado. Ademais, ao reunir diversos atores do campo, os encontros reforçam a identidade coletiva dos grupos, que, ao interagirem e trocarem informações sobre as diferentes práticas, lutas e desafios, identificam o que há de comum, mas também o que há de singular em seus movimentos e regiões, e negociando esses significados, constroem a ação coletiva do movimento (MELUCCI, 1988).

Como descrito nas palavras do nosso interlocutor, agricultor familiar e assessor parlamentar regional:

Os ENAs eram encontros que ajudavam muito, mobilizaram muito as regiões e as famílias, né. Os ENAs a gente não pode deixar de realizar não, porque são encontros muito importantes que acontecem a nível nacional, mas eles fortalecem muito as dinâmicas locais. O pessoal quando participa dos ENAs voltam muito animados e ajudam muito na articulação local (Entrevistado 14, 2022).

⁶⁶ Consulte em:

https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/videos/index.html?idVideo=1272385&cat=88

⁶⁷ Consulte em:

https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/videos/index.html?idVideo=1274539&cat=324

São, portanto, momentos que possibilitam o compartilhamento de práticas e saberes, onde atores diversos, como ativistas, militantes, burocratas, políticos que se sensibilizam pela pauta, se encontram, compartilham suas histórias, trajetórias e experiências, incentivando o desenvolvimento de novas experiências locais, e fortalecem o sentido do trabalho e a identidade coletiva das organizações, funcionando como combustível para o movimento.

3.4 O desmonte das políticas: resistir para existir (2019 até 2022)

A última fase de nossa análise tem início em 2019 e se estende até junho de 2022, período mais recente para a delimitação dos dados. Esse momento compreende o governo nacional do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e o governo estadual de Romeu Zema (2019-2022). De forma geral, foi um período recente de fechamento de ambos governos, tanto estadual quanto federal, aos diversos movimentos sociais.

No âmbito nacional, a chegada do presidente Bolsonaro ao governo, como vimos, enfraqueceu as políticas a nível nacional para a agroecologia, extinguindo através do decreto nº 9.759/2019 importantes órgãos de controle social, como o Consea e a CNAPO, que atuavam na formulação e acompanhamento de políticas públicas para o campo agroecológico.

Já na esfera estadual, o governador Romeu Zema apresentou no início de 2019, o PL nº 367/2019, propondo a extinção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - SEDA. Nesse projeto, parte das atribuições da SEDA foram extintas, enquanto outras foram incorporadas à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento do Estado de Minas Gerais (SEAPA). Nesse processo, alguns órgãos colegiados de participação foram extintos, mas o Cedraf-MG continuou existindo.

Na esfera legislativa, nas eleições de 2018, foram eleitas deputadas e deputados com forte aproximação à temática agroecológica, que possibilitaram uma atuação robusta junto aos movimentos na ALMG. A partir da conjuntura do governo estadual, formou-se no âmbito da assembleia uma bancada de oposição ao governo Zema, o bloco Democracia e Luta, liderado pelo deputado André Quintão (PT), também aliado dos movimentos sociais e do campo.

Nesse cenário, os movimentos sociais visualizaram um espaço de resistência e oposição ao governo estadual, junto aos atores políticos da assembleia. Essa seção se concentra nessa dinâmica. Para tanto, está dividida em dois subtópicos. O primeiro, como nas seções anteriores, apresenta os principais marcos regulatórios criados nesse período para o campo agroecológico. No segundo subtópico nos concentramos no espaço de resistência construído pelos movimentos junto dos mandatos parlamentares: a Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Como veremos, essa foi a estratégia de articulação que os atores do campo utilizaram durante o último ciclo político (2019 - 2022), como forma de garantir, ao menos que minimamente, o apoio à agroecologia no estado.

3.4.1 Marcos regulatórios

É nesse contexto que uma série de políticas voltadas à agroecologia passam a ser propostas e aprovadas no legislativo de Minas. As primeiras leis foram propostas ainda em 2019, mas foram aprovadas apenas, em 2021.

O primeiro marco legal dessa fase foi proposto pelo deputado Carlos Henrique (Republicanos), autor do projeto de lei nº 1084/2019, que alterou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural no estado - Funderur, previsto pela lei nº 11.744/1995. Da mesma forma como a Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola, a legislação que regulamentava o fundo apresentava um caráter tecnicista, muito preocupado com o processo de modernização agrícola, tendo como alvo associações e os pequenos produtores. A partir da alteração da base legal do Funderur, pela lei nº 23.838/2021, se define na redação uma abordagem mais integrativa, reconhecendo o alvo da legislação não mais os pequenos produtores, mas os agricultores familiares. O Fundo também teria como objetivo dar suporte à execução de programas aprovados no âmbito do Cedraf-MG. Além disso, entidades e organizações civis participantes da Pedraf ficaram autorizadas a receber recursos do Funderur para financiar suas atividades após as alterações.

Nesse período, três projetos de lei de autoria da deputada Leninha foram aprovados na assembleia. A primeira lei aprovada, nº 24.189/2022, institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária. Na legislação, considera-se turismo de base comunitária aquele que incorpora os valores do bem comum, do bem viver, da economia solidária e do comércio justo, “orientando um processo sustentável de organização do turismo no âmbito dos territórios de povos e comunidades tradicionais do campo, da cidade, da floresta e das águas, em consonância com o desenvolvimento em escala local e regional” (Minas Gerais, 2021). Essa foi considerada uma iniciativa importante para fortalecer as estratégias da agricultura familiar e dos povos tradicionais, valorizando o turismo da própria comunidade, dialogando diretamente com valores e aspectos da agroecologia (Entrevistado 02, 2022). Importante para o aprimoramento desse marco legal foi o diálogo entre o mandato da deputada Leninha e a Rede Mineira de Turismo de Base Comunitária, que participaram ativamente da construção do PL.

A segunda lei aprovada, nº 24.806/2021, institui o Cadastro Estadual de Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulas - as sementes crioulas. Embora o PAA Familiar prevesse a existência dessas sementes, não continha os mecanismos ou exigências, que caracterizassem os cultivares tradicionais, o que na prática, dificultava a compra pelo Estado. Com a aprovação da lei, autoriza-se o governo a comprar as sementes reconhecidas por órgãos federais e estaduais,

e repassá-las para os agricultores familiares. Essa legislação apresentou uma conquista ao movimento agroecológico, uma vez que o uso dessas variedades remetem a um conjunto de práticas agrícolas tradicionais e de relações sociais, que contribuem para a construção da agroecologia e potencializam a agricultura camponesa.

Em 2022, a terceira lei aprovada por um projeto de autoria da deputada Leninha instituiu a Política Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e da Agroindústria - Pecooperaf (lei nº 24.189/2022). O intuito de construir essa legislação foi no sentido de fortalecer as cooperativas da agricultura familiar, visto que, em Minas Gerais, já existia uma legislação de apoio ao cooperativismo, mas essa era voltada ao modelo conservador de produção, capitaneado pelo agronegócio, tendo como representante principal a Ocemg - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, que se auto-define como “um órgão de representação política, sindical-patronal e de defesa do cooperativismo no estado” (Ocemg, 2022). A construção do PL que deu origem a Pecooperaf, foi resultado das interações entre o mandato da representante e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Minas Gerais - Unicafe-MG.

Após o reconhecimento da Zona da Mata enquanto Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, em 2018, outras regiões também passaram a propor projetos de lei com o intuito de promover e fomentar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica. Beatriz Cerqueira (PT) foi a deputada que apresentou o PL nº 2185/2020, que deu origem à Lei nº 23.939/2021, que institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Essa proposta foi construída e apresentada pelos movimentos agroecológicos da região ao mandato da deputada, através da mediação de um assessor ativista regional. Já a lei nº 24.176/2022, que institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da região Norte de Minas, foi apresentada pelo deputado Tadeu Leite (MDB), e diferente da anterior, foi proposta sem a participação dos movimentos agroecológicos da região (Entrevistados 02 e 03, 2022).

Os marcos regulatórios instituídos nesse período representaram conquistas importantes a reivindicações realizadas pelos movimentos agroecológicos. As leis regulamentadas neste período, diferente da fase anterior que apresentou forte atuação do Consea e do Cedraf, foram elaboradas mais em contato direto entre os mandatos dos deputados e as redes de movimentos como no caso do polo, ou de outras áreas, a exemplo da lei de turismo de base comunitária e de cooperativismo. Ainda assim, são organizações que atuam em diálogo com o movimento agroecológico. Além disso, a criação dos polos agroecológicos foram inspiradas na lei do polo da Zona da Mata Mineira, recebendo contornos diferentes, adaptados às necessidades de cada região,

É possível perceber também como, ao longo dos 20 anos, as legislações foram incorporando as terminologias do campo agroecológico (e também de outras redes de movimentos que atuam em diálogo e cooperação com o movimento agroecológico). Atentas às necessidades dos povos e comunidades tradicionais, as normativas passaram a ser estruturadas a partir do enfoque da agroecologia, muito em razão das diversas demandas apresentadas pelo movimento nas diferentes arenas do Estado.

Vimos, portanto, neste tópico, os principais marcos regulatórios que foram criados entre os anos de 2019 a 2022. Apesar das conquistas realizadas nas arenas legislativas, consideramos esse momento como de desmonte das políticas para o campo agroecológico, uma vez que a principal pasta de implementação das políticas para o campo, a SEDA, foi extinta junto da redução dos recursos para as políticas do setor. É com esse cenário em cena que os atores do movimento agroecológico buscaram alternativas para proteger as políticas e programas conquistados. A próxima seção se concentra nas dinâmicas estabelecidas entre os atores agroecológicos junto de parlamentares e assessores ativistas nesse período.

3.4.2 A Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Em 2019, na esteira do pós IV ENA, a AMA, atenta ao momento político de fechamento ao diálogo por parte do governo do estado com os movimentos sociais, passou a realizar debates internos sobre como ampliar a capacidade de incidência da articulação. Nas palavras de um entrevistado,

Se trazia muito essa discussão, bom, como a AMA vai dialogar com outros movimentos, com outros espaços? A gente fazia uma reflexão assim, que talvez a AMA tava muito introspectiva, muito ensimesmada. Então como a gente amplia essas pautas para outros movimentos. A partir disso, essa coisa foi crescendo. Eu me lembro que no primeiro semestre de 2019 a gente fez reuniões da AMA. Não tinha pandemia ainda, então algumas foram presenciais na sede da REDE em Belo Horizonte. Teve também na troca de saberes de Viçosa um momento. Então essa ideia da frente foi crescendo e num dado momento a gente falou “ô, vamos fazer uma reunião ampliada?”. Aí chamou diversos deputados e deputadas, movimentos sociais e aí veio essa ideia de frente né. A primeira ideia era uma frente política mesmo, e depois ela foi afinando para uma ideia de frente parlamentar e culminou pra essa frente da assembleia. É daí que vem, numa busca de ampliar a articulação (Entrevistado 20, 2022).

A reunião ampliada que o interlocutor faz referência, foi uma roda de conversa organizada pela AMA, no dia 05 de junho de 2019, que teve por objetivo discutir a conjuntura

política nacional e estadual⁶⁸. Para a roda de conversa, mandatos de deputados estaduais e federais, lideranças e outras organizações da agroecologia foram convidados e estiveram presentes debatendo as possibilidades de incidência do campo agroecológico nesse cenário. A presença dos mandatos se fez por meio dos assessores parlamentares responsáveis por representar esse tema dentro do gabinete⁶⁹. Como diagnóstico geral do encontro, os participantes perceberam que era um momento que demandava uma ampla articulação de movimentos, coletivos e entidades, bem como de mandatos parlamentares dos três níveis de representação, alinhados à pauta da agroecologia e agricultura familiar. Para o movimento agroecológico, a defesa das políticas públicas do campo deveria ser feita a partir de um enfrentamento coletivo, como forma de minimizar a perda de direitos e conquistas realizadas nos últimos anos (Entrevistados 03, 05, 09, 20, 2022).

Simultaneamente, o então presidente do Consea-MG, Élide Bonomo, observou a mesma necessidade de articulação em favor da defesa das políticas públicas para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, no cenário estadual. Devido a proximidade dos temas e da demanda apresentada pelo presidente, o conselho passou a fazer parte do coletivo que estava sendo estruturado. Vale lembrar que a AMA possui uma cadeira enquanto representante no Consea-MG, o que facilitou o trânsito de informações entre os membros do conselho e da articulação, que ocorreram tanto em espaços formais quanto informalmente (Entrevistado 05, 2022).

Além da roda de conversa inicial, outros encontros da AMA ocorreram com a presença dos mandatos e do Consea. Entre eles, foi importante uma reunião que aconteceu no dia 14 de julho, durante a Troca de Saberes na UFV, entre representantes da AMA e dos mandatos, onde as ações prioritárias desse coletivo foram definidas. Essas reuniões foram espaços nos quais os movimentos podiam consolidar o apoio dos mandatos à pauta defendida e definir as ações a serem desempenhadas, o que depois abria espaço para realizar demandas e cobrá-las posteriormente aos deputados e assessores.

Após a reunião na Troca de Saberes, a AMA e o Consea, com apoio dos assessores parlamentares, encaminharam uma carta ao Bloco Democracia e Luta, solicitando a constituição de uma frente parlamentar na assembleia em defesa da agroecologia, da agricultura familiar e da segurança alimentar. A sugestão foi aceita pelos parlamentares, que por sua vez, apresentaram um requerimento (RQC nº 3374/2019) solicitando a realização de uma audiência

⁶⁸ O evento aconteceu na sede da ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), em Belo Horizonte - MG.

⁶⁹ Estiveram presentes assessores parlamentares das deputadas Leninha, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Betão e Doutor Jean Freire.

pública. O requerimento foi apresentado no dia 16 de julho de 2019, pelos mesmos mandatos que estiveram presentes no primeiro encontro da AMA.

Os atores envolvidos nesse processo iniciaram assim uma busca por assinaturas de outros deputados para construir a frente parlamentar. Isso porque a frente parlamentar é um grupo suprapartidário composto por representantes que se organizam em torno de assuntos específicos no interior das instituições legislativas (Coradini, 2010). Para conseguir as assinaturas necessárias, tanto militantes do movimento quanto assessores, visitaram os gabinetes dos deputados, apresentaram a proposta e pediram apoio para formação da frente.

Eu me lembro de eu e outras pessoas da AMA e de outros movimentos ir batendo na porta de vários deputados lá, até uns que não são tão de esquerda assim não, mas assinaram, porque precisava das 32 assinaturas. Os assessores e assessoras também correram atrás. Então tem 32 que assinaram, mas tem algumas que são mais ativas, que são essas que eu já te citei [deputados signatários do requerimento], que fazem a coisa acontecer (Entrevistado 20, 2022).

Além dos deputados estaduais, outros parlamentares como deputados federais⁷⁰ e vereadores de diferentes municípios mineiros também contribuíram com a formação da Frente e estiveram presentes no dia do lançamento.

Aqui é interessante destacar, como salienta a literatura sobre frentes parlamentares, que nem todos os membros de uma frente parlamentar podem ser considerados aliados da causa. Alguns estudos sugerem que parlamentares se filiam a uma frente, mesmo sem um vínculo com o tema abordado, em busca de ganhos reputacionais junto a seus eleitores (FONSECA, 2008; MARQUES e D'ÁVILA, 2010), comprometendo-se em graus variados nas atividades cotidianas das frentes as quais são membros (MAIA, 2012; PEREIRA, 2020). Na pesquisa, não podemos afirmar que houveram deputados interessados em ganhos reputacionais ao assinarem a frente, mas sim que existem alguns deputados que são/estão mais envolvidos e preocupados com a defesa da temática.

O lançamento da Frente Parlamentar aconteceu no dia 16 de setembro de 2019, em uma audiência pública da Comissão de Participação Popular, que teve por objetivo debater o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, em Minas Gerais. O dia foi estrategicamente escolhido, por ser reconhecido como o Dia Mundial da Alimentação, que promove a discussão sobre segurança alimentar e carrega um símbolo importante para os movimentos do campo. A audiência pública contou com intensa presença dos diversos atores envolvidos com as temáticas defendidas pela Frente. Estiveram presentes agricultores e

⁷⁰ Estiveram presentes a deputada federal Margarida Salomão e os deputados federais Leonardo Monteiro, Vilson Luiz da Silva (Vilson da Fetaemg), Rogério Correia e Padre João.

agricultoras familiares, lideranças de comunidades tradicionais, organizações e coletivos da sociedade civil, extensionistas, estudantes, técnicos e técnicas, de várias regiões do estado.

O início da audiência foi marcada por um repertório frequentemente empregado pelo movimento, a realização de uma mística de abertura. A mística, de modo amplo, refere-se a um tipo de performance, cercada de criatividade e sensibilização utilizada por movimentos sociais para iniciar e encerrar atividades. Nessa mística especificamente, os militantes do movimento, carregando bandeiras, entraram no auditório cantando a música *Floriô*, de Chico César e ao final da mística, fixaram as bandeiras e faixas no palco ornamentando o ambiente. Essa ocupação do espaço institucional é configurada como uma prática de ação direta para a transformação de um local tradicionalmente formal, neutro, em um ambiente ocupado, carregado de simbolismos, o que impacta diretamente na estética da instituição e reafirma a presença dos atores no espaço.

Além da mística, como parte do lançamento da frente parlamentar, houve uma feira da agricultura familiar na ALMG, que contou com mais de 20 expositores, a maior parte produtores de base agroecológica e orgânica. Durante o evento, fez-se a leitura de uma carta política com os principais pontos e reivindicações das organizações para a atuação da frente. A carta foi produzida pela AMA e o Consea em reuniões preparatórias para a audiência⁷¹. Em seguida, a deputada Leninha realizou a leitura da carta de compromissos da Frente Parlamentar, em nome dos deputados presentes. Vale evidenciar que a leitura das cartas, a feira e a mística, são alguns dos repertórios que caracterizam a atuação do movimento: modos de ocupar os espaços, anunciar existência e também fazer resistência.

É importante destacar que a constituição de uma frente parlamentar, na ALMG, se apresenta enquanto uma associação informal, como uma estratégia de fortalecimento e debate sobre determinados temas. Os(as) parlamentares utilizam dessa denominação para fazer referência a um coletivo de mandatos, entidades e conselhos estaduais - como no presente caso. Para dar forma a esse coletivo, recolhem assinaturas, comunicam o presidente da assembleia e lançam a frente em uma audiência pública como um meio de oficializar a organização. É diferente do congresso nacional, por exemplo, onde as frentes parlamentares existem formalmente, respaldadas por uma legislação específica, com estruturas para a atuação.

⁷¹ Além de definir os temas prioritários para a frente parlamentar, nas reuniões preparatórias, as entidades também organizaram a logística para o evento, se encarregaram de convidar outros movimentos e lideranças, definiram os deslocamentos até a ALMG, os custos das viagens, entre outras demandas. Essa é uma prática comum na organização da ação coletiva, preocupada em viabilizar a participação daquelas e daqueles que não conseguiriam se fazer presentes, muitas vezes por razões financeiras.

Após a instituição da Frente, na ALMG, a primeira atuação do coletivo se deu em torno da discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para os anos de 2020 a 2023. Encaminhado pelo governo do estado, o plano versava sobre as expectativas de gastos dos recursos estaduais para esses quatro anos. Cientes da importância desse documento para garantir recursos aos programas do campo agroecológico, a Frente Parlamentar, representada pelos assessores, articulou reuniões com as entidades para estudarem o projeto encaminhado pelo governo.

Oficinas sobre o PPAG foram mediadas pelos assessores para os movimentos, com objetivo de entender as discussões participativas que compreendem o Plano, definir quais seriam as propostas de alteração dos projetos e apresentar novos projetos ou recriação de programas que deixaram de existir em outros PPAGs.

Na discussão participativa do PPAG [...] as entidades que compõem a frente parlamentar apresentaram diversas propostas, fruto dessas reuniões e que possibilitaram um aperfeiçoamento dos projetos. Tivemos então a inclusão de ações que contemplavam os agricultores familiares e promoviam a transição agroecológica, a soberania e a segurança alimentar e nutricional pro povo mineiro (Entrevistado 03, 2022).

Num primeiro momento, a atuação da Frente se mostrou fortalecida a partir da atuação desses atores, empenhados em promover a agroecologia. A principal forma de repertório de ação foram os encontros, espaços nos quais muitos atores, de diversas entidades e mandatos se fizeram presentes. Foi nesse período também que muitos projetos de lei e requerimentos foram apresentados na assembleia (Gráficos 1 e 3), como principais ferramentas acionadas pelos parlamentares.

Cabe destacar, como vimos, que esses eventos são muito importantes para o campo agroecológico, por constituírem-se como momentos de apresentação das demandas, alinhamento das pautas e expectativas e por fim, direcionamento das ações. São espaços nos quais, a partir do coletivo, da troca, as ações tomam mais sentido para as organizações, que saem mais fortalecidas e revigoradas, espalhando essa energia para as demais militantes do campo. Nesse sentido, a Frente Parlamentar buscou estreitar os laços com o movimento agroecológico se fazendo presente em diversos espaços durante o ano de 2019, entre eles: na Conferência Metropolitana de Segurança Alimentar e Nutricional da RMBH (setembro/2019); no Conselho de Cooperação e Assembleia Geral do CTA-ZM (novembro/2019); na Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (dezembro/2019); e nas reuniões dos conselhos estaduais Cedraf e Consea (Entrevistado 03, 2022).

Antes do lançamento da Frente, um interlocutor ressaltou também a presença da Frente Parlamentar na 13ª Feira Estadual da Agricultura Familiar de Minas Gerais (AgriMinas),

promovida pela Fetaemg (agosto/2019), como espaço utilizado para divulgar a audiência pública e a atuação dos mandatos parlamentares na temática da agricultura familiar e agroecologia. O que fica evidente nesse processo é que as interações são importantes e estratégicas não só para os movimentos, mas também para os mandatos. As reuniões e eventos, tanto realizados por organizações da sociedade civil, bem como por conselhos que possuem representações de OSC, abrem espaço para que os mandatos possam demonstrar apoio às diversas causas, se mostrar presentes, promover o trabalho realizado na legislatura e com isso ir sedimentando as bases de apoio do mandato.

Para que os trabalhos da Frente pudessem ser realizados, os assessores parlamentares criaram um grupo no *WhatsApp* para facilitar a comunicação entre eles. O objetivo de se formar um grupo apenas de assessores mais engajados com a Frente partiu do entendimento de que muitas demandas não precisavam ser encaminhadas ao movimento agroecológico para deliberação, diziam respeito às atividades operativas dentro da ALMG, que poderiam ser mais facilmente resolvidas internamente. Quando houve necessidade, os assessores também se reuniram presencialmente para definir e realizar atividades operacionais.

Então tem um grupo interativo da assessoria, só das assessorias, né? Porque a gente viu que também muita coisa não precisava ficar... é... muita coisa, assim, era operativa da assembleia. Não era pros movimentos, eram mais assim, para pautar os temas. Então a gente tem esse grupo, ele continua funcionando em situações pontuais e quando a gente precisa, acionamos os movimentos, né? Quando é algo importante de acionar e de construir junto, geralmente, é com a AMA e o Consea, a gente chama, faz a reunião, se organiza né? (Entrevistado 03, 2022).

Conforme apresentado anteriormente, esse grupo de assessores podem ser considerados assessores ativistas, nos termos de Pereira (2020). A partir da demanda do movimento agroecológico, mas por também acreditarem nessa agenda, esses assessores buscam trabalhar junto aos parlamentares em projetos que vão ao encontro das causas da agroecologia dentro do legislativo mineiro. Essa articulação aqui observada também corrobora com os achados do autor ao demonstrar como, ao encontrar condições favoráveis junto aos parlamentares e partidos aos quais estão vinculados, os assessores ativistas agem formando redes de assessores que compartilham as mesmas identidades e crenças (PEREIRA, 2020). A partir dos relatos, notamos como esse grupo de assessores foi essencial para a constituição e desenvolvimento das atividades da Frente Parlamentar, podendo ser considerados atores habilidosos do campo (FLIGSTEIN, 2011; FLIGSTEIN e MCADAM, 2011).

As mobilizações da Frente que estavam pulsantes, em 2019, enfrentaram um enfraquecimento a partir de 2020, com a pandemia de Covid-19. Algumas ações continuaram a ocorrer, principalmente, mobilizações para votação de PLs favoráveis ao campo

agroecológico, como vimos na seção dos marcos regulatórios desse período. Houveram, também, algumas reuniões com a AMA e o Consea para fazer um balanço das atividades e planejar as ações de cada ano, mas, na maior parte do tempo, a atuação acabou se dando de forma mais pontual. Por exemplo, as ações para incidir no PPAG ficaram mais sob responsabilidade do mandato do Deputado André Quintão, pela trajetória histórica desse gabinete na Comissão de Participação Popular. As demais demandas que chegavam aos gabinetes e precisavam de uma ação conjunta da Frente, eram compartilhadas com o grupo de assessores, que encaminhavam os procedimentos necessários.

De modo geral, o diagnóstico dos próprios entrevistados, tanto dos assessores quanto dos militantes do movimento, é de que a Frente Parlamentar poderia ter uma atuação mais resistente, fortalecida, mas devido a pandemia, os trabalhos ficaram em segundo plano, já que urgências outras passaram a ocupar os mandatos dos deputados. Além disso, a dinâmica de atuação dos gabinetes, de forma muito restrita, também foi apontada como uma dificuldade para o trabalho conjunto na Frente.

Em alguns momentos essa frente parlamentar ficou um pouco esvaziada, tanto pelos mandatos, que estão muito acostumados ao método de trabalhar individualmente, né? Então, assim, isso também foi um esforço, algo que a frente parlamentar enfrentou assim. Esse vício, né, esse vício dos mandatos trabalharem de forma individualizada. Você tem poucas ações que você consegue coordenar vários mandatos. Bom, em algumas situações a gente conseguiu ter a vitória. Eu acho que só de compor essa frente com todos esses mandatos. Você não tem tantas experiências assim, sabe? Muito raro e enfim a gente colheu alguns êxitos e também algumas dificuldades naturais, porque como eu falei, o estabelecido é cada mandato trabalhar de forma individualizada né? (Entrevistado 19, 2022).

Desse modo, o intuito inicial que culminou na formação da Frente, qual seja, ampliar as interações do movimento, foi de certa forma alcançado, mas não compriu com todas as expectativas do campo. Para as militantes, a principal conquista se deu no sentido da temática ter mais visibilidade e um reconhecimento oficial dentro da assembleia, além de claro, evidenciar os deputados que são aliados do movimento. Nos termos de um militante do movimento:

Mas eu acho que a principal conquista da frente é essa de você identificar e reunir dentro da assembleia os deputados, e aí inclusive os deputados federais, que apoiam. Também saber quem são as pessoas que estão dentro desse barco, né? No momento atual isso é mais fácil da gente identificar, acho que depois dessa polarização que teve na última eleição isso ficou mais fácil, né? Mas é sempre bom a gente ter e saber quem é nosso parceiro, né? E quem não é, né? Então nesse sentido assim foi dar visibilidade pra esse tema, né? Então quando você cria uma frente parlamentar com esse nome lá dentro, você dá uma visibilidade, né. (Entrevistado 05, 2022).

Esses indícios demonstram como a Frente Parlamentar foi composta por uma série de interações entre os campos dos movimentos agroecológicos, dos conselhos e do legislativo. A

partir da forte intermediação dos assessores ativistas, a Frente configurou-se como uma ação inovadora, desenvolvida pelos atores desafiantes como forma de ocupar as arenas legislativas e alcançar outras posições no campo político, uma vez que a mudança no governo estadual havia se fechado para a comunicação com os movimento sociais (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011).

A literatura sobre frentes parlamentares já têm indicado as fortes relações entre organizações da sociedade civil e as frentes, aqui identificadas. Os estudos, que concentram-se em frentes a nível federal, demonstram como esses coletivos estabelecem interações próximas com organizações de movimentos sociais e associações profissionais, realizando reuniões e eventos em conjunto (FONSECA, 2008; CARONE, 2018; PEREIRA, 2020). Cabe considerar, no entanto, que no caso da presente pesquisa, a Frente Parlamentar é formada a partir de uma demanda do próprio movimento agroecológico, atendida por parlamentares que já possuíam vínculos associativos prévios com o campo.

A frente parlamentar da agroecologia formou-se, portanto, como um espaço importante para a interlocução do movimento agroecológico no Poder Legislativo, como instrumento de incidência, de denúncia e proposição, mas os movimentos partiam do entendimento que não deviam esgotar toda energia sobre ela. Dessa forma, mesmo durante esse período, os movimentos estiveram em interação em outras arenas legislativas ou com deputados para incidir sobre políticas ou orçamentos, o que resultou na participação no PPAG e, como vimos, na criação dos Polos Agroecológicos das diferentes regiões de Minas.

3.5 Uma síntese do subsistema agroecológico mineiro

Após a descrição detalhada das interações estabelecidas pelos movimentos agroecológicos mineiros entre os anos de 2000 a 2022, que como vimos, foram marcadas por relações entre representantes do poder público, diversas organizações da sociedade civil e arenas de participação social, nesta seção expomos uma síntese dessa trajetória a partir das lentes analíticas que estruturam o presente trabalho, apresentadas no Capítulo 01.

De início, vale evidenciar que o pressuposto que sustentamos na pesquisa, qual seja, que o subsistema agroecológico, em Minas Gerais, é um campo de ação consolidado, onde as redes de movimentos estão em interação com os atores políticos e arenas participativas para representar seus diferentes interesses e pautas no sistema político estadual, foi confirmado.

No decorrer da análise demonstramos que: (1) o movimento agroecológico mineiro é construído em rede, que se compõe pelos mais diversos movimentos sociais, que abraçam os princípios da agroecologia como pauta de luta; (2) os atores das redes agroecológicas atuaram/atua tanto no interior das arenas estatais quanto fora destas, disputando espaços e recursos com outros subsistemas existentes, a partir da mobilização de um conjunto de repertórios para incidir em políticas públicas para o campo; (3) as principais conquistas realizadas pelo campo agroecológico resultaram de interações cooperativas entre as redes de movimentos, atores habilitados, parlamentares e burocratas; (4) as conquistas foram possíveis uma vez que essas interações viabilizaram a entrada da temática na agenda decisória, reforçadas por ambientes políticos favoráveis em governos e ciclos políticos mais ou menos abertos ao tema defendido pelo campo.

À luz da teoria dos campos de ação estratégica (FLIGSTEIN e MCADAM, 2011, 2012) caracterizamos o movimento agroecológico como um campo de ação que vem se construindo, desde a década de 1980, a partir do movimento da agricultura alternativa. Entendemos que o campo agroecológico compõe um campo de ação maior, o campo da agricultura, que possui como incumbentes os atores da agricultura convencional, reconhecidamente o agronegócio, e estes exercem uma influência dominante o suficiente para centralizar os recursos disponíveis. O campo agroecológico é, portanto, composto por atores que desafiam essa lógica e, a partir de projetos políticos alternativos (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016), agem estrategicamente para alcançar novas posições e vantagens, sejam elas de natureza material, de poder ou de *status*.

A organização do campo agroecológico configura-se a partir de redes de movimentos sociais (DIANI, 1992; DIANI e BISON, 2004), e apresenta um caráter informal,

interorganizacional de contornos ambíguos, englobando uma pluralidade e heterogeneidade de atores que compartilham dos princípios agroecológicos como expressão máxima da identidade coletiva. Esses atores se envolvem em disputas socioambientais, territoriais e políticas, principalmente, aquelas relativas à segurança alimentar e nutricional e ao uso e ocupação do solo, rural e urbano. Tais redes reúnem agricultores(as) familiares, ativistas alimentares e ambientais, comunidades tradicionais e quilombolas, organizações sociais como ONG's, sindicatos, associações e grupos acadêmicos de pesquisa, ensino e extensão. São esses últimos as bases científicas da agroecologia, que em interação com os(as) agricultores(as) familiares, oferecem suporte sociotécnico aos militantes do campo (SCHMITT e BARBOSA, 2019; NAVES e FONTOURA, 2022).

A partir da análise empírica, pudemos identificar as unidades de governança que compuseram/compõem o campo agroecológico em seus diferentes níveis federativos. As unidades de governança, identificadas em nos níveis locais, regionais, estaduais e nacionais, estabelecem as regras formais e informais que, juntas, regem as interações intra e intercampos, delineando as ações dos atores envolvidos no campo agroecológico (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012). São, portanto, as organizações e articulações de movimentos agroecológicos, sindicatos, eventos, arranjos institucionais que conformam as redes de movimentos agroecológicos. Abaixo, no Quadro 4, sistematizamos essas unidades de governança.

Quadro 4: Unidades de governança que estruturam as interações do campo agroecológico

| Nível | Unidades de governança |
|-----------------------|---|
| Local/regional | <ul style="list-style-type: none"> - Comunidades Eclesiais de Base - CEBs - Núcleos de Estudos e Pesquisas Universitários - Redes informais de agricultores e agricultoras - REDE de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA-NM - Centro Agroecológico Tamanduá - CAT - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV - Polos Agroecológicos e de Produção Orgânica - Sindicatos de Agricultores Familiares ligados à FETRAF-MG - Cooperativas ligadas à Unicafes Minas - Movimentos de Mulheres |
| Estadual | <ul style="list-style-type: none"> - Encontros Mineiros de Agroecologia - EMAs - Articulação Mineira de Agroecologia - AMA - Articulação Semiárido Mineiro - ASA Minas - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MG - FETAEMG - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF-MG |

| | |
|-----------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Unicafes Minas - Cáritas Brasileira - Regional de Minas Gerais - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea MG - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cedraf - Subsecretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF (2011 - 2014) - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - SEDA (2015 - 2018) - Comissão de Participação Popular - ALMG - Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável |
| Nacional | <ul style="list-style-type: none"> - Articulação Nacional de Agroecologia - ANA (2003-atual) - Articulação Brasileira de Agroecologia - ABA (2003 - atual) - Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (1999-2016) - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (1993 - 2019) - Articulação Semiárido Brasileiro - ASA - Encontros Nacionais de Agroecologia - ENAs - Encontros Brasileiros Agroecologia - EBAs |

Fonte: elaboração própria.

Sem dúvidas, outras unidades de governança não listadas acima também compõem o campo agroecológico. Mas é importante destacar que listamos as que identificamos através dos dados empíricos durante a pesquisa, na qual o foco recaiu sobre as interações entre os movimentos agroecológicos e parlamentares mineiros, bem como seus mandatos. Dessa forma, encontramos unidades de governança de nível local/regional, uma vez que são estas que, a partir da base, conformam e compõem as articulações estaduais. São as articulações e organizações estaduais que, por sua vez, dão origem e estruturam as articulações nacionais. Como um movimento cíclico, realizado por trocas interorganizacionais e informacionais, as organizações de base apresentam as demandas e desafios que encontram durante a caminhada com as organizações do nível acima e, essas, de nível estadual e federal, apresentam a função de dar suporte e apoio para as necessidades apuradas.

Em Minas Gerais, quando os atores do campo agroecológico passaram a disputar espaço nas arenas políticas e estabelecer relações diretas com burocratas e parlamentares, configuraram a construção e estruturação de um novo subsistema de políticas públicas. Esse subsistema, como demonstramos, começou a se formar na década de 2000, quando as primeiras ideias agroecológicas passaram a circular nos ambientes institucionais da Assembleia Legislativa e foram materializadas em projetos de lei e legislações para o campo.

As características das interações desenvolvidas pelos atores do subsistema agroecológico permitem caracterizá-lo como frouxamente acoplado (WEICK, 1976; ORTON e WEICK, 1990). Isso porque, nesse subsistema, assim como no campo agroecológico de forma

geral, os atores, as organizações e os grupos que o compõem possuem autonomia e independência entre si, apresentando dinâmicas voláteis. Disso decorre que as estratégias definidas para reivindicação de políticas públicas não são tomadas de forma centralizada no subsistema. Não há um grande gestor que centralize os recursos financeiros, informacionais e organizativos do campo, de maneira que o fluxo de informações, o aprendizado político e as formas de mobilização e organização são policentadas, ou seja, difusas e descentralizadas.

Por esse caráter heterogêneo e descentralizado das relações que conformam o subsistema agroecológico, as práticas e rotinas dos repertórios de ação coletiva empregados variaram de acordo com as organizações ou os grupos envolvidos. Aqui cabe ressaltar que dado o recorte analítico da pesquisa, nos dedicamos a analisar os repertórios dos movimentos nas interações estabelecidas com o sistema político, mas estamos cientes que os movimentos utilizam de outras práticas no funcionamento intracampo.

De modo geral, no período analisado identificamos duas formas principais de ação empregadas pelo subsistema agroecológico: as institucionais e as não-institucionais. No âmbito do Poder Legislativo estadual, os repertórios de ação institucionais operados foram identificados na participação dos movimentos, em audiências públicas, nos ciclos de debates e seminários que envolviam a temática e no orçamento participativo (PPAG) promovido pela Comissão de Participação Popular. Os eventos e as audiências foram espaços no qual os movimentos puderam apresentar as demandas, reivindicações e cobrar do poder público o investimento em ações e práticas para o campo agroecológico. Já a entrada dos movimentos no orçamento participativo era orientada pela participação das organizações locais e regionais nas audiências públicas regionais, encaminhando as demandas de cada território. Havia uma tentativa da AMA em direcionar e organizar as entidades para que juntas, priorizassem programas específicos e destinações orçamentárias para as questões relativas àquele território.

Portanto, o orçamento participativo era um espaço institucional no âmbito da Assembleia Legislativa, no qual as redes de movimentos agroecológicos vislumbravam a possibilidade de destinação orçamentária para a implementação de programas e ações para o campo. A partir da criação da SAF, em 2011, os ativistas burocratas também passaram a incentivar aos ativistas maior participação nas audiências participativas, pois entendiam que era mais um espaço onde poderiam conquistar recursos para manutenção das práticas agroecológicas (Entrevistado 14, 2022).

Além destas, a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em 2019, também se constituiu como um importante espaço de apoio e legitimação ao movimento agroecológico mineiro.

Apesar de poucas as ações que conseguiram desempenhar desde o lançamento da frente, principalmente em razão da pandemia de Covid, a existência da frente e o apoio de diferentes parlamentares aos temas defendidos, abriram um espaço na agenda pública para que discussões sobre o campo agroecológico fossem empreendidas nas arenas estatais.

Já no âmbito estatal, identificamos a atuação das redes de movimentos agroecológicos presentes em Conselhos de Políticas Públicas, com conselheiros dos movimentos compondo, principalmente, o Consea e o Cedraf. A atuação desses conselheiros direcionaram-se no sentido de acompanhar a implementação das políticas públicas para o setor, introduzir debates específicos sobre a agroecologia, o controle e combate aos agrotóxicos nas reuniões e auxiliar na elaboração de arcabouços jurídicos para o campo agroecológico ou para outros campos, mas que agregassem princípios da agroecologia.

Esses repertórios identificados acima são definidos como formas de participação institucionalizada, um modo de interação caracterizado pelo uso de canais de diálogo guiados por regras definidas, aceitas pelos atores envolvidos, e nos casos acima, estabelecidas por lei (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014). Se constituíram, portanto, como importantes práticas que foram aprendidas e difundidas no campo agroecológico e possibilitaram a entrada dos movimentos sociais nas arenas do estado.

Além desses repertórios, no âmbito estatal identificamos também militantes do movimento agroecológico ocupando cargos na burocracia estatal, a partir de 2011, com a criação da Subsecretaria de Agricultura Familiar e, posteriormente, em 2015, a partir da criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Essa rotina foi possível quando governos abertos à pauta da agroecologia e da segurança alimentar, viabilizaram a construção de pastas dentro do Estado para tratar especificamente desses assuntos.

Militantes dos movimentos agroecológicos foram convidados, naquele período, a assumirem cargos na burocracia e passaram a atuar junto das organizações de movimentos, dos Conselhos e também dos parlamentares, na elaboração e implementação de políticas públicas para o campo. Esses atores são considerados ativistas burocráticos (ALBUQUERQUE, 2015; HASLAN e GODFRID, 2020), uma vez que passaram a agir no interior das instituições políticas com o intuito de influenciar o desenvolvimento e a implementação de políticas em direção às causas da agroecologia.

Como mapeamos, os ativistas da agroecologia direcionaram esse apoio desenhando políticas e programas para o campo; buscando junto ao Estado recursos para implementação dessas políticas; buscando enquadrar as empresas públicas, como Emater e Epamig, para orientarem mais assistência técnica e atividades de extensão com enfoque agroecológico aos

agricultores familiares; realizando eventos institucionais para debater assuntos relativos ao campo; e fomentando a participação dos movimentos sociais em canais de participação institucional, como os Conselhos e o orçamento participativo.

Já as formas de ação não-institucionais identificadas, centraram-se em interações entre as redes de movimentos sociais, atores habilidosos, parlamentares e seus respectivos mandatos. A partir das nossas entrevistas, observamos que as relações entre esses atores ocorreram por meio do repertório denominado política de proximidade (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014). Foram os atores do movimento agroecológico que entraram em contato com parlamentares para que pudessem apoiar as causas ao apresentarem o movimento e suas principais demandas.

No decorrer do trabalho, identificamos inicialmente no Tópico 3.1, os principais deputados que compuseram e/ou compõem o campo agroecológico, no sentido de fomentar a criação de políticas para a agroecologia: Rogério Correia, Padre João, Leninha, Beatriz Cerqueira, Dr. Jean Freire, Adelmo Leão e Elismar Prado (todos do PT). Além destes, outros parlamentares foram lembrados durante as entrevistas como fundamentais no apoio ao movimento, entre eles, a deputada Andrea de Jesus (PT), os deputados Betão (PT) e André Quintão (PT), e as antigas deputadas Margarida Salomão (PT) e Marília Campos (PT).

Apesar de em algumas entrevistas os interlocutores informarem que os relacionamentos foram estabelecidos com o compromisso que os deputados e as deputadas afirmaram com as pautas do campo agroecológico e não por uma filiação político-partidária, os principais parlamentares que se envolveram com a defesa da agroecologia foram aqueles ligados ao Partido dos Trabalhadores. Como defendemos, isso pode ser explicado justamente pela própria história do surgimento do partido, que foi tradicionalmente ligado a organizações de base (SILVA e OLIVEIRA, 2011; CAYRES, 2017).

Durante os períodos analisados, as formas de ação não-institucionais adotadas pelos movimentos foram realizadas tanto dentro dos espaços da Assembleia Legislativa, quanto fora. Nos espaços da ALMG, os atores dos movimentos visitaram gabinetes com intuito de pedir apoio na aprovação de determinados projetos, realizaram ações diretas em plenários de votações para pressionar os parlamentares através da capacidade de mobilização (quando eram favoráveis ou contrários a determinado projeto de lei), além das visitas aos gabinetes dos deputados que compõem o campo agroecológico, como estratégia de fortalecer os laços com os mandatos. A ação de atores habilidosos do campo foram fundamentais nessas interações, ao direcionarem seus esforços diretamente a figuras importantes do processo legislativo, como o

Presidente da Casa, para solicitar que determinado projeto, considerado importante ao movimento, entrasse em votação.

Nos espaços externos à ALMG, os repertórios adotados pelas redes de movimentos agroecológicos variaram a depender do resultado que buscavam alcançar. Principalmente, através das articulações, como a ANA e a AMA, os movimentos encaminharam cartas a políticos, burocratas e juízes, com intuito de informar a posição do movimento em determinada situação. Nos períodos eleitorais recolhiam assinaturas dos candidatos em Cartas-Compromisso com as demandas referentes ao reconhecimento e ao fortalecimento da agroecologia no Estado brasileiro, como forma de consolidar o apoio público às propostas.

Além desses repertórios, os movimentos também convidaram os parlamentares e seus respectivos mandatos para as sedes das instituições e os diversos eventos realizados pelo campo, alguns importantes que foram citados no decorrer desta dissertação. A participação dos parlamentares nos eventos foram momentos fundamentais, uma vez que eram espaços onde os movimentos podiam realizar reivindicações aos parlamentares e cobrar um posicionamento público destes as demandas que estavam ali sendo realizadas. Além disso, a presença dos parlamentares, bem como de seus assessores, nos eventos, marchas e feiras agroecológicas, eram modos de demonstrar a capacidade de mobilização do campo e também de legitimar a existência dos movimentos.

O Quadro abaixo sistematiza os principais repertórios de ação empregados pelos movimentos, dividido a partir dos períodos temporais analisados:

Quadro 5: Repertórios de ação coletiva identificados nas interações analisadas

| Repertórios de ação coletiva | | |
|--|--------------------|---|
| Período analisado | Natureza | Repertórios |
| 2000 a 2010 Período de difusão das ideias agroecológicas | Institucionais | - Participação em audiências públicas - Representação no Consea e no CEDERS |
| | Não-institucionais | - Política de proximidade via assessores ativistas e ativistas dos movimentos |
| 2011 a 2018 A consolidação do subsistema agroecológico | Institucionais | - Participação em audiências públicas do PPAG - Representação no Consea e no Cedraf - Participação em ciclos de debates e seminários públicos na ALMG |

| | | |
|--|--------------------|--|
| | Não-institucionais | <ul style="list-style-type: none"> - Política de proximidade via assessores ativistas, atores habilitados, ativistas dos movimentos sociais com burocratas e parlamentares - Protestos em plenários de votação como parte do ciclo de negociação/demonstração da capacidade de mobilização - Ocupação de cargos na burocracia - ativismo burocrático - Recolhimento da assinatura dos parlamentares em cartas de compromisso - Envio de cartas políticas - Eventos realizados pelos movimentos (encontros regionais, estaduais e nacionais) - Constrangimento público aos parlamentares nos eventos |
| 2019 até 2022 A resistência do campo agroecológico | Institucionais | <ul style="list-style-type: none"> - Participação em audiências públicas do PPAG - Representação no Consea e no Cedraf - Participação em audiências públicas |
| | Não-institucionais | <ul style="list-style-type: none"> - Política de proximidade via assessores ativistas, atores habilitados e ativistas dos movimentos sociais com parlamentares - Recolhimento da assinatura dos parlamentares em cartas de compromisso - Envio de cartas políticas - Leitura de cartas políticas em audiências - Eventos realizados pelos movimentos (encontros regionais, estaduais e nacionais) - Místicas - Feiras agroecológicas - Constrangimento público aos parlamentares nos eventos |

Fonte: elaboração própria.

O conjunto desses repertórios empregados pelos movimentos agroecológicos nas interações com os parlamentares, voltavam aos movimentos em forma de políticas públicas para o campo. No âmbito da Assembleia Legislativa, os deputados propuseram projetos de lei com enfoque agroecológico, os quais alguns deles foram transformados em normas jurídicas, solicitaram audiências públicas para debater temáticas relativas ao campo, apresentaram requerimentos solicitando respostas do Poder Público à demandas realizadas pelos movimentos, bem como destinaram emendas parlamentares para implementação de programas e ações executadas pelas organizações agroecológicas.

Além disso, como estratégia para manutenção da base e também para troca informacionais, os parlamentares abriram espaço para contratação de assessores parlamentares vindos do campo agroecológico, com intuito de haver no mandato a representação dos movimentos. Aqui, denominamos esses indivíduos como assessores ativistas (PEREIRA,

2020), por tratarem-se de atores que ocuparam cargos de assessoria parlamentar com o principal objetivo de promover as ações que beneficiassem a agroecologia e a agricultura familiar. Mas, além de representarem os movimentos dentro dos mandatos, os assessores ativistas cumpriam o papel de divulgar nas comunidades e nas redes de movimentos, as ações de fortalecimento realizadas pelos parlamentares ao campo agroecológico. Nos períodos eleitorais, esses assessores atuavam no interior das redes para conseguir apoio ao (à) deputado(a) nas comunidades e cidades às quais buscavam representar dentro do mandato. Os assessores ativistas atuavam, portanto, como mediadores (brokers), possibilitando o fluxo de informações entre as diferentes arenas do subsistema (FLIGSTEIN e MCADAM, 2012) e dando abertura para a agenda governamental, uma vez que realizavam o contato direto entre as redes de movimentos e os parlamentares.

Dessa forma, as interações com os parlamentares e assessores, configuram-se como espaços de interlocução para a incidência do movimento agroecológico em políticas públicas. As rotinas de interação estabelecidas geraram um efeito de retroalimentação sobre outros repertórios de ação. Quando atores do movimento agroecológico passaram a ocupar posições no governo, observou-se mais oportunidades das organizações envolverem-se na política de proximidade. Quando ativistas do movimento passaram tornaram-se gestores públicos e assessores ativistas, conexões personalizadas entre os atores estatais e não estatais foram facilitadas, abrindo maior espaço para que as pautas do movimento entrassem na agenda pública do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação realizou uma análise sobre a trajetória dos movimentos agroecológicos mineiros e a construção das políticas públicas para o campo no estado. De modo mais específico, buscou compreender os padrões de relação dos movimentos agroecológicos com parlamentares mineiros(a) como parte da estratégia de enquadrar a agenda política e decisória do legislativo estadual. A pesquisa se orientou, então, a partir da seguinte pergunta: como ocorre(ra)m as interações entre os atores políticos da assembleia legislativa e os movimentos agroecológicos em Minas Gerais?

Para responder tal questão, adotamos o recorte temporal das interações estabelecidas entre 2000 e 2022, para avaliar, a partir de uma compreensão incremental do fenômeno, se houve a incorporação dos princípios da agroecologia nos resultados advindos do processo legislativo, bem como compreender se essas interações se tornaram mais ou menos consistentes com o passar dos anos. Para tanto, utilizamos nesta pesquisa duas técnicas de coleta de dados: a primeira consistiu em artefatos gerados pelas interações dos atores analisados, a partir da coleta documental e a segunda constituiu-se por entrevistas semiestruturadas com militantes do campo agroecológico, burocratas e assessores parlamentares. Essa configuração de pesquisa permitiu compreender a estrutura das relações entre as redes de movimentos agroecológicos e o poder público empreendidas no campo.

As abordagens teóricas que moldaram as lentes analíticas da pesquisa, apresentadas no Capítulo 01, possibilitaram a aproximação analítica-empírica com o campo, tornando possível examinar as diferentes dimensões e especificidades que formam o fenômeno em tela.

A partir do conceito de *redes de movimentos*, pudemos evidenciar o caráter interorganizacional e informal que compõem as redes de movimentos agroecológicos espalhadas por todo país, redes essas que transcendem muitas vezes as experiências locais e regionais e estão, muitas vezes, conectadas a outras experiências e lutas sociais. Já a abordagem dos *campos de ação estratégica*, junto do conceito de redes sociais, permitiu compreender o movimento agroecológico enquanto um campo de ação inserido em complexas redes de outros campos, que, a partir de interações tanto conflituosas, quanto cooperativas, procuram conquistar espaço nas arenas políticas. Essa perspectiva relacional possibilitou compreender as diversas interações ocorridas entre os movimentos sociais e parlamentares, assessores e burocratas, conformando um subsistema de políticas públicas, uma vez que esses atores concentraram seus esforços em determinadas arenas do Estado e atuaram de forma estratégica, para que suas ideias e interesses fossem privilegiados.

O segundo capítulo teve por objetivo apresentar o movimento agroecológico no âmbito nacional, expondo brevemente o histórico sobre a formação e consolidação desse campo, no Brasil, e procurou evidenciar as principais políticas e programas que fortaleceram a ação pública da agroecologia nos últimos anos. Em seguida, nos aproximamos do tema da pesquisa, com uma descrição sobre a formação e estruturação desse movimento no estado de Minas Gerais.

O terceiro capítulo apresentou os resultados da análise qualitativa das entrevistas e documentos coletados. A análise se concentrou nas interações que ocorreram entre os atores em três diferentes momentos, seguindo o padrão das relações estabelecidas. Durante a análise privilegamos descrever as conquistas e dinâmicas que foram entendidas como relevantes para o campo e, a partir destas, mapeamos os padrões de interação, os repertórios e os principais atores do campo agroecológico mineiro.

No primeiro momento (2000-2010), observamos o surgimento do subsistema agroecológico, período no qual princípios agroecológicos foram introduzidos nas discussões legislativas a nível estadual, os quais foram possíveis a partir da participação institucionalizada em conselhos de políticas públicas e na política de proximidade realizada pelos atores do campo.

No segundo momento (2011-2018), as interações entre atores do movimento, parlamentares e burocratas se fortaleceram e possibilitam diretamente a entrada do tema na agenda decisória do estado. Nesse período, houveram dois momentos em que os governadores Itamar Franco e Antônio Anastasia agiram no sentido de fortalecer a capacidade do Estado em promover políticas para a agroecologia, quando criaram a Subsecretaria de Agricultura Familiar (2011) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável (2015), respectivamente. Movimentos sociais representados no Consea e no Cedraf, parlamentares e burocratas ativistas da SAF e da SEDA, atuaram juntos entre 2011 a 2018, no sentido de construir marcos legais e programas de fortalecimento para o campo agroecológico. Formou-se nesse período uma estrutura vantajosa para os movimentos que puderam aprovar diversos projetos de lei para o campo, além de conseguirem a destinação de recursos para implementação de programas e políticas. Por essas razões, identificamos esse período como de consolidação do subsistema agroecológico no estado mineiro.

O terceiro momento (2019-2022) é marcado pela resistência dos movimentos agroecológicos junto de atores políticos na ALMG. Com a chegada do governador Romeu Zema no estado, uma política de contenção de gastos e redução da burocracia foi operada. Nesse período, as políticas para a agroecologia e agricultura familiar foram descontinuadas e a

Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável foi extinta. Sem um canal efetivo para diálogo com o governo do estado e sem a possibilidade de ocupar cargos na burocracia estatal, os movimentos vislumbraram na Assembleia Legislativa um locus de atuação mais efetivo. Com a eleição e também reeleição de parlamentares sensíveis à temática, os movimentos agiram criativamente, através do contato direto com parlamentares e assessores, para construir uma frente parlamentar com intuito de formar uma ampla articulação que fizesse, a partir do enfrentamento coletivo, uma redução nas perdas de políticas e direitos do campo agroecológico. Dessa forma, o principal modo de contato entre os movimentos e os mandatos nesse período, se deu através dos assessores ativistas, que atuaram como mediadores das interações, possibilitando o fluxo de informações e recursos entre as diferentes arenas que compunham o subsistema agroecológico.

De forma geral, as práticas e rotinas dos repertórios de ação coletiva das redes de agroecologia, em Minas, foram diversas e variaram de acordo com os grupos ou as organizações envolvidas. Mas, como pudemos notar, formou-se um padrão no acionamento de alguns repertórios para as interações entre organizações e atores políticos, destacando-se, principalmente, a participação institucionalizada em conselhos e audiências públicas e a política de proximidade, através de atores habilitados e líderes dos movimentos sociais. A presença dos assessores ativistas também possibilitou que os diferentes movimentos estivessem sempre em contato com mandatos parlamentares, na busca por ações de incentivo e fortalecimento ao campo.

Há na trajetória do movimento agroecológico grande riqueza de informações, nuances e detalhes que foram desveladas no decorrer da pesquisa. Embora tenham instigado novas questões e apresentado diferentes perspectivas sobre o fenômeno, dado o caráter limitado do presente trabalho, não foi possível realizar a análise de todas essas informações e interações mapeadas, a níveis locais e regionais.

Cabe ressaltar que é em função desse caráter heterogêneo e descentralizado das relações que conformam o subsistema agroecológico que o caracterizamos como um sistema frouxamente acoplado (WEICK, 1976). Neste subsistema os atores, organizações e grupos que o compõem são independentes e possuem autonomia para desempenhar as ações no campo. A natureza dessas relações permite que as estratégias para reivindicação de políticas públicas sejam tomadas de forma descentralizada no subsistema, não havendo um grupo gestor ou uma organização que centralize os recursos financeiros, informacionais e organizativos do campo. Nesse subsistema, uma mesma questão pode resultar em diferentes respostas pelos atores, devido ao grau de difusão e descentralização dos fluxos de informação e mobilização adotadas.

A capacidade dos sistemas políticos de absorver e solucionar demandas dos grupos organizados é um elemento de análise fundamental quando buscamos observar o grau de consolidação democrática (HUNTINGTON, 2012). O processo de estruturação do subsistema de agroecologia analisado também revela muito sobre a qualidade e a complexidade do sistema político brasileiro. A existência de instituições participativas, partidos com coerência ideológica e programática e a competição política parlamentar promovem a abertura do sistema político às demandas de diversos movimentos sociais e grupos de interesse, mesmo os que não apresentam vultosos recursos financeiros e organizacionais. Portanto, o sistema político brasileiro fornece relevante margem de atuação para grupos políticos minoritários, fator fundamental para realizar o contraponto aos grupos que monopolizam a agenda decisional do Estado.

Em especial, é importante destacar que as instituições políticas analisadas são de nível estadual, revelando que a abertura, complexidade e capacidade de realizar políticas públicas também se apresenta em níveis de governos subnacionais. Esta característica facilita a reivindicação de políticas públicas para grupos minoritários, visto que reduz os custos logísticos e informacionais de participação política. A participação reiterada de diversos grupos políticos na definição da agenda política em todos os níveis de governo é sinal de pluralismo, maturidade e complexidade do sistema político brasileiro.

No entanto, a pesquisa aqui realizada não se orientou por uma abordagem comparativa, ou seja, não foi possível concluir sobre os repertórios e instituições mobilizados por outros movimentos sociais e grupos políticos. Portanto, abre-se uma agenda de pesquisa para o estudo comparado de subsistemas políticos, as distintas estratégias de coordenação interna, repertórios de persuasão e influência, e as formas de competição e colaboração entre subsistemas.

REFERÊNCIAS

- ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Quem somos**. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- ABERS, Rebecca. **Institutions, Networks and Activism Inside the State: Women's Health and Environmental Policy in Brazil**. *Critical Policy Studies*, v. 15, n.3, 2020.
- ABERS, Rebecca, ed. **Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira** [online]. Brasília: Editora UnB, 2021.
- ABERS, Rebecca. **Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde**. In: P. Cavalcante, & G. Lotta (Eds.), *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação* (pp. 143-175). Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública. 2015.
- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?**. *Sociologias*, v. 13, p. 52-84, 2011.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula**. *Dados*, v. 57, p. 325-357, 2014.
- ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas**. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 15-46, 2018.
- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **O Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente e o controle social sobre a Política Socioeducativa: repertórios de interação socio-estatal**. *Política & Sociedade*, v. 14, n. 29, p. 31-66, 2015.
- ALMEIDA, S. G. **Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro**. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-83. p. 168.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Carta política do IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade**. - Rio de Janeiro : AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018.
- AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. *Opinião pública*, v. 14, p. 43-64, 2009.
- BARCELOS, Marcio; PEREIRA, Matheus M.; SILVA, Marcelo Kunrath. **Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas**. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 82, p. 13-40, 2017.

BARDACH, Eugene. **A practical guide for policy analysis: the eightfold path to more effective problem solving.** 3rd. ed. Washington DC: CQ Press, 2009.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, Bryan D. **Agendas and instability in american politics.** Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BENSADON, Ligia Scarpa. **A agroecologia como um problema público: um olhar a partir da trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 50, 2019.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** 1985.

BIRKLAND, Thomas A. **Agenda setting in public policy.** In: Handbook of public policy analysis. Routledge, 2006. p. 89-104.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Regulamenta o uso de agrotóxicos no Brasil. Diário Oficial, Brasília, p. 11459, 12 jul. 1989.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de Junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial, Seção 1, p. 11854, 1 jul. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Presidência da República: Brasília, 21 ago. 2012.

BRINGEL, Breno; TEIXEIRA, Marco Antonio. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia. **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas.** Florianópolis: Editora UFSC, p. 43-76, 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas.** 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes.** Novos estudos CEBRAP, p. 57-76, 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Subsistemas, comunidades e redes para a análise da participação no processo de políticas públicas.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, p. 65-80, 2014.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil.** Revista Agroecologia n. 6, p. 63-74, 2012.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Movimentos sociais e seus efeitos em políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas.** Civitas, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva**

Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais.** BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 82, p. 81-104, 2016.

CORADINI, Odaci Luiz. **Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos.** Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 36, p. 241–256, 2010.

COSTA, Marcela Menezes; MOREIRA, Pedro de Freitas; FREITAS, Viète Passos. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA-MG): governo, políticas públicas e os desafios para a agroecologia. Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina.** In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J. (Orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAHL, Robert A. Polyarchy: **Participation and opposition.** Yale university press, 1971.

DIANI, Mario. **“The concept of social movement”.** The Sociological Review, vol. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. **Organizations, coalitions, and movements.** Theory and society, v. 33, n. 3, p. 281-309, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DORNELAS, Rafaela Silva. **Movimento Agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na agroecologia.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo. p. 136, 2016.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação.** Sociedade e Estado, v. 31, p. 51-73, 2016.

ELIAS, Gabriel Santos. **A relação dos Partidos Políticos com os Movimentos Sociais: O caso do PT e o Fórum Social Mundial.** In: VON BÜLOW, Marisa (Ed.). Fórum social mundial: a transnacionalização da sociedade civil brasileira. Editora UnB, 2013.

FARIA, Claudia Feres. **Sistema deliberativo, formas de conexão e inclusão política.** Alcance teórico e prático. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, 2017.

FERREIRA, Daniela D.; LOTTA, Gabriela S. **Burocratas: atores entre as fronteiras do Estado e da sociedade.** Trabalho apresentado no 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu, 2016.

FINATTO, Roberto Antônio. **Redes de agroecologia e produção orgânica na região Sul do Brasil.** Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 38, p. 107-145, 2016.

FLIGSTEIN, Neil. **Social skill and the theory of fields**. Sociological theory, v. 19, n. 2, p. 105-125, 2001.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **Toward a general theory of strategic action fields**. Sociological theory, v. 29, n. 1, p. 1-26, 2011.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. **A theory of fields**. Oxford University Press, 2012.

FLORISBELO, Glauco Regis. **A trajetória do CONSEA-MG na mediação da política de segurança alimentar e nutricional sustentável de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, 2020.

FONSECA, Edison José da. **O Papel do Poder Legislativo na construção do Sistema Único de Saúde: a frente parlamentar da saúde e a regulamentação da Emenda à Constituição Nº 29**. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2008.

FORUM. **A vida na roça tem jeito ou o que é desenvolvimento rural sustentável**. Fórum de entidades sindicais, ONGs, pastorais e movimentos sociais de Minas Gerais. Cartilha, 1995. Disponível em: <https://mst.org.br/download/a-vida-na-roca-tem-jeito-ou-o-que-e-desenvolvimento-rural-sustentavel/>. Acesso em: 15 jul 2022.

GERRING, John. **Case Study Research: principles and practices**. New York: Cambridge University Press, 2007. e-book. p.43-45-741-44.

GRAU, Nuria C. **La intersectorialidad em las nuevas políticas sociales: un acercamiento analítico-conceptual**. Gestión y Política Pública, vol. XXIII, nº 1, p. 5-46, 2014.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2015.

GRISA, Cátia et al. **Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar**. Sociedade e Cultura, v. 20, n. 1, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Caderno CRH, v. 21, p. 439-455, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Editora Vozes Limitada, 2014.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. **Agroecologia**. In: Dicionário de Agroecologia e Educação. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2021. p. 59-72.

HASLAM, Paul Alexander; GODFRID, Julieta. **Activists and regulatory politics:** Institutional opportunities, information, and the activation of environmental regulation. *The Extractive Industries and Society*, v. 7, n. 3, p. 1077-1085, 2020.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. **Análise de redes em ciências sociais.** Brasília: Enap, 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave:** Democratization in the late 20th century. University of Oklahoma Press, 2012.

JASPER, James M. **Protesto:** uma introdução aos movimentos sociais. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

JOAS, Hans. **The creativity of action.** University of Chicago Press, 1996.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies.** 3ª. ed. New York: Harper Collins, [1984], 2003.

LAVALLE, Adrian Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. **O que fazem os conselhos e quando o fazem?** Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. *Dados*, v. 59, p. 609-650, 2016.

LAVALLE, Adrian G. et al. **Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência.** In: Adrian Gurza Lavalle [et al.], organização. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

LUZ, Claudia. **Articulação Mineira de Agroecologia:** o papel das redes na construção do conhecimento agroecológico. In: DOS SANTOS, Ailton Dias. *Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional da Agroecologia.* Construção do Conhecimento, 2007.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico brasileiro:** uma discussão a partir dos EBAAS e da experiência do PTA/FASE. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*, 2008.

MANSBRIDGE, J. et al. **A systemic approach to deliberative democracy.** In: J. Parkinson & J. Mansbridge (orgs) *Deliberative Systems.* New York: Cambridge University Press, 2012, p.1-26.

MAIA, Eduardo L. C. **A política evangélica:** análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010). Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MARQUES, Vera Lúcia; D'ÁVILA, Paulo. **O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 79-112, 2010.

MCADAM, D. **Political process and the development of black insurgency.** Chicago: University of Chicago Press, 1999.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge University Press. 2004, p. 3-90.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. “**Resource mobilization and social movements: a partial theory**”. *American Journal of Sociology*, vol. 82, n 6, 1977.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MENDONÇA, R. F. **Mitigating systemic dangers:** the role of connectivity inducers in a deliberative system. *Critical Policy Studies*, 10(2), p. 171-190, 2016.

MONTEIRO Denis; LONDRES, Flavia. **Pra que a Vida nos dê Flor e Frutos:** Notas sobre a Trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena R. et al. (Orgs.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.

NAVES, Flávia; FONTOURA, Yuna. **Critical consciousness and resistance:** Freirean reflections on the agroecology movement formation in Araponga, Minas Gerais, Brazil. *Cadernos EBAPE*. 2022, v. 20, n. 2, p. 289-301.

NIEDERLE, Paulo André et al. **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia**. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 24, n. 1, p. 270 - 291, janeiro-abril, 2019.

NUNES, Cristina. **O conceito de movimento social em debate:** dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 75, p. 131-147, 2014.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e política:** ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020). Dissertação (Mestrado e Ciência Política). Belo Horizonte. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 166, 2021.

ORTON, J. D.; WEICK, K. E. **Loosely coupled systems:** a reconceptualization. *Academy of Management Review*, v. 15, n. 2, p. 203-223, 1990.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Ativismo Institucional no Poder Legislativo:** confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 31, p. 301-338, 2020.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores:** trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2006.

POMPEIA, Caio. **O Agrobolsonarismo**. *Revista Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo/>. 2022. Acesso em: 26 jun 2022.

ROCHA, Marta Mendes da. **Comissões parlamentares nos legislativos estaduais brasileiros:** estudo das Assembleias Legislativas da Bahia e de Minas Gerais. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 13, n. 21, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-80.** 1988.

SAMBUICHI, Regina Helena R. et al. (Orgs.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: Ipea, 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de Conteúdo Categorial: manual de aplicação.** Coleção Metodologias de Pesquisa. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** SP: Loyola, 2014 [1993], 6 edição.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil—Introdução.** Política & Sociedade, v. 3, n. 5, p. 13-36, 2004.

SCHMITT, Claudia Job. **A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar.** Política & Sociedade, v. 15, p. 16–48, 2016.

SCHMITT, Claudia Job; BARBOSA; Yamira Rodrigues de Souza. **A construção da política estadual de agroecologia e produção orgânica em Minas Gerais: interações Estado-sociedade na institucionalização da agroecologia.** In: GUÉNEAU, Stéphane et al. A Construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. Revista Brasileira de Agroecologia, 2019.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. **A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento—uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul.** Sociologias, v. 13, p. 86-124, 2011.

SILVA, Eduardo Moreira da; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. **Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte.** Opinião Pública, v. 22, p. 167-194, 2016.

SILVA, Eduardo Moreira da; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. **Sistemas deliberativos em perspectiva meso: o subsistema dos conselhos nacionais de políticas públicas e seus conectores.** Revista de Sociologia e Política, v. 29, 2021.

TANG, F.H.M., LENZEI, M., MCBRATNEY, A. et al. **Risk of pesticide pollution at the global scale.** Nat. Geosci. 14, 206–210 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41561-021-00712-5>

TATAGIBA, Luciana. **Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo.** Colombia Internacional, Bogotá, n. 71, p. 63-83, jan./mar. 2010.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. **Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos.** Burocracia e Políticas Públicas no Brasil, p. 105-138, 2018.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários.** Revista de Sociologia e Política, v. 24, p. 85-102, 2016.

TARROW, Sidney. **Power in movement. Social movements and contentious politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

THURBER, James A. **Political power and policy subsystems in American politics.** Agenda for Excellence, Administering the State, p. 76-104, 1996.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** Newberry Award Records, 1978.

TILLY, Charles. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834.** Social Science History, 1993. p. 1-105.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, p. 133-160, 2010.

WEICK, K. E. **Educational organizations as loosely coupled systems.** Administrative Science Quarterly, v. 21, n. 1, p. 1-19, 1976.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C; VALLOD, D.; DAVID, C. **Agroecology, as a science, a movement and a practice.** Agronomy for Sustainable Development, n. 29, p. 503-515, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiros de Entrevista Semiestruturada

Roteiro de Entrevista - Deputados(as) e assessores

Objetivo geral: Este roteiro tem como objetivo orientar a condução de entrevistas semiestruturadas com o público mencionado acima. O intuito da pesquisa e das entrevistas é analisar os padrões de relação dos movimentos agroecológicos com os/as deputados/as mineiros/as como parte da estratégia de enquadrar a agenda política e decisória do legislativo estadual.

- 1) Histórico pessoal e contato com o movimento agroecológico
Objetivo: conhecer a história da pessoa entrevistada, atuação parlamentar e primeiros contatos com a agroecologia, além do interesse em representar politicamente essa pauta.
 - a) Pedir para o/a entrevistado/a se apresentar e falar um pouco da atuação parlamentar.
 - b) Como e quando foram seus primeiros contatos com a agroecologia?
 - c) Quais foram suas principais experiências com a agroecologia?
 - d) Como surgiu o interesse de representar essa pauta no seu mandato?

- 2) Definições e objetivos da agroecologia e do movimento agroecológico
Objetivo: entender a definição adotada pelo/a entrevistado/a sobre agroecologia e outras formas de produção de alimentos.
 - a) Já ouvi algumas pessoas falando que existem diferentes definições de agroecologia, umas usadas pela ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), outras usadas por agricultores/as e outras por organizações. Então eu gostaria de perguntar o você entende por agroecologia?
 - b) E qual importância você atribui a agroecologia e a agricultura familiar?

- 3) Interações com o movimento agroecológico
Objetivo: entender quais as relações e interações entre os movimentos e o sistema político. As questões deste tópico são mais abertas e tem como objetivo mapear atores que estão em contato mais próximo aos parlamentares. Apesar de estarem estruturadas de modo abrangente, as questões serão direcionadas de acordo com as experiências relatadas pela pessoa entrevistada.
 - a) Seu mandato mantém contato com algum movimento agroecológico de Minas ou alguma organização que representa os movimentos?
 - b) Vocês acionam os movimentos ou eles procuram o mandato? E geralmente qual a finalidade do contato?
 - c) Esses contatos são constantes, permanentes ou são mais pontuais?
 - d) Quando vocês interagem com os movimentos ou técnicos dessas organizações, que tipo de políticas mais buscam construir?
 - e) Há demandas de qual tipo de instrumento político por esses movimentos (ex: regulação, financiamento)?

4) Relações, confrontos e acordos com o agronegócio

Objetivo: nesta etapa, pretende-se compreender os conflitos, confrontos e negociações entre as representações políticas dos grupos de interesse do agronegócio e dos movimentos agroecológicos.

- a) Quais são os grupos de interesses contrários a agroecologia?
- b) Quais são os conflitos que emergem entre a agenda do agronegócio e da agricultura familiar/agroecologia?
- c) Existem discordâncias dentro do parlamento sobre quais políticas são mais interessantes para a agricultura familiar? E para a agroecologia?

5) Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Objetivo: compreender se houve atuação em rede para a criação da frente parlamentar, mapear quem são os atores envolvidos, quais os objetivos principais levaram a essa formação e quais têm sido as atuações dessa frente, caso estejam ocorrendo.

- a) Seu mandato participou da formação da frente parlamentar em defesa da agroecologia?
*Caso positivo, prosseguir com as questões abaixo.
- b) Como foi o processo de articulação para formar e construir essa frente? Quais foram os atores no parlamento e na sociedade civil que lideraram o processo?
- c) Quando vocês viram a necessidade de articular a frente parlamentar?
- d) Como tem sido a atuação dessa frente desde o lançamento?
- e) Quando há decisões importantes a serem tomadas pela Frente, quais são os nomes das pessoas e organizações que você procura? Relacionar, pelo menos, 3 pessoas e organizações

6) Indicações para entrevista

Objetivo: solicitar ao/à entrevistado/a pessoas que atuem com a agroecologia em Minas Gerais que seriam interessantes serem entrevistados/as. Por fim, agradecer a pessoa entrevistada e atualizá-la sobre os próximos passos da pesquisa, informando também que ela receberá a transcrição da conversa.

- a) Perguntar se há algo que não foi dito e que ele/ela gostaria de acrescentar.
- b) Perguntar se poderia indicar lideranças ou coletivos do movimento agroecológico de Minas para participar da entrevista.

Roteiro de Entrevista - Técnicos, ativistas e agricultores(as) familiares

Objetivo geral: Este roteiro tem por objetivo orientar a condução de entrevistas semiestruturadas com o público-alvo mencionado acima. O intuito da pesquisa e das entrevistas é analisar os padrões de relação dos movimentos agroecológicos com os/as deputados/as mineiros/as como parte da estratégia de enquadrar a agenda política e decisória do legislativo estadual.

1) Histórico pessoal e entrada no movimento social

Objetivo: conhecer a história da pessoa enquanto ativista ou técnica, a entrada e participação no movimento social e compreender os motivos que a levaram a compor o movimento.

- a) Pedir para o/a entrevistado/a se apresentar.
- b) Como você conheceu o movimento agroecológico? Quais foram suas primeiras experiências com a agroecologia?
- c) Há quanto tempo você participa do movimento?
- d) Quais são suas motivações para atuar nesse movimento?
- e) Como foi construída sua trajetória? Quais papéis e/ou funções você desempenha enquanto ativista ou técnico/a atualmente?

2) Definições e objetivos da agroecologia e do movimento agroecológico

Objetivo: entender a definição adotada pelo/a entrevistado/a sobre agroecologia e outras formas de produção de alimentos.

- a) Já ouvi algumas pessoas falando que existem diferentes definições de agroecologia, umas usadas pela ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), outras usadas por agricultores/as e outras por organizações. Então eu gostaria de perguntar o que é a agroecologia para você?
- b) E o movimento agroecológico? Como ele é formado?
- c) E o que é a agricultura familiar? Qual é a relação ou a distinção entre a agricultura familiar e a agroecologia? Toda produção da agricultura familiar é agroecológica?
- d) Existem disputas ou discordâncias de quais políticas construir para a agricultura familiar?
- e) A depender da resposta anterior, perguntar o que são os agronegócios dentro da agricultura familiar.
- f) E qual é a relação entre agroecologia e a produção orgânica? E o que tem de diferente entre os dois?
- g) O que a agroecologia tem de diferente dessas outras formas de cultivo e produção alimentar?

3) Papel do movimento como ator de mudança política e social

Objetivo: compreender qual a visão da ativista sobre a função e importância social do movimento.

- a) Qual o principal papel social do movimento agroecológico?
- b) Quais são as principais conquistas já realizadas pelo movimento nesse sentido? E em Minas, quais são as principais conquistas ou avanços?

- c) Quais são os impactos sociais dessas conquistas e de outras ações realizadas pelo movimento agroecológico?
- 4) Sobre a capacidade e escala do movimento agroecológico
Objetivo: entender a visão do ativista sobre a capacidade de ampliação da agroecologia enquanto produtora de alimentos em substituição à monocultura.
- a) Você vê a agroecologia construindo políticas nacionais que possam substituir o agronegócio e a monocultura?
 - b) De que modo essas ações poderiam ocorrer?
 - c) Qual o papel do Estado na implementação dessas políticas? Quais políticas são mais relevantes?
- 5) Movimento social, sistema político e interações
Objetivo: entender quais as relações e interações do movimento com o sistema político. Apesar de estarem estruturadas de modo abrangente, as questões serão direcionadas de acordo com as experiências relatadas pela pessoa entrevistada.
- a) A organização que você atua possui relações com atores políticos do estado (parlamentares, assessores, cargos comissionados, burocratas)? Como são essas interações? Qual é a periodicidade dos encontros?
 - b) E a organização que você participa mantém mais proximidade com algum/a deputado/a ou assessor/a em especial?
 - c) Como eles são acionados e com qual objetivo?
 - d) Como vocês realizam a comunicação com esses atores públicos (aplicativos de conversas, reuniões presenciais, plenárias)?
 - e) A organização que você participa está sempre em contato com os mandatos dos deputados estaduais ou federais ou os contatos são mais pontuais?
 - f) Quais são as vantagens da aproximação ou relação do movimento com os parlamentares e a assembleia legislativa? De que modo essa relação auxilia nos objetivos e nas causas do movimento?
 - g) Existem limitações nessa aproximação?
 - h) E quando vocês interagem com esses atores públicos, os deputados e seus assessores, que tipo de políticas vocês mais buscam ou tentam construir?
 - i) Existem discordâncias de quais políticas construir para a agroecologia dentro do movimento agroecológico?
- 6) Movimentos sociais e estratégias de mobilização e atuação em rede
Objetivo: entender quais as estratégias acionadas para enquadrar temas na agenda política do estado e identificar atuações em rede nesses processos.
- a) A organização que você compõe trabalha junto com outras organizações, associações, sindicatos?
 - b) E essa organização participa ou já participou da construção de fóruns, conselhos, orçamentos participativos na assembleia legislativa de Minas?
 - c) E vocês mantêm algum contato com a AMA (Articulação Mineira de Agroecologia) nessas articulações?

- d) Sua organização ajudou a construir a Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável? E vocês participam ativamente dessa frente?
 - e) Quais foram as principais conquistas da frente parlamentar? Como ela tem atuado?
 - f) Quais as formas de intervenção que o movimento usa/mobiliza em diferentes momentos (protestos, feiras, ocupações, etc.)?
 - g) Quais são os atores e organizações que você recorre quando precisa tomar decisões sobre a sua atuação na Frente? Relacionar, pelo menos, 3 nomes de atores e organizações.
- 7) Indicações de organizações e lideranças de movimentos
- Objetivo:* solicitar ao/à entrevistado/a lideranças e outros movimentos agroecológicos que atuam em Minas Gerais que seriam interessantes serem entrevistados/as. Por fim, agradecer a pessoa entrevistada e atualizá-la sobre os próximos passos da pesquisa, informando também que ela receberá a transcrição da conversa.
- a) Perguntar se há algo que não foi dito e que ele/ela gostaria de acrescentar.
 - b) Perguntar se poderia indicar outras pessoas ou coletivos do movimento agroecológico de Minas para participar da entrevista.

Apêndice B - Caracterização dos Entrevistados

| Entrevistado e Data da Entrevista | Caracterização dos(as) Entrevistados(as) |
|-----------------------------------|--|
| Entrevistado 01 - 26/04/2022 | Artista e educador popular; cantador de histórias. Militante do movimento negro e do movimento agroecológico desde à época das CEBs. Filho de agricultores familiares, começou a participar dos movimentos sindicais por influência das CEBs. Foi Coordenador do CTA-ZM e do Fórum Mineiro de Entidades Negras (Fomene). Assessor parlamentar; filiado ao PT. |
| Entrevistado 02 - 27/04/2022 | Agricultora familiar, Presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Acaiaca (COOAPRA). Militante do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas. Iniciou a militância nos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais. Foi Coordenadora do CTA-ZM. |
| Entrevistado 03 - 03/05/2022 | Assessor Parlamentar; filiado ao PT; formado em Geografia. Militante do movimento de permacultura. Antes de atuar como assessor parlamentar, foi gestor público no MDA e na SEDESE. |
| Entrevistado 04 - 04/05/2022 | Professor universitário. Agrônomo. Pesquisador na área da agroecologia e da produção orgânica. Compõe a Secretaria Executiva do Polo Agroecológico do Sul de Minas. Militante do movimento agroecológico. Durante a graduação, participou da criação do Grupo de Agricultura Alternativa de Lavras. |
| Entrevistado 05 - 26/05/2022 | Agrônomo. Participou do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAV) e atuou como técnico local do CTA-ZM e da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Foi Secretário Executivo da AMA. Compôs a Subsecretaria da Agricultura Familiar entre 2011 e 2015 e participou da fundação da Associação de Agroecologia e Produção Orgânica da Zona da Mata, em 2019, onde trabalha atualmente como técnico. Filiado ao PT. |
| Entrevistado 06 - 02/06/2022 | Assessor Parlamentar; filiado ao PT. Gestor Público, professor. Antes de integrar o gabinete parlamentar, compôs a Subsecretaria da Agricultura Familiar entre 2011 e 2015. Militante do movimento agroecológico desde a época das CEBs. |
| Entrevistado 07 - 10/06/2022 | Agricultor familiar, filho de Educadora do Campo. Teve contato com a agroecologia a partir de um encontro promovido por uma ONG ambientalista da cidade. Associado à Orgânicos Sul de Minas e compõe a Secretaria Executiva do Polo Agroecológico do Sul de Minas. |
| Entrevistado 08 - 18/06/2022 | Assentada e integrante do Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Minas (MST). Filiada ao PT. |
| Entrevistado 09 - 20/06/2022 | Gestor público, militante do movimento agroecológico desde a época das CEBs. Na década de 1990, trabalhou como pesquisador no Projeto de Tecnologias Alternativas em Minas, da Rede PTA. Participou da criação dos Centros de Tecnologias Alternativas em MG. Em 1998 contribuiu com a criação do Conselho de Segurança Alimentar em Minas, onde atuou como Secretário Executivo a convite do Bispo Dom Mauro Morelli. Coordenou o Programa de Aquisição de Alimentos (MDA) na década de 2000. Foi |

| | |
|---------------------------------|---|
| | Secretário de Agricultura Familiar na SEAPA-MG e técnico da EMATER. |
| Entrevistado 10 - 21/06/2022 | Assessora parlamentar; filiada ao PT. Antes de atuar como assessora, contribuía como técnica no CAA-NM. Militante do movimento sindical e agroecológico desde a época das CEBs. |
| Entrevistado 11 - 22/06/2022 | Agricultora familiar, militante do movimento agroecológico e sindical desde a época das CEBs. Presidente da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar Solidária (COOPAF), integrante do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas e do Centro de Estudos de Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR). Atuou como assessora parlamentar durante 8 anos; filiada ao PT. |
| Entrevistado 12 - 23/06/2022 | Cientista ambiental e agrônoma. Professora universitária. Foi presidente da Associação Brasileira de Agroecologia e coordenadora do CTA-ZM. Militante do movimento estudantil e agroecológico desde a época das CEBs. Liderança nacional do movimento agroecológico brasileiro. Filiada ao PT. |
| Entrevistado 13 - 25/06/2022 | Pesquisador colaborador da UFV e consultor estadual da Articulação Nacional de Agroecologia. Foi membro da equipe técnica do CTA-ZM e conselheiro do CONSEA e do CEDRAF, representando a Articulação Mineira de Agroecologia e o CAA-NM. |
| Entrevistado 14 - 27/06/2022 | Agricultor familiar. Participa da Cooperativa Grande Sertão (Norte de Minas), é sócio do CAA-NM e diretor da UNICAFES (Minas e Nacional). Conselheiro no CEDRAF representando a Unicafes. Assessor parlamentar; filiado ao PT. |
| Entrevistado 15 - 01/07/2022 | Militante do movimento agroecológico e da agricultura urbana. Compõe a Secretaria Executiva do Polo Agroecológico do Sul de Minas e contribui com a Organização Aliança em Prol da APA da Pedra Branca. Participou da formação do Núcleo de Agroecologia, Araucária Viva. Filiada ao PT. |
| Entrevistado 16 - 05/07/2022 | Agricultor familiar. Militante do movimento sindical e agroecológico desde a época das CEBs. É membro do CAA-NM e da ASA-Minas. Foi sócio e diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Pardo de Minas. Presidente da Cooperativa Grande Sertão (Norte de Minas). Foi conselheiro do CEDRAF representando a ASA Minas e atualmente é conselheiro do CONSEA representando a mesma instituição. |
| Entrevistado 17 - 06/07/2022 | Agricultora familiar. Terapeuta holística. Militante do movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas e do grupo de Mulheres Raízes da Terra de Espera Feliz. Sócia da Cooperativa Coofeliz. Compõe o departamento de mulheres do Sindicato Sintraf de Espera Feliz. Filiada ao PT. |
| Entrevistado 18 - 07/07/2022 | Professor universitário. Pesquisador e extensionista na área da agroecologia. Militante do movimento agroecológico. Compõe o Polo Agroecológico do Sul de Minas, o qual ajudou a elaborar. |

| | |
|---------------------------------|--|
| Entrevistado 19 - 08/07/2022 | Agricultor familiar. Militante do movimento sindical e agroecológico desde a época das CEBs. Foi presidente da Cooperativa Coofeliz e da Associação Estadual de Agricultura Familiar. Coordenou por três anos o CTA-ZM. Colaborou com a FETAEMG e posteriormente ajudou a fundar o FETRAF-MG, este último o qual foi coordenador por 7 anos. Conselheiro do FETRAF no CEDRAF. Assessor parlamentar há 11 anos; Presidente do PT em Espera Feliz. |
| Entrevistado 20 - 11/07/2022 | Agrônomo, atua no movimento agroecológico desde 1995, a partir da ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. Foi assessor de políticas públicas da FETAEMG e Secretário Executivo do CONSEA. Atualmente é conselheiro do CEDRAF representando a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). |
| Entrevistado 21 - 14/07/2022 | Professora universitária. Participou do movimento estudantil na década de 1980, onde conheceu o movimento agroecológico e o CTA-ZM. Na década de 1990, trabalhou no CAT com Educação Popular, em projetos para jovens e mulheres. Foi diretora de Agricultura na Prefeitura de Governador Valadares, atuando com políticas públicas para a agroecologia. |
| Entrevistado 22 - 15/07/2022 | Professor universitário. Militante do movimento agroecológico e da agricultura urbana. Coordenador da Rede de Agricultura Familiar e Agroecologia (RAFA-UFMG). |

Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) Senhor(a),

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar de nosso estudo “A atuação dos movimentos agroecológicos no legislativo mineiro: uma radiografia das interações políticas na institucionalização da agroecologia”, que possui como objetivo analisar os padrões de relação dos movimentos agroecológicos com os/as deputados/as mineiros/as como forma de enquadrar a agenda política e decisória do legislativo estadual. A pesquisa, utilizando a abordagem qualitativa, consistirá na realização de entrevistas junto aos participantes do estudo e posterior análise dos dados.

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por Lara Andrade Silva Viana, mestranda em Ciência Política da UFMG, sob orientação do professor Eduardo Moreira da Silva, do Departamento de Ciência Política/UFMG. Gostaríamos de solicitar a sua colaboração, concedendo-nos uma entrevista (tempo estimado para realização de até 50 minutos).

Cabe informar que, ainda que reduzidos, existem riscos envolvidos na pesquisa. Os riscos incidem sobre os possíveis constrangimentos ou custos reputacionais que podem ser causados a você, no caso da identificação pública de suas respostas. Como forma de minimizá-los, as informações serão mantidas sob sigilo e caso o(a) Sr(a) deseje, poderá requisitar que seu nome seja substituído por um pseudônimo nos produtos da pesquisa. Não interessa ao estudo o nome de registro dos(as) participantes e esse não será divulgado por nenhuma razão. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de tese ou artigo científico, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.

Como voluntário(a), a qualquer momento da realização da pesquisa, o(a) Sr(a) poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários, interromper a entrevista a qualquer momento ou recusar-se a responder determinada pergunta, sem nenhum tipo de constrangimento ou prejuízo. Caso haja autorização para gravação de áudio da entrevista, o material será destruído logo após a transcrição dos dados.

O(A) Sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. Em caso de danos provenientes da pesquisa, poderá buscar indenização nos termos da Res. 466/12.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos/as os/as participantes.

Para dúvidas ou maiores esclarecimentos, entrar em contato com os responsáveis pelo estudo: **e-mail:** laraviana.cis@gmail.com **Telefone:** (31) 996128496 ou **e-mail:** eduardovirtual2014@gmail.com. Em caso de dúvidas éticas, entrar em contato com o

Comitê de Ética: **site:** <https://www.ufmg.br/bioetica/coep/pendencias-emitidas-pelo-coep-e-pendencias-documentais/>.



Assinado de forma digital por
Lara Andrade Silva Viana
Dados: 2021.10.25 12:54:47
-03'00'



Assinado de forma digital por
EDUARDO MOREIRA DA
SILVA:03796218601
Dados: 2021.10.25 12:00:43 -03'00'

Lara Andrade Silva Viana

Eduardo Moreira da Silva

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “A atuação dos movimentos agroecológicos no legislativo mineiro: uma radiografia das interações políticas na institucionalização da agroecologia”, permitindo que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados.

_____, ____ de ____ de 2022.

Assinatura do(a) Participante

Apêndice D - Histórico dos Movimentos Sociais

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁷²

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu há 38 anos, em Cascavel (PR), quando trabalhadores rurais resolveram fundar um movimento social camponês, que lutasse pelo direito à terra, pela reforma agrária. O objetivo do MST é realizar a reforma agrária, praticar a produção de alimentos ecológicos e melhorar as condições de vida no campo.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)⁷³

O Movimento dos Pequenos Agricultores surgiu em 1996, devido a crise econômica e social na agricultura brasileira dos anos 90 e do esgotamento do movimento sindical de trabalhadores rurais como instrumento de representação e luta dos camponeses brasileiros. O movimento foi formado por militantes oriundos do movimento sindical combativo, da teologia da libertação e do Partido dos Trabalhadores. Surgiu em vários lugares do país, na mesma época e, pelas mesmas razões, construído pela força da luta, pela pressão da base, pela vontade da militância e para mudar a situação vivida pela classe camponesa.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁷⁴

O Movimento dos Atingidos por Barragens nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, foi reconhecida como organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular que visa mudar estruturas desiguais da sociedade. O MAB é definido como um movimento de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução. É uma organização com participação e protagonismo coletivo em todos os níveis. Possui o objetivo de organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos).

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)⁷⁵

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi criado em 2004 a partir da união de vários movimentos de mulheres do campo, sejam agricultoras, pescadoras ou extrativistas. As famílias camponesas vivem, resistem a partir da construção da agroecologia, da luta por soberania alimentar, por uma seguridade social que inclua saúde, previdência, assistência pública, universal e solidária, na defesa de corpos, territórios e no enfrentamento de todos os tipos de violência sofrida por mulheres.

⁷² Informações disponíveis em: <https://mst.org.br/>. Acesso em 14 nov. 2022.

⁷³ Informações disponíveis em: <https://mpabrasil.org.br/>. Acesso em 14 nov. 2022.

⁷⁴ Informações disponíveis em: <https://mab.org.br/>. Acesso em 14 nov. 2022.

⁷⁵ Informações disponíveis em: <https://mmcbrasil.org/>. Acesso em 14 nov. 2022.